

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CCE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO

EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DOCENTE:

UM ESTUDO A PARTIR DE CONCEPÇÕES DISCENTES

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA BENITES

BLUMENAU

2006

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA BENITES

**EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DOCENTE:
UM ESTUDO A PARTIR DE CONCEPÇÕES DISCENTES**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, da Universidade Regional de Blumenau – FURB.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria da Conceição Lima de Andrade

BLUMENAU


2006

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA BENITES

**EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DOCENTE:
UM ESTUDO A PARTIR DE CONCEPÇÕES DISCENTES**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no PPGE/ME - Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação na Universidade Regional de Blumenau - FURB, pela comissão formada pelos professores:


Prof(a). Dr(a). Maria da Conceição Lima de Andrade – FURB
Orientador(a)


Prof(a). Dr(a). Tereza Cristina P. C. Fagundes UFBA/UNIFACS
Examinador(a)


Prof(a). Dr(a). Neide de Melo Aguiar e Silva - FURB
Examinador(a)

Blumenau, 08 de novembro de 2006.

Aos meus queridos pais
José Antônio L. de Oliveira (in memorian) e **Maria do Carmo Falleiros Oliveira**
por terem me ensinado a agir com ética e a lutar pelo que acredito.

Às minhas irmãs
Maria Otília de Oliveira e **Maria Imaculada de O. F. Alexandrino**
pela confiança e pelos momentos alegres quando estamos juntas.

Ao meu marido
Jeronimo S. Benites Jr.
pela cumplicidade, apoio e companheirismo nesta trajetória.

Às minhas filhas
Ana Priscila e Márcia Cristina de Oliveira Benites
por serem maravilhosas e pelo aprendizado constante.

AGRADECIMENTOS

A **DEUS** pela alegria de viver e por me proteger.

Aos professores do Mestrado em especial
Prof. Dr. Adolfo Ramos Lamar
Prof. Dr. Ernesto Jacob Keim
Prof. Dr. Gilson R. de Medeiros Pereira
Prof. Dr. Hilário Inácio Bohn
Prof. Dr. Osmar de Souza
pelas brilhantes aulas e momentos de reflexão.

À Banca de Exame de Qualificação
Prof. Dr. Henrique João Breuckmann
Prof^a Dr^a Neide de Melo Aguiar e Silva
Prof^a Dr^a Otília Lisete O. Martins Heinig
pelas valiosas contribuições a este estudo.

À **Prof^a Dr^a Maria da Conceição Lima de Andrade**
pelas orientações pontuais.

À **Prof^a Dr^a Tereza Cristina P. C. Fagundes** – UFBA / UNIFACS
por aceitar compor a banca examinadora da apresentação e
defesa pública desta dissertação.

Às **discentes** do curso de Pedagogia – FURB / 7^a fase 2005
por participarem da pesquisa.

Às **amigas** e aos **amigos**
pelo incentivo e apoio constante.

*“Caminhante, são teus rastros o caminho, e nada mais.
Caminhante, não há caminho, faz-se caminho ao andar.
Ao andar faz-se o caminho.
E ao olhar-se para trás vê-se a senda que jamais
se há-de voltar a pisar.
Caminhante não há caminho, somente sulcos no mar”.*

(Antonio Machado, 1887 / 1939).

RESUMO

A educação sexual é parte integrante da educação global de todo indivíduo, iniciando com o nascimento e acompanhando-o durante toda sua existência. É um processo em permanente construção que acontece cotidiana e informalmente, mas pode também acontecer formalmente nas instituições educacionais por meio de projetos específicos. O processo de educação sexual em seu desenvolvimento, bem como em seus resultados, ultrapassa o limite do individual, porque implica no envolvimento do indivíduo com o coletivo. No Brasil, desde 1980, o interesse e a mobilização de profissionais de diversas áreas do conhecimento sobre a educação sexual vêm aumentando gradativamente. Com a definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo Ministério da Educação em 1997, os conteúdos relativos a sexo, corpo, sexualidade, relações de gênero e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis foram oficialmente liberados para serem abordados na escola. Sendo assim, esta dissertação investigou como se dá a abordagem sobre a educação sexual na formação das discentes do curso de Pedagogia da Universidade Regional de Blumenau - SC. Trata-se de um estudo de caso, norteado por levantamento bibliográfico e aplicação de um questionário, em setembro de 2005, a uma turma de sétima fase do referido curso. O grupo aponta, com base nas próprias vivências de discentes e docentes, que no espaço da escola a educação sexual se dá perpassando conteúdos das diversas disciplinas e conversas aleatórias em sala de aula. A análise desenvolvida aponta para uma abordagem na qual o processo de educação sexual ocorreu de forma assistemática, em detrimento da necessidade de sua formalização.

Palavras-chave: Educação sexual. Educação informal. Educação formal. Ensino superior. Formação docente.

ABSTRACT

The sexual education is an integrating part of the global education of an individual. It begins in his birth and follows him during his entire existence. It is a process in permanent construction that daily and informally happens. But it can happen in educational institutions by specific projects as well. The process of sexual education in its development, as in its results, goes beyond the limits of an individual, because it involves the individual with the collective. In Brazil, since 1980, the interest and the movement of professionals in various areas of knowledge on sexual education increase gradually. With the definition of National Curricular Parameters by the Ministry for Education in 1997, the contents on sex, body, sexuality, gender relations and prevention of sexual infectious diseases were liberated to be taught in school. Thus, this dissertation researched how the sexual education is treated in the formation of students in the Pedagogy Course of the Regional University of Blumenau – SC. It deals of a case research, oriented by a bibliographical survey and the application of a questionnaire to a class of the seventh semester of the course in 2005. The group appoints, based in the experience of each one as student and teacher, that the sexual education in the school goes through the contents of several disciplines and random talks in the classroom. The analysis here developed appoints to a treatment in which the process of sexual education took place in a non systematical way, on costs of its formalization.

Key-words: Sexual education. Informal education. Formal education. Graduation. Docent formation.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 2 A EDUCAÇÃO SEXUAL NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA..... | 14 |
| 2.1 A REALIDADE BRASILEIRA..... | 19 |
| 2.2 UM PANORAMA NA UNIVERSIDADE..... | 28 |
| 2.3 O ESTADO DA ARTE..... | 30 |
| 3 ASPECTOS SOCIAIS DA EDUCAÇÃO SEXUAL..... | 40 |
| 3.1 A EDUCAÇÃO SEXUAL INFORMAL..... | 44 |
| 3.2 A EDUCAÇÃO SEXUAL INFORMAL NA ESCOLA..... | 49 |
| 3.3 A EDUCAÇÃO SEXUAL FORMAL..... | 51 |
| 3.3.1 A abordagem no ensino fundamental..... | 53 |
| 3.3.2 A abordagem no ensino médio..... | 55 |
| 4 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA UNIVERSIDADE..... | 57 |
| 4.1 A FORMAÇÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FURB: LIMITES E POSSIBILIDADES..... | 59 |
| 4.2 OS TEMAS DE INTERESSE DAS DISCENTES..... | 67 |
| 5 A EDUCAÇÃO SEXUAL E A PRÁTICA DAS DISCENTES / DOCENTES..... | 74 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 93 |
| REFERÊNCIAS..... | 99 |
| APÊNDICES..... | 104 |

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais o tema educação sexual está presente em diversas áreas do conhecimento, principalmente quando se trata de abordar a sexualidade na escola. Educação sexual é um processo em permanente construção, visto que recebe influências do momento histórico e, conseqüentemente, de mudanças sócio-culturais e científicas que ocorrem na sociedade.

Considerando a amplitude do tema e a sua importância na atualidade, vê-se como necessidade, conhecer como futuros professores estão sendo preparados para desenvolver e abordar temas pertinentes à educação sexual junto aos alunos no espaço escolar. Esta dissertação tem esta preocupação.

Os questionamentos acerca da temática estão fundados inicialmente na trajetória da própria pesquisadora. O interesse em compreender com maior profundidade essa problemática surgiu no início de 1990, quando cursava a especialização em Sexualidade Humana, em Curitiba, e continuou por ocasião de outra especialização em Educação Sexual, realizada em São Paulo entre 1995 e 1996. Os questionamentos iniciais já levantavam a preocupação com a formação, em nível superior, de profissionais habilitados a tratar dessa temática.

A participação em eventos como congressos, encontros, seminários, jornadas e cursos nos últimos dezesseis anos possibilitou conhecer experiências realizadas por profissionais envolvidos com a problemática da educação sexual. Observou-se, neste período, que a maioria das experiências relatadas realizavam-se em cursos universitários da área da saúde, tais como Medicina, Psicologia e Biologia.

Dessa forma, participar de um Programa de Pós-graduação em Educação tornou-se objetivo a ser atingido desde 1996 após o término da especialização em Educação Sexual. Desde o início a motivação para cursar Mestrado em Educação esteve voltada ao aprofundamento de estudos que envolvessem a formação do educador. Sentia a necessidade de conhecer a abordagem relativa à sexualidade no Ensino Superior, especificamente no curso de Pedagogia.

O interesse em pesquisar esta temática se deve também à convivência com profissionais da área da educação e, nesse processo, ter percebido dificuldades profissionais e pessoais no desenvolvimento de temas relativos à educação sexual, seja individualmente, nos grupos de trabalho ou com as crianças no espaço escolar.

Na condição de educadora sexual, ao desenvolver diversas ações educativas (como seminários, palestras ou oficinas) com profissionais da educação da rede pública e particular de ensino em Blumenau e região, ouve-se com frequência relatos sobre a forma de abordagem de tais temas no espaço escolar. Em seus depoimentos os professores relatam que, às vezes, se esquivam dos questionamentos dos alunos sobre a temática, por vergonha, timidez ou por não se sentirem capazes para conversar. Os profissionais verbalizam que em sua formação no Magistério e no Ensino Superior, especificamente no curso de Pedagogia, não tiveram oportunidade de abordar formal e satisfatoriamente os temas relacionados à educação sexual.

Com tudo isso, viu-se estimulado o interesse em conhecer como ocorre a formação sobre a educação sexual no curso de Pedagogia, uma vez que esses futuros profissionais são responsáveis pela Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. A escolha se fundamenta na compreensão de que os discentes, no futuro exercício profissional, desenvolverão suas atividades em contato direto com crianças, sempre interessadas em conhecer o próprio corpo. Acrescenta-se a isso o tempo de permanência dos alunos na escola, o que possibilita criação de vínculos afetivos em decorrência da proximidade dos relacionamentos, bem como abertura de espaço para manifestações espontâneas, questionamentos e dúvidas relativas à sexualidade, ao sexo e ao corpo.

Leva-se ainda em consideração a definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) pelo Ministério da Educação (MEC), em 1997. Tais documentos são vistos como marcos referenciais na elaboração curricular em nível de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. De acordo com os PCNs, *Orientação Sexual* é eleita como tema transversal, juntamente com Ética, Saúde, Meio Ambiente e Pluralidade Cultural. Tais temas são assim escolhidos por envolverem diferentes dimensões da vida social e cuja proposta “estará impregnando toda prática educativa” (BRASIL, 1997a, p. 128). É assim que o volume 10 (Pluralidade Cultural e *Orientação Sexual*) traz um conjunto de conceitos, procedimentos, atitudes e valores a serem ensinados e aprendidos no espaço escolar.

Os PCNs recomendam que “o trabalho de orientação sexual deverá [...] se dar de duas formas: dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e extra-programação sempre que surgirem questões relacionadas ao tema”. (BRASIL, 1997a, p. 129). Entende-se que, alguns anos após a implantação dos PCNs nas escolas, é preciso perguntar: *Como está a formação dos discentes do curso de Pedagogia para lidar com esta diretriz educacional?*

Destaca-se que *Orientação Sexual* é a expressão utilizada nos PCNs. Porém, nesta dissertação utiliza-se a expressão *educação sexual*, por considerá-la mais abrangente e por

compreender que a expressão *orientação sexual* diz respeito à identidade erótica do indivíduo que pode ser hetero, homo ou bissexual, conforme Lopes (1993), Picazio (1998), Egypto (2003) dentre outros.

A revisão de literatura desenvolvida neste estudo permite apontar vários pesquisadores e estudiosos que contribuíram no processo de construção histórica da educação sexual no Brasil. Tal revisão é aqui desenvolvida com vistas à problematização, discussão e abertura de espaços para ampliar o debate sobre a temática, tanto na academia como na sociedade em geral. Dentre os autores tomados como referências na discussão ora desenvolvida destaca-se Vasconcelos (1971), Goldberg (1988), Matarazzo e Manzin (1988), Suplicy (1990), Ribeiro (1990), Guimarães (1995), Fagundes (1995), Nunes (2002), Werebe (1998) e Figueiró (1999).

Para a pesquisa de campo foi selecionada uma turma do curso de Pedagogia da Universidade Regional de Blumenau - FURB. Como instrumento de investigação foi elaborado um questionário, com perguntas estruturadas e semi-abertas, com vistas a: caracterizar o perfil social do grupo; conhecer como foi a educação sexual informal e formal neste grupo; conhecer a abordagem relativa à educação sexual na graduação; identificar as fontes nas quais as discentes buscam informações sobre os temas relacionados à educação sexual. Para as discentes que já trabalham como professoras (estas aqui identificadas como discentes/docentes) foram desenvolvidas questões complementares direcionadas à abordagem da educação sexual junto aos alunos no espaço escolar. O questionário foi aplicado em uma turma que se encontrava na 7ª fase do curso de Pedagogia da FURB, em setembro de 2005. A aplicação aconteceu durante o período de aula, no qual o professor cedeu o espaço para a realização da pesquisa. Foram distribuídos 26 questionários e devolvidos 18 devidamente respondidos. Das 08 discentes que não responderam o questionário 04 eram alunas ouvintes de outros cursos e as outras 04 estavam envolvidas com a apresentação de um seminário e não participaram da pesquisa. Desde o primeiro contato com a coordenação do curso soube-se que a turma em que seria aplicado questionário era formada exclusivamente por pessoas do sexo feminino.

Para discutir o tema e os resultados da investigação, este estudo encontra-se assim estruturado:

O capítulo A educação sexual numa perspectiva histórica - traz a síntese da trajetória da educação sexual na escola a partir dos anos finais do século XVIII, quando o comportamento sexual das crianças e dos jovens começou a chamar a atenção dos educadores. Discute a forma com que no Brasil, desde que se iniciou no final do século XIX influenciada

pelas correntes médico-higienistas procedentes da Europa, a trajetória da educação sexual na escola apresenta períodos de avanços e retrocessos. Entretanto, pontua que a partir de 1980, com o envolvimento de profissionais de várias áreas do conhecimento, o aparecimento de organizações que congregavam esses profissionais, a realização de eventos sobre educação sexual e sexologia e o aumento gradativo da produção acadêmico-científica sobre o tema, os avanços são lentos, mas possuem continuidade.

O capítulo Aspectos sociais da educação sexual - apresenta conceitos sobre a educação sexual informal, não formal e formal. Discute a abordagem do sexo, do corpo e da sexualidade na família e nos meios de comunicação, tendo por base a função social da educação. Também, mostra como ocorre a abordagem da educação sexual informal e formal no contexto escolar em todos os níveis de ensino. Alguns dos resultados da pesquisa empírica realizada com as discentes do curso de Pedagogia da Universidade Regional em Blumenau / SC (FURB), são apresentados no decorrer deste capítulo.

O capítulo A educação sexual na universidade - problematiza a abordagem da educação sexual no Ensino Superior. Apresenta, também, em que momentos e de que forma os conteúdos relacionados ao sexo, corpo e sexualidade foram abordados no curso Pedagogia da FURB, de acordo com a compreensão e concepções das discentes que participaram pesquisa.

O capítulo A educação sexual e a prática das discentes/docentes - apresenta aspectos da prática pedagógica das discentes sobre a educação sexual na escola. A partir destas foi constituído um subgrupo: aquelas que, durante a graduação, já estavam lecionando. As discentes/docentes deste subgrupo responderam questões sobre como atuam no espaço escolar quando os alunos trazem demandas que envolvem dúvidas e questões relacionadas ao sexo, corpo e sexualidade.

As considerações finais são desencadeadas a partir de reflexões norteadoras do estudo e, com base na abordagem estudada, expõem um entendimento mais aprofundado acerca do tema, pontuando sobre a problemática e a relevância desse entendimento na formação do docente, assim como estimulando a continuidade das discussões.

Como referências são tomados autores e obras consideradas relevantes e atuais no estudo da temática; as mesmas estão elencadas no final do texto. Nos apêndices constam o roteiro do questionário e os resultados obtidos com a sua aplicação.

2 A EDUCAÇÃO SEXUAL NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A história da educação sexual está relacionada diretamente com a repressão sexual e com o estudo do sexo. A necessidade da educação sexual na escola surgiu em função da repressão sexual, estabelecida pela cultura dominante e pela sociedade por volta do século XVIII. De acordo com Ribeiro (1990), na tentativa de justificar e compreender as origens da repressão sexual, foram elaboradas várias hipóteses, que estão contidas em estudos de autores como Ussel (1981), Gregersen (1983), Chauí (s.d.), dentre outros.

Segundo Kinsey, [a síndrome anti-sexual] já existia entre os hititas, os judeus e os cristãos. Escritores cristãos, por outro lado, falam das influências de filósofos romanos e gregos da baixa Antigüidade. Em compensação, outros fazem do cristianismo o responsável por tudo, pensando, mais particularmente nos textos de São Paulo e Santo Agostinho. Admite-se, também, que a síndrome anti-sexual é uma reação contra a pretensa “libertação” da Renascença [...] G. R. Taylor fala de um tabu vitoriano. Para o pastor americano R.E. Fitch após a libertação do século XVIII, o homem passou a desejar para si e para seus semelhantes uma disciplina mais rigorosa, a fim de poder refrear seus instintos e comportar-se de acordo com os bons costume.[...]. (USSEL, 1981, p. 21).

De acordo com Gregersen (1983), a partir do século XVII foram encontrados três momentos históricos que descrevem atitudes significativas sobre a repressão sexual. O primeiro momento faz referência ao puritanismo na Inglaterra. Este, teve sua origem no calvinismo, na Inglaterra do século XV, durante o reinado de Elizabeth I. O puritanismo pregava um rígido padrão espiritual e moral, com base na vontade, na firmeza do caráter e na introspecção, dentro da mais rígida moral. Os médicos da época disseminaram as idéias de repressão que adotavam, justificando cientificamente a necessidade do controle sexual para evitar as doenças venéreas.

[mesmo não se opondo] ao sexo dentro do casamento, os puritanos eram intolerantes com o adultério e a idolatria num sentido prático, virtualmente sem paralelos na história da Cristandade. Foram eles que desenvolveram (particularmente no seu ramo americano) uma extraordinária paranóia sobre orgias sexuais satânicas, o que levou a uma metódica e disseminada perseguição às bruxas. (GREGERSEN, 1983, p. 17).

O segundo momento ocorreu também no século XVII, quando a Igreja Católica faz renascer as doutrinas Agostinianas, sob a denominação de Jansenismo.

Esse movimento reforçava o dano causado pelo pecado original e os males da luxúria à natureza humana. Apesar do Jansenismo ter sido declarado heresia, muito

de sua preocupação moral com os perigos do sexo persistiu na Holanda, mesmo após ter sido oficialmente desaprovado, e sobreviveu na Irlanda, onde o medo e a repressão da sexualidade, são considerados assombrosamente grandes, sem paralelos no mundo católico romano ou talvez em nenhuma outra parte. (GREGERSEN, 1983, p. 17).

O terceiro momento iniciou-se na Inglaterra, com o reinado da rainha Vitória (1819/1901), período denominado de vitorianismo no século XIX.

A extrema afetação do movimento foi acompanhada por uma crença nos perigos da perda de semem – não no sentido judeu-ortodoxo de poluição, mas na crença pseudocientífica de que toda ejaculação era delibitante e que a relação sexual, mesmo dentro do casamento, devia ser evitada o máximo possível para o maior benefício da sociedade. Em outras palavras, ela apoiava com punição uma doutrina de sublimação. (GREGERSEN, 1983, p. 17).

Em *A Repressão Sexual*, (1981), Jos Van Ussel preocupa-se em questionar e analisar as causas, formas e origens dessa repressão. Para ele, não há dúvidas quanto à existência da repressão na história do sexo e da sexualidade, relacionada aos movimentos como o puritanismo, o jansenismo e o vitorianismo considerados como anti-sexuais e às idéias que espalharam por toda a Europa. O autor afirma que não é possível explicar que as mudanças culturais ocorridas no Ocidente aconteceram somente por influência do catolicismo, porque, em diferentes locais, as pessoas por influência de várias crenças religiosas apresentavam comportamentos semelhantes. No século XIX, um católico de origem francesa comportava-se em relação ao sexo, praticamente, como um alemão luterano. Ainda, segundo o autor, foi devido à repressão sexual que surgiu a educação sexual na escola no período compreendido entre 1760 e 1800, para controlar o comportamento das crianças e jovens frente à masturbação, bem como controlar a reprodução humana e evitar a disseminação de doenças venéreas.

Foucault (1993), em *A Vontade de Saber*, analisa detalhadamente a relação entre saber, poder e sexo. A partir do século XVII, o autor identifica quatro conjuntos que desenvolveram dispositivos de saber e poder a respeito do sexo. Estes dispositivos foram construídos gradualmente e se integraram aos discursos que vigoravam na época. Eles atingiram um patamar na ordem do poder e do saber que possibilitou identificá-los e descrevê-los como partes integrantes do dispositivo de sexualidade. Estão identificados e descritos como: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso. Na preocupação com o controle dos indivíduos, em diferentes momentos, foram criadas

estratégias de poder e saber que fizeram uso do sexo das crianças, das mulheres e dos homens para construir discursos em torno do sexo, relacionando-o com o perigo.

A respeito do que chamaria de hipótese repressiva sobre a sexualidade, o autor suscita três dúvidas,

Primeira dúvida: a repressão do sexo seria, mesmo uma evidência histórica [...] seria realmente a acentuação ou talvez a instauração, desde o século XVII, de um regime de repressão ao sexo? Questão que é propriamente histórica. Segunda dúvida: a mecânica do poder e, em particular, a que é posta em jogo numa sociedade como a nossa, seria mesmo, essencialmente, de ordem repressiva? Interdição censura e negação são mesmo as formas pelas quais o poder se exerce de maneira geral, talvez em qualquer sociedade e, [...] na nossa? Questão histórico-teórica. Enfim, terceira dúvida: o discurso crítico que se dirige à repressão viria cruzar com um mecanismo de poder, que funcionara até então sem contestação, para barrar-lhe a via, ou faria parte da mesma rede histórica daquilo que denuncia (e sem dúvida disfarça) chamando-o de “repressão”? Existiria mesmo uma ruptura histórica entre a Idade da repressão e a análise crítica da repressão? Questão histórico-política. (FOUCAULT, 1993, p. 15).

Estas dúvidas são justificadas quando ele afirma que “[elas] têm por objetivo muito menos mostrar que essa hipótese é falsa do que recolocá-la numa economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas a partir do século XVII” (FOUCAULT, 1993, p.16). Isto porque a partir deste século “[...] há uma verdadeira explosão discursiva” (FOUCAULT, 1993, p. 21) sobre o sexo. Principalmente no campo do exercício do poder, havia uma “incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado” (FOUCAULT, 1993, p. 22).

O autor analisa o que se fala e como se fala nos discursos sobre o sexo, para verificar se ele é estimulado pelo poder ou se manifesta apesar do poder. O poder, representado por meio das instituições como a Igreja, escola, família e o Estado como também, pela medicina, incentivava os discursos sobre sexo, uma vez que o mesmo visava ao controle do indivíduo e da população, não especificamente, o controle das práticas sexuais.

A Igreja, após o Concílio de Trento, estimulava a confissão: os desejos, pensamentos, fantasias e os impulsos em relação ao corpo, deveriam ser falados com detalhes ao confessor. A prática da confissão foi um dos meios mais eficazes que o poder utilizou para se falar sobre sexo. Havia interesse em ouvir e interesse em contar com detalhes tudo o que se passava no pensamento, fantasias, desejos e o que se fazia. Assim o objeto de confissão se diversificou, expandindo-se para as consultas, narrativas ou interrogatórios, por exemplo. O sexo foi apontado como causa para doenças e como controle de comportamentos considerados

desajustados e anormais. Os indivíduos que se enquadravam nesses conceitos eram encaminhados a hospitais psiquiátricos, bordéis e prisões. Por volta do século XVIII, surge um período em que o sexo ficou restrito às práticas sexuais entre casais e somente com a finalidade de reprodução. Quem não se adequava ao modelo era considerado anormal, insubordinado, sendo expulso do convívio com outras pessoas, condenado à interdição e ao silêncio. Justificava-se que as energias não podiam ser dissipadas nos prazeres mundanos, porque a sociedade precisava dessas energias para o trabalho. O poder utilizava-se de estratégias e de mecanismos porque

[era] a maneira de dar forma à exigência de falar, fábula indispensável à economia infinitamente proliferante do discurso sobre o sexo. O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo. (FOUCAULT, 1993, p. 36).

O autor mostrou uma hipótese discursiva sobre a sexualidade, na qual ela não pode ser concebida como algo da natureza que o poder tenta reprimir. Segundo essa hipótese, a sexualidade deve ser encarada como algo que exarceba e estimula o corpo, intensifica os prazeres, incita o discurso e incentiva a formação de conhecimentos. Para Foucault (1993), a sociedade quer normatizar e controlar a sexualidade a partir dos dispositivos saber e poder, que controlam o conhecimento para controlar melhor o poder, mas não a partir da repressão. Sendo assim, a sociedade estimula a falar sobre a sexualidade, para conhecer e controlar. O autor faz questão de enfatizar:

[...] não pretendo afirmar que o sexo não tenha sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí ele o tenha sido menos do que antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna. Todos esses elementos negativos – proibições, recusas, censuras, negações -- que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso. (FOUCAULT, 1993, p. 17).

Para este autor, a repressão sexual tornou-se mais evidente nos discursos dos essencialistas, porque, para ele, os mesmos ignoravam ou não queriam ver que a sexualidade é um dispositivo histórico que havia se desenvolvido por meio de uma rede de regulação social abrangente e complexa que vigiava, organizava e moldava os corpos e os comportamentos.

O essencialismo apresenta duas possibilidades de entender a sexualidade: uma que, às vezes, se resume à fisiologia relacionada com a reprodução da espécie (vertente biomédica) e a outra que, às vezes, se resume a algo que é constitutivo da natureza humana, que seria a energia inerente às sensações corporais, de ordem psíquica (vertente psicanalítica). Os essencialistas ostentam “a convicção de que há algo inerente à natureza humana, inscrito nos corpos na forma de um instinto ou energia sexual, que conduz as ações” (HEILBORN, 1999, p. 9). Assim, para eles, “a cultura viria domesticar, rearranjar, modelar, construir algo que seria inerente à condição humana” (HEILBORN, 1999, p. 64).

Retomando Foucault (1993), dentre as inúmeras análises, provocações e reflexões que realiza, encontram-se as informações sobre a abordagem do sexo nas escolas, a partir do século XVIII. Para ele, os discursos sobre sexo estavam na escola, com os educadores, com os pais e com os médicos, portanto, não havia uma imposição de silêncio.

Seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então, falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa [...] tudo permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso. A partir do século XVIII, o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser um importante foco em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas. (FOUCAULT, 1993, p. 31-32).

A educação sexual começou a preocupar os educadores franceses a partir da metade do século XVIII, com o surgimento de ações relacionadas “à repressão das manifestações da sexualidade infantil [cujo] objetivo maior era o combate à masturbação, tendo como pano de fundo as idéias de Rousseau para quem a ignorância era a melhor garantia da manutenção da pureza infantil” (SAYÃO, 1997, p.107). Como não era possível ignorar o que acontecia com as crianças, as informações repressivas com base no discurso legitimado por educadores, médicos e religiosos eram um mal menor. As preocupações com as doenças venéreas, principalmente a sífilis, a degenerescência da raça, os abortos clandestinos e os índices de mortalidade materna motivaram a retomada da abordagem da educação sexual, no final do século XIX. A abordagem chega ao século XX com idéias voltadas para a visão higienista e com modelos de comportamentos moralmente recatados oriundos da era vitoriana.

Em 1892, a Associação Norte-americana de Educação, sob influência européia, fez a proposta para incluir noções sobre sexualidade nos currículos das escolas. A Sociedade Americana para a Profilaxia Moral e Sanitária foi criada em 1905, para erradicar as doenças venéreas. Persuadiam-se as pessoas pelo medo, promovendo a noção de pecado e condenavam-se as práticas sexuais por meio da moral. “Neste período, também se registraram as primeiras tentativas organizadas de levar às escolas noções de *higiene sexual*, proposta baseada em rígidos padrões morais” (CHILDE apud SCHIAVO e SILVA, 1997, p.155).

De acordo com Fagundes (1995), desde o início do século XX, a educação sexual é uma preocupação de profissionais de diversas áreas do conhecimento. Em 1915, reuniram-se em Buenos Aires / Argentina professores de vários países da América Latina, para discutir e refletir sobre o tema. Na oportunidade, foi elaborado um documento, recomendando que fossem implantados programas na área de educação sexual nos países que estavam representados no evento. Quando retornassem aos seus locais de origem, os participantes deveriam entregar o documento aos governantes e às autoridades para a implementação de programas. Ainda segundo a autora, na América Latina, os avanços na área de educação sexual parecem lentos, devido à ausência de interesse dos governantes e pelas dificuldades na administração das políticas públicas de educação, de saúde e social.

Os países que tiveram a iniciativa para desenvolver projetos de educação sexual nas escolas, a partir da década de 1930, segundo Souza (2002), foram: a Noruega desde 1936; a Inglaterra, 1943; a Rússia e Dinamarca, 1958; a Bélgica e a Suíça, 1960; a Alemanha, entre 1968 e 1969; o Japão e o Paraguai, 1970; Cuba, 1978; o Chile, 1972; França, 1973 e a Bolívia em 1975. A Suécia, em 1942, teve a educação sexual recomendada pelo governo e, em 1956, foi declarada obrigatória por iniciativa das mulheres suecas que iniciaram um movimento de repúdio à repressão vitoriana e estimularam a inclusão da educação sexual nas escolas.

2.1 A REALIDADE BRASILEIRA

No Brasil, desde o início, a história da educação sexual foi marcada por períodos de avanços e retrocessos, conforme relatos de estudiosos e pesquisadores dedicados ao tema, como Ribeiro (1990), Cavalcanti (1992), Guimarães (1995), Sayão (1997), Werebe (1998), dentre outros. A partir dos anos finais do século XIX, chegou ao Brasil, trazido por médicos europeus, o controle sexual com apoio científico, visando principalmente a prevenção de

doenças venéreas, o controle da natalidade e o combate à masturbação. Nesse período, o país estava fortemente influenciado pelos usos e costumes da era vitoriana.

É importante ressaltar que o Protestantismo chegou ao Brasil por volta da metade do século XIX. Essa religião também possuía códigos de conduta sexual rígidos para os seus adeptos, embora os líderes pudessem contrair matrimônio e ter vida sexual ativa. A exemplo da religião Católica, o Protestantismo

sempre se preocupou com a vida sexual de seus adeptos e erigiu [...] normas de conduta que visassem assegurar a moralidade sexual dos indivíduos, e, pretensamente, de toda a sociedade, através do trabalho de conversão contínua de novos fiéis ao protestantismo. (FIGUEIRÓ, 2001, p. 25).

A rigidez dos comportamentos pregados e estimulados pela religião de Confissão Cristã (Católica e Protestante) e as correntes médico-higienistas, visando manter a saúde sexual dos indivíduos, fizeram com que o início da educação sexual no Brasil fosse também, fortemente marcado por essas influências.

No começo do século, a supor pelo exemplo de uma tese defendida em 1915 no Rio de Janeiro, chegaram ao país algumas influências das correntes médicas higienistas que vinham tendo sucesso na Europa. Apregoavam a necessidade de uma educação sexual que fosse eficaz no combate à masturbação e às doenças venéreas e que preparasse a mulher para desempenhar, adequadamente, seu 'nobre papel de esposa e de mãe'. (BARROSO e BRUSCHINI, 1982, p. 19).

Muitos médicos e educadores eram favoráveis à educação sexual como forma de evitar a perversão moral, as psicoses sexuais e a dependência física dos prazeres libidinosos, bem como garantir a saudável reprodução da espécie. Portanto, era a visão higienista que prevalecia. O discurso vigente na época era totalmente repressor para as questões relacionadas ao corpo, sexo e, principalmente, ao que se referia ao comportamento das mulheres. A moral dominante privilegiava os homens, que eram tratados com benevolência e tinham regalias não permitidas às mulheres, tais como: poder absoluto e ilimitado sobre a esposa, filhos e empregados, direito ao prazer sexual, tolerância à prática do adultério e/ou poligamia e outras. Dentre os provérbios que vigoraram desde a época do Império até o início do século XX há um que resume a conduta dos homens em relação às mulheres: “Branca para casar, mulata para foder e negra para trabalhar” (GOLDBERG, 1988, p. 24). A esposa era consagrada ao lar, administrava a casa, o seu comportamento social era recatado e o exercício da sexualidade era somente para a reprodução dos filhos legítimos no casamento.

Segundo Sayão (1997), as feministas lideradas por Berta Lutz, nos anos de 1920, reivindicaram a educação sexual nas escolas, cujo objetivo era a proteção à infância e à maternidade. Em 1928 houve o Congresso Nacional de Educadores, no qual os participantes concluíram que os pais não tinham condições de prover a educação sexual em casa. Na ocasião foi aprovada a adoção de Programas dessa matéria nas escolas, mas somente para crianças acima de 11 anos.

O Jornal Diário da Noite, nos anos 1930, realizou uma pesquisa sobre a educação sexual nas escolas. O resultado da pesquisa mostrou o apoio irrestrito por parte dos médicos, divergindo apenas nas estratégias de condução dos programas. Na época, a escola passou a ser um local onde se podiam fazer ações preventivas da medicina higienista, com o objetivo de levar as crianças e os adolescentes a terem saúde e um comportamento dentro dos padrões estabelecidos (GUIMARÃES, 1995). No II Congresso Internacional Feminista, realizado no Rio de Janeiro em 1931, a educação sexual foi apresentada e defendida como meio de proteção à infância e à maternidade, segundo a mesma autora.

Em *A Repressão Sexual* (s.d.), Marilena Chauí relata que, em 1938, foi editado no Rio de Janeiro o livro *Iniciação Sexual, Educacional* e que logo abaixo do título está a recomendação Leitura Reservada (grifo nosso). A autora informa que, no início do livro, o autor procura “[...] esclarecer que não se trata de um livro pornográfico ou obsceno (de sacanagem, diria-se hoje), mas obra educativa. Pressupõe [...] a distinção entre um sexo ‘ruim e um sexo bom’, o que, em si mesmo, já é um exemplo de repressão interiorizada” (CHAUÍ, s.d., p. 20).

Entre 1935 e 1950 não se tem relatos de iniciativas relacionadas à implantação da educação sexual nas escolas. Foi um verdadeiro retrocesso na trajetória da educação sexual no país, porque “a Igreja Católica mantinha severa repressão sobre o tema” (SAYÃO, 1997, p.108). Nesse período, foram editados dois livros que, segundo Ribeiro (1990), tinham como principais focos orientar e direcionar o comportamento sexual, ensinar o controle da natalidade por métodos naturais, alertar para a prevenção de doenças venéreas e enfatizar o relacionamento amoroso entre casais. O livro *A Nossa Vida Sexual*, que traz na capa logo abaixo do título a seguinte observação: GUIA e CONSELHEIRO para TODOS com RESPOSTAS a TODAS as QUESTÕES, do Dr. Fritz Kahn (1942), traduzido do alemão e cujo capítulo XXIII é dedicado à educação sexual e o livro *A Serviço do Amor*, de Edith Carnot e J. Carnot (1959), traduzido do francês. Em *A Serviço do Amor*, na página de rosto está escrito, “Desvendando os próprios mistérios fisiológicos da vida sexual para Moças Casaduras e *mais ainda* para Senhoras Casadas à luz da sã Psicologia e Moral. Na página

seguinte há ainda duas observações significativas: 6ª Edição *Feminina e Livro asseado, claro, decente*” (RIBEIRO, 1990, p.11-12).

No período anterior à década de 1960, segundo Guimarães (1995), a Igreja Católica Apostólica Romana foi um dos freios mais poderosos para evitar a implantação da educação sexual nas escolas. A Igreja dominava o sistema educacional, administrava vários educandários para moças e seminários para rapazes com regime de internato e semi-internato, bem como possuía grande interferência no Estado brasileiro.

Após o Concílio Vaticano II (1962 / 1965), diminuíram as opiniões rígidas dentro da Igreja e alguns colégios católicos começaram a desenvolver programas de educação sexual. O padre Charbonneau escreveu vários livros que influenciaram a comunidade católica. A sua abordagem é claramente voltada para a moral cristã “[...] na linha da educação para a responsabilidade e consciência da paternidade” (GUIMARÃES, 1995, p. 60).

Assim, no início dos anos 1960, a Igreja começava a ter alguma abertura para os temas relacionados à sexualidade, mas com o golpe militar de 1964 e a crise política na qual o País estava mergulhado, não havia possibilidade e nem abertura suficiente para dar continuidade aos projetos já iniciados nas escolas. No período mais rígido da ditadura militar houve poucas iniciativas para a implantação de projetos de educação sexual. Mesmo com todas dificuldades, a década de 1960 foi marcada por experiências significativas na área da educação sexual escolar, como se pode ver a seguir.

De acordo com Guimarães (1995), em 1963, um Colégio em Belo Horizonte / MG que executava um Programa de Educação Sexual por 04 anos para alunos do 4º ano do ginásio (equivalente à 8ª série de hoje), a experiência foi suspensa por pressão dos pais. O Colégio Pedro de Alcântara / Rio de Janeiro iniciou em todas as séries o ensino da educação sexual em 1964.

Ainda no Rio de Janeiro, em 1968, os Colégios André Maurois, Infante Dom Henrique e Orlando Roucas introduziram a educação sexual nos currículos. No último Colégio, houve uma crise que terminou com a exoneração da diretora, suspensão de professores e expulsão de alunos (GUIMARÃES, 1995).

Conforme Sayão (1997), a deputada federal Júlia Steimbruck, do Rio de Janeiro, apresentou, em 1968, um projeto de lei propondo a implantação obrigatória da Educação Sexual em todas as séries e em todas escolas do país. O projeto teve apoio de vários segmentos da sociedade, porém, com argumentos moralistas, teológicos e sentimentais e com receio de escândalos, a Comissão Nacional de Moral e Civismo conseguiu que o projeto não fosse aprovado.

No Estado de São Paulo, as experiências e tentativas de implantar a Educação Sexual nas escolas da rede pública também estavam presentes entre 1954 a 1970. As aulas, para alunas da 4ª série primária, eram ministradas por professores e orientadores sanitários do serviço de Saúde Pública do departamento de Assistência ao Escolar. Segundo depoimentos colhidos por Barroso e Bruschini (1982), os pais e os participantes avaliaram os programas como excelentes. O projeto foi suspenso em 1970 por determinação do Ministério da Educação.

O Colégio de Aplicação Fidelino Figueiredo, da Faculdade de Filosofia - Universidade de São Paulo / USP, desenvolveu atividades na área de educação sexual entre 1963 a 1968. O Ginásio Vocacional de São Paulo, entre 1961 a 1969, e o Ginásio Estadual Pluricurricular Experimental, entre 1966 e 1969. As experiências em São Paulo, a partir de 1960, já avançavam para a normatização de condutas, indo além dos aspectos biofisiológicos da sexualidade (WEREBE, 1998).

Segundo depoimentos de Fagundes (2006), em Salvador – BA, no ano de 1969 a profª Mariaugusta Rosa Rocha, então docente do Centro Integrado de Educação Anísio Teixeira, implementou um Projeto de Educação Sexual para adolescentes. Por pressão dos pais foi demitida, mas logo ganhou a causa, sendo readmitida e dando continuidade às suas ações. No período compreendido entre março de 1987 e maio de 1989, como Secretária de Educação do Estado, a profª Mariaugusta desenvolveu um programa de Educação Sexual para as escolas da Bahia, iniciativa que declinou com a mudança de Governo Estadual (maio / 1989).

O início de 1970 teve como principal característica o retrocesso ao puritanismo e o aumento da censura em todas as instâncias (artes, literatura, música, imprensa, perseguições políticas, dentre outras). Nas escolas públicas, os projetos de educação sexual foram suprimidos e nas escolas particulares havia poucas experiências. “O país atravessava, então um período de intensa repressão em todos os níveis [...]” (SAYÃO, 1997, p.109).

Em 11 de agosto de 1971 foi aprovada a Lei Nº 5.692 - Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º e dá outras providências. Esta Lei determina no “Art. 7º *Será obrigatório a inclusão da Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos [...]*”. (BRASIL, 2005). O Conselho Federal de Educação emite parecer favorável à inclusão ressaltando que o tema objetiva “[...] levar a criança e o adolescente ao desenvolvimento de hábitos saudáveis quanto à higiene pessoal, alimentação, prática desportiva ao trabalho e ao lazer, permitindo-lhes a sua utilização imediata no sentido de preservar a saúde pessoal e a dos outros” (VALADÃO, 2005, p. 18). Essa Lei Federal

preocupava-se mais com as questões da saúde em si, do que especificamente com a saúde sexual. Nessa época, essas questões eram abordadas nas aulas de Higiene, Ciências ou Biologia.

A Sociedade Civil de Bem Estar Familiar - BENFAM, que desde 1965 desenvolvia um trabalho de planejamento familiar junto à população carente do Brasil, passou a partir de 1972, a desenvolver trabalhos na área de educação sexual (SCHIAVO e SILVA, 1997).

A Fundação Carlos Chagas, em 1972, coordenou uma pesquisa para conhecer e avaliar os valores que se relacionavam com a sexualidade. A investigação foi realizada com adolescentes entre 15 e 17 anos, de diferentes escolas e classes sociais na cidade de São Paulo. “Nessa pesquisa, que era também um programa de educação sexual, o objetivo era propiciar a livre discussão de normas, padrões de comportamento e atitudes relativos à sexualidade” (SAYÃO, 1997, p.110). A pesquisa teve boa aceitação entre o público alvo: pais e educadores.

Os “Documentos oficiais mencionam a educação sexual em programas de educação da saúde, tanto em parecer do Conselho Federal de Educação de 1974, como em guias curriculares para o ensino do primeiro grau do Estado de São Paulo de 1975” (SAYÃO, 1997, p.109). Alegando que a educação sexual era de responsabilidade exclusiva da família, a Secretaria de Educação de São Paulo não autorizou a educação sexual nas escolas públicas entre 1975 a 1979.

Mas mesmo com os riscos da repressão, o desenvolvimento de projetos de orientação sexual continuou em algumas instituições, conforme menciona Maria José Werebe, ao referir-se a uma sondagem realizada no IV Congresso Brasileiro de Orientação Educacional em São Paulo, no ano de 1976: eram ao todo 56 trabalhos. (RIBEIRO, 1990, p. 13).

A partir da metade da década de 1970, com o surgimento dos movimentos feministas, com discursos inflamados pelos direitos da mulher sobre o seu corpo, pela liberdade sexual e pelo controle da concepção e a libertação sexual dos jovens, reacende-se o interesse pela educação sexual nas escolas.

Por iniciativas particulares, entre 1978 e 1979, foram realizados Congressos de Educação Sexual nas escolas, “[...] abrindo-se o debate para a dimensão pública desse tipo de educação, e reunindo cerca de dois mil educadores” (GUIMARÃES, 1995, p. 67).

Em 1979, a BENFAM organiza o 1º Seminário Técnico de Educação Sexual, tendo como estratégia conduzir o controle de natalidade e introduzir a orientação sexual nas escolas. O evento foi muito criticado devido à proposta controladora (GUIMARÃES, 1995). A

socióloga Maria Helena Matarazzo, em 1979, implanta e coordena, com apoio da BENFAM, um serviço telefônico: *SOS Educação Sexual*. Também implanta e coordena um programa de rádio para responder perguntas sobre sexualidade, com caráter educativo, na cidade de São Paulo.

No início da década de 1980, fora do âmbito escolar, a veiculação e divulgação de questões relacionadas à sexualidade estavam em plena ebulição. Em 1980, a psicóloga Marta Suplicy teve um espaço no programa TV Mulher, São Paulo, para falar sobre questões relacionadas à sexualidade, sexo e gênero. O programa obteve grande audiência, mas gerou muita polêmica e debates nos diversos segmentos da sociedade. Nas bancas de revistas, fascículos e folhetos eram disponibilizados para os leitores. Diversos eventos, como congressos, encontros e reuniões, eram realizados com participação de profissionais das áreas da saúde, educação e social. Essa mobilização “contribuiu para intensificar o debate sobre a inclusão de educação / orientação sexual nas escolas” (SAYÃO, 1997, p.110).

O Sistema de Ensino Pitágoras de Belo Horizonte / MG, em outubro de 1984, implantou, no Colégio Pitágoras, um projeto piloto de orientação sexual, após uma pesquisa realizada com alunos da 2ª série do atual Ensino Médio. Esta pesquisa mostrava que os alunos queriam informações sobre a sexualidade que ultrapassassem a área biológica, que também abordassem a áreas emocional, psicológica e comportamental. O grupo de trabalho que idealizou o projeto era composto por professores, psicólogos e pelo Conselho de Pais. O projeto foi implantado em oito turmas de 6ª e 8ª séries. Essa experiência foi relatada em diversos eventos realizados em Minas Gerais e no país, servindo de modelo para profissionais interessados na educação sexual (NEIVA et al, 1988).

Nessa mesma década, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, algumas escolas abordavam a sexualidade por meio da implantação de programas coordenados por professores. Outras optavam por palestras, encontros ou debates com médicos e psicólogos, ou, por meio da disciplina de Ciências, decidiam-se por ampliar os conteúdos que se referiam à reprodução.

Com o aparecimento do primeiro diagnóstico médico de AIDS (Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida - SIDA) em um bebê (1984) no Rio de Janeiro, houve uma mobilização geral da sociedade, porque se cogitou a possibilidade de haver outras formas de transmissão do vírus HIV (vírus causador da AIDS). Até então, a única conhecida, era por meio dos relacionamentos homossexuais. Nessa época, “as pessoas portadoras do HIV eram rubricadas indiscriminadamente, como homossexuais. Havia uma verdadeira ‘aidsfobia’ que atingia a todo mundo, sem poupar naturalmente os sexólogos” (CAVALCANTI, 1992, p. 63). Por

meio do estudo do caso do bebê soropositivo, chegou-se à mãe; mas foram surgindo mais casos em crianças e em mulheres. No final da década de 1980, os sexólogos (médicos, educadores e demais profissionais envolvidos) estudavam formas para trabalhar a prevenção do HIV nas escolas e na própria sociedade e estavam preocupados em como trabalhar no futuro, com as crianças vivendo com HIV / AIDS no ambiente escolar.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em 1989, implantou a orientação sexual nas escolas de primeiro grau e, posteriormente, na educação infantil. O responsável pela implantação desse trabalho foi Paulo Freire, que respondia pela Secretaria naquela época.

O diferencial dessa intervenção foi a cuidadosa formação de professores, que passavam por curso inicial e acompanhamento continuado em supervisão semanal, formação esta sob a responsabilidade do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual / GTPOS. Em 1992, o trabalho nas escolas municipais de São Paulo atingiu cerca de 12 mil alunos. (SAYÃO, 1997, p.111).

A década de 1980 foi significativa na história da educação sexual pelo avanço das iniciativas de implantação de projetos em inúmeras escolas públicas e particulares do país. Com o crescente interesse dos educadores, médicos, psicólogos e profissionais de áreas afins, houve um aumento na produção escrita sobre educação sexual e sexualidade. No final dos anos 1980, o aparecimento de inúmeras Organizações Não Governamentais / ONGs contribuiu para que profissionais de diversas áreas do conhecimento se voltassem para a educação integral e sexual. Algumas destas ONGs desenvolviam ações para prevenir a infecção pelo HIV, bem como para minimizar os efeitos sociais da epidemia (AIDS) na sociedade e outras estabeleceram ações para dar visibilidade ao movimento em prol da dignidade dos homossexuais. Havia uma mobilização dos profissionais (área da saúde e da educação), para se unir e formar uma sociedade para estudar, pesquisar e aprofundar as questões relacionadas à sexualidade e educação sexual nas instituições de ensino.

O ano de 1985 foi marcado por uma série de sugestões para que fosse criada uma sociedade sexológica multidisciplinar que abrigasse não apenas médicos e psicólogos, mas também sociólogos, antropólogos, educadores, enfim todas as pessoas que, de alguma forma, estivessem interessadas no estudo da sexologia. (CAVALCANTI, 1992, p. 61).

Sendo assim, durante o IV Encontro Nacional de Sexologia, realizado entre 10 a 14 de setembro de 1986 no Centro Cívico em Curitiba, foi criada a Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana / SBRASH. A oficialização da entidade em maio de 1989, durante o VII Encontro Nacional de Sexologia, foi um marco impulsionador para a realização

de eventos (Congressos, Seminários, Jornadas, Cursos de Especialização, Cursos de Formação e outros) nas áreas de sexologia, educação sexual e de terapia sexual no Brasil.

Os anos de 1990 foram profícuos para a educação sexual no país porque, em diversos estados, foram realizados numerosos eventos educativos, como encontros, seminários, jornadas e congressos, com enfoque na sexualidade, terapia sexual, educação sexual e na prevenção do HIV e AIDS, que se tornou uma das maiores preocupações da escola e da sociedade em geral. Estava, dessa forma, consolidada a realização de grandes eventos na área da sexologia e educação sexual. Estes eventos firmaram-se por meio do esforço e empenho de profissionais comprometidos com a abertura do discurso, sobre as diversas nuances que envolvem a sexualidade e a sua repercussão na sociedade.

O Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual / GTPOS, a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS / ABIA e o Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana / ECOS, com o apoio da Fundação John D. and Catherine T. MacArthur, traduziram o *Guia de Orientação Sexual – Diretrizes e Metodologia da Pré-Escola ao 2º Grau* no ano de 1993. O Guia era de origem norte-americana e foi lançado pelo Conselho de Educação dos Estados Unidos em 1991. Para tornar o *Guia de Orientação Sexual* viável à realidade brasileira, por iniciativa de Marta Suplicy, foi constituído o Fórum Nacional de Educação e Sexualidade, com a participação de 30 entidades e de pessoas interessadas nos temas. Esse Guia teve milhares de cópias distribuídas pelo MEC e serviu como referência para a implantação de projetos de educação sexual, tanto nas escolas particulares, como nas públicas. O *Guia de Orientação Sexual / GOS*, também, foi um dos impulsionadores da inclusão do tema nos Parâmetros Curriculares Nacionais / PCNs, visto que o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, por meio de seus representantes, na época, mostraram-se sensíveis à implantação da abordagem da sexualidade nas escolas.

Conforme consta no *Guia de Orientação Sexual* (1994), o Instituto Data Folha realizou uma pesquisa em dez capitais brasileiras e constatou que 86%, das 5.076 pessoas ouvidas, eram favoráveis a que se incluísse nos currículos escolares a Orientação Sexual. Mesmo sendo favoráveis, 32% dos pais conversavam com os filhos sobre sexo e 50% nunca abordaram o tema com os filhos. Essa pesquisa foi divulgada em 27 de junho de 1993.

Em 1996, foi criada a Associação Brasileira de Educação Sexual - ABRADES, em Florianópolis/SC. A ação realizou-se por iniciativa dos professores César Aparecido Nunes e Edna Silva, cuja proposta era “promover a educação sexual e contribuir para a formação de professores, educadores e agentes educacionais na perspectiva da emancipação” (ABRADES, 2005, p. 01).

Nesse mesmo ano, foi realizado no Rio de Janeiro o Congresso Brasileiro de Educação Sexual, promovido pelo Centro de Educação Sexual / CEDUS (Organização Não Governamental / ONG fundada em 1993), que desenvolve ações educativas dirigidas às crianças e aos adolescentes, educadores, profissionais de saúde, pais e à sociedade em geral. A entidade também recebia apoio da Fundação MacArthur e das Secretarias de Educação e de Saúde do município do Rio de Janeiro.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais / PCNs, para as turmas de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, foram publicados em 1997, e para 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, em 1998. Para as séries do Ensino Médio, foram publicados em 1999. Os Parâmetros Curriculares Nacionais são compostos por 10 volumes, sendo o v. 10 específico para a *Orientação Sexual*, nomenclatura adotada pelo Ministério da Educação / MEC para designar a Educação Sexual nas escolas.

Em 17 de maio de 2001 foi emitida a Portaria Interministerial Nº 766 / GM, que instituiu um grupo de trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar, implementar, avaliar e acompanhar o desenvolvimento dos temas transversais Saúde e Orientação Sexual, no âmbito do Programa Parâmetros em Ação do Ministério da Educação. Os Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação, Saúde e Orientação Sexual são o resultado de uma articulação entre os Ministérios da Educação e da Saúde.

Atualmente, a abordagem da sexualidade nas escolas tem ultrapassado timidamente o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, com algumas experiências isoladas no Ensino Superior, podendo-se destacar algumas iniciativas como se verá a seguir.

2.2 UM PANORAMA NA UNIVERSIDADE

No final da década de 1980 profissionais como Silva (1989), Cavalcanti (1992), Lopes (1993), Vitiello (1995), Fagundes (1995) dentre outros, já mostravam preocupação em introduzir a educação sexual no Ensino Superior. Esta preocupação dava-se quanto à introdução da educação sexual nos cursos de medicina, psicologia, serviço social, pedagogia e biologia.

Em 1989, por iniciativa dos professores Araguari Chalar Silva e Maria do Carmo de Andrade Silva, foi implantada no curso de formação de psicólogos da Universidade Gama Filho / UGF, no Rio de Janeiro, a disciplina eletiva Psicologia da Sexualidade. A partir de

1980, após o reconhecimento da Sexologia como especialidade médica, alguns cursos de Medicina tiveram incluído em suas matérias (nas áreas de psiquiatria e ginecologia) conteúdos de sexologia e sexualidade. Destacam-se as iniciativas dos médicos: Sérgio José Alves de Almeida, em São José do Rio Preto, 1987 (São Paulo); Isaac Charam, em Niterói, 1988 (Rio de Janeiro) e de Rosires de Andrade, em Curitiba, 1984 (Paraná) (SCHIAVO e SILVA, 1997).

A Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi a primeira no Brasil a ter em seu currículo a disciplina de Sexualidade Humana. A mesma foi incluída por iniciativa do médico Jorge José Serapião, em 1988 (SCHIAVO e SILVA, 1997).

O primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* em Sexualidade Humana foi criado em 1986, por iniciativa da psicóloga Maria do Carmo de Andrade Silva, na Universidade Gama Filho / UGF / RJ. Em 1988, o curso foi implantado na Faculdade Tuiuti em Curitiba / PR. A aceitação e o sucesso dos cursos desenvolvidos pelos professores da UGF serviram de exemplo e apoio para o surgimento de outros cursos *lato sensu*. São exemplos os cursos de Educação Sexual (1994) e de Terapia Sexual (1997), promovidos pela SBRASH em São Paulo, com apoio da Faculdade de Medicina do ABC Paulista.

Em 1995, os cursos de Medicina e Enfermagem da Universidade Gama Filho / UGF tiveram em seus currículos a Sexologia como matéria eletiva. A disciplina encontrava-se sob a coordenação do curso de Mestrado em Sexologia, que é o primeiro da América Latina (SCHIAVO e SILVA, 1997).

Na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, por iniciativa da pedagoga Tereza Cristina P. C. Fagundes foi implantada em 1994, para os cursos de Ciências Biológicas, Pedagogia, Psicologia, Educação Física e outros a disciplina Sexualidade e Educação. Em 1993/94 foi realizado o Curso de Especialização em Educação Sexual, pelo CEPOM / Centro de Estudos de Pós-Graduação Olga Melittig, da Faculdade de Educação da Bahia (FAGUNDES, 1995).

Acreditando ser possível e necessária a educação sexual nas escolas [começamos refletir] sobre a questão da formação do educador. Resultados de uma pesquisa que realizamos com professores sobre educação sexual apontaram para a necessidade de sua formação, exigindo, desta forma, o desenvolvimento de programas adequados à sua capacitação nesta área. (FAGUNDES, 1995, p. 21).

No sul do Brasil, na área da Educação tem-se como referência o curso de Pedagogia da Universidade de Santa Catarina / UDESC, que possui em seu currículo a Educação Sexual, desde 1994, como disciplina regular na 1ª fase do curso. Na pós-graduação, “trabalhamos na

construção de um projeto de Curso de especialização em Educação Sexual, bem como na construção de uma linha de pesquisa oferecida no Mestrado em Educação e Cultura” (MELO, 2004, p. 28-29). Segundo a autora, foi criado o Núcleo de Estudos da Sexualidade / NES, vinculado ao Centro de Ciências da Educação / FAED / UDESC, que busca “refletir e agir pedagogicamente sobre a educação sexual” (MELO, 2004, p. 28).

Atualmente, o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia conta com a disciplina Educação, Sexualidade e Gênero, criada pela pedagoga Tereza Cristina P. C. Fagundes, em 2004. No Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências, na Universidade Federal da Bahia, por iniciativa da professora Ângela Maria Freire de Lima e Souza, foi criada a disciplina Ensino de Ciências em Gênero, em 2005. No curso Normal Superior à Distância, da UNIFACS - Universidade Salvador, existe a disciplina Educação e Sexualidade, criada pela professora Tereza Cristina P.C. Fagundes. (Depoimentos colhidos em abril de 2006, junto a esta educadora, em Salvador / Bahia).

Na elaboração da trajetória da educação sexual no Brasil, constatou-se que, nas Instituições de Ensino Superior, a abordagem da educação sexual formal ocorre isoladamente, em poucos cursos. Há dificuldade para encontrar cursos de Pedagogia ou de Magistério Superior que tenham em seu currículo disciplina sobre educação sexual e/ou sexualidade. Como os Parâmetros Curriculares Nacionais recomendam que, no espaço escolar, sejam abordados os temas relacionados à sexualidade, sexo, corpo e gênero, é paradoxal que na formação de professores para a Educação Infantil e primeiras séries do Ensino Fundamental essas disciplinas estejam ausentes na graduação.

2.3 O ESTADO DA ARTE

Como já discutido, a década de 1980 é marcada por inúmeras iniciativas para a implantação de projetos de educação sexual no país. São várias também as iniciativas de profissionais de diversas áreas do conhecimento que se empenharam na produção escrita sobre a educação sexual, contribuindo para que pudesse ser reconhecida e legitimada como tema de pesquisa e estudo na academia. Embora de forma lenta as produções foram surgindo conforme mostra o estado da arte descrito a seguir.

Para realizar levantamento da produção acadêmica sobre a educação sexual, foram consultados os *sites* da Universidade de São Paulo / USP, Universidade Estadual de Campinas

/ UNICAMP e Coordenação de Pessoal de Nível Superior / CAPES - Banco de Teses. Na dissertação, apresentada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo / USP em 1995, *Educação Sexual no Brasil: estado da arte de 1980 a 1993*, a psicóloga Mary Neide Damico Figueiró fez uma análise da produção acadêmico-científica sobre a educação sexual no Brasil. A autora teve como objetivo principal investigar e identificar qual, dentre as abordagens sobre a educação sexual, era predominante. A dissertação, posteriormente, transformou-se no livro *Educação Sexual Retomando uma Proposta, um Desafio* (2001).

Tendo como base as publicações sobre o tema educação sexual no período de 1980 a 1993, organizadas em três grupos: Grupo A: 12 livros e 21 capítulos de livros; Grupo B: artigos, pesquisas e trabalhos apresentados em eventos (72 publicações); Grupo C: 14 dissertações e 03 teses, a autora considerou educação sexual como “toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja no nível do conhecimento de informações básicas, seja no nível do conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual” (FIGUEIRÓ, 2001, p. xvii).

Ancorada nas concepções filosóficas, pedagógicas e metodológicas, a autora identificou quatro tipos de abordagens sobre a educação sexual, a saber: “Religiosa – Católica ou Protestante ambas podendo ser Tradicional ou Libertadora – Médica, Pedagógica e Política” (FIGUEIRÓ, 2001, p. xviii).

De acordo com o entendimento da autora, a abordagem Religiosa é dividida em Católica e Protestante e apresenta dois níveis: tradicional e libertadora. A educação sexual Religiosa Católica Tradicional tem como base as normas morais e eclesiásticas, procurando repassar valores conforme o Evangelho. A educação sexual Religiosa Protestante Tradicional, segue os padrões e características da Católica, variando da visão conservadora para uma visão mais libertadora, reconhece que as normas são repressivas, abre espaços para questionamentos e para vivência da sexualidade com maior liberdade, porém, com responsabilidade. Nesta abordagem a educação sexual também é vista como ato político.

Para identificar a abordagem Médica da educação sexual, Figueiró (2001) faz um recorte sobre o histórico da educação sexual a partir do século XIX, quando o sexo começou ser estudado e analisado como sendo o foco de disfunções e de anomalias dos indivíduos, buscando em Foucault (1993) elementos para subsidiar as concepções da visão higienista e a medicalização do sexo. Em resumo, um educador sexual comprometido com a Abordagem Médica da educação sexual prioriza os conhecimentos sobre a biologia e a fisiologia sexual e fornece opções para melhoria da vivência da sexualidade nos planos individual, casal e coletivo, bem como enfatiza as informações, “em contexto de relação terapêutica ou de

programas preventivos de saúde pública, para assegurar a *saúde sexual* do indivíduo e da coletividade” (FIGUEIRÓ, 2001, p. 68).

A respeito da Abordagem Pedagógica, a autora faz uma síntese da história da educação sexual no Brasil, enfatiza a necessidade de apoio oficial para implantação da educação sexual nas escolas públicas, ressalta a importância de divulgar os trabalhos existentes, como forma de chamar a atenção para mais adesões. Ainda verifica que a escola educa sexualmente as crianças e adolescentes, mesmo não tendo projetos específicos de educação sexual. Esta abordagem está centrada no processo de ensino-aprendizagem sobre as questões que envolvem a educação sexual. “Valoriza o aspecto informativo [...] podendo também dar ênfase aos aspectos formativos, onde se propicie a discussão de *valores, atitudes e preconceitos*; pode ainda considerar a importância da discussão de dúvidas, sentimentos e emoções” (FIGUEIRÓ, 2001, p. 90).

A Abordagem Política da educação sexual no Brasil teve seu início por volta de 1980, época em que o país estava saindo do período rigoroso da ditadura e que começava a surgir os discursos sobre o compromisso com a transformação sócio-cultural-econômica e política da sociedade. Figueiró (2001) faz reflexões sobre as atitudes repressivas em relação à sexualidade e sobre as atitudes que possam contribuir para a auto-repressão. Para esta autora, o educador sexual envolvido com a Abordagem Política da educação sexual trabalha para que haja modificações de valores, preconceitos e discriminações sobre as questões sexuais dos indivíduos e da coletividade. Também dá ênfase para o exercício da sexualidade de forma prazerosa, saudável, com liberdade e responsabilidade. Esta abordagem é influenciada pela cultura e implica em compreender como as normas são socialmente construídas, para que se possam buscar meios que conduzam às transformações sociais. A autora entende que é muito apropriada a expressão *educação sexual emancipatória*, que o filósofo César Aparecido Nunes - UNICAMP utilizou em sua tese de doutorado em 1996, ao invés da expressão abordagem política.

No que se refere à educação sexual na formação do professor encontrou-se a dissertação *Pesquisa sobre Formação de Professores / Educadores para Abordagem da Educação Sexual na Escola*, da assistente social Regina Célia Pinheiro da Silva, apresentada na Universidade Estadual de Campinas / UNICAMP, em 2004, na qual consta a identificação de 165 dissertações e teses sobre educação sexual no contexto escolar. Destas, foram selecionadas para investigação e análises 65 produções (dissertações e teses), realizadas nas diversas instituições de ensino superior no Brasil, no período de 1977 a 2001. Segundo a autora, o recorte fez-se necessário porque a pesquisa teve como objetivo principal “conhecer,

sistematizar, descrever e analisar as produções acadêmicas da pós-graduação com respeito à formação do professor/ educador para a abordagem da educação sexual nas escolas” (SILVA, 2004, p. 52). Dentre as 65 produções catalogadas e analisadas, a autora observou que nem todas estavam voltadas exclusivamente para a formação do professor, mas que, também, havia pesquisas sobre a formação de profissionais / educadores, como biólogos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, médicos, dentre outros que estavam envolvidos com a educação sexual no contexto escolar.

De acordo com Silva (2004), das 65 produções encontradas, 54 produções (83,1%) são dissertações de mestrado, 10 são (15,4%) teses de doutorado e uma (1,5%), livre-docência. Considerando que 34 produções (52,3%) foram em Mestrados e Doutorados em Educação, que quando somados à “Psicologia da Educação, Educação em Saúde, Educação Pública e Educação Especial, o percentual sobe para 63 % [acrescenta-se] 8 na área de Psicologia, 3 em sexologia, 2 em Enfermagem e [...] 2 em área da Saúde” (SILVA, 2004, p.76). Estas 65 produções levantadas equivalem a 40% do conjunto de 165 trabalhos encontrados entre 1977 a 2001, sobre a educação sexual no contexto escolar, segundo a autora.

Como a presente dissertação visa conhecer como está sendo a formação das discentes sobre a educação sexual no curso de Pedagogia / FURB, (turma da 7ª fase), são enfocadas as análises da autora sobre a formação inicial de professores. De acordo com Silva (2004), das 65 produções sobre a formação inicial do professor, foram encontradas 04 (6,25%) no período entre 1977 a 2001. Teve-se acesso às dissertações citadas pela autora, pelo site: www.capes.org / Banco de Teses.

Silva (2004) identificou como estudo sobre a formação inicial do professor a dissertação *Educação Sexual e formação do educador de creche e pré-escola*, de Elizabete Franco Cruz, apresentada ao Instituto de Psicologia da PUC / SP em 1996. Trata-se de uma pesquisa em instituições responsáveis pela formação inicial de professores para abordagem da educação sexual na escola. Há, também, um enfoque na formação continuada de professores. A autora faz um levantamento bibliográfico, analisa livros e a investigação é realizada com os professores por meio de entrevistas. Em síntese, a autora conclui que o tema necessita de incentivos para produção de conhecimentos e de socialização. A dissertação aborda a formação inicial sobre a educação sexual quando os professores já estão em sala de aula.

Das outras 03 dissertações identificadas por Silva (2004) como formação inicial de professores: duas pesquisas enfocam a formação de professores para a preparação de alunos do ensino médio, a fim de serem multiplicadores sobre a prevenção de DST / HIV / AIDS; e a

outra aborda a prática de oficinas com alunas do 4º ano de Magistério de uma escola pública em Florianópolis, alunos e professores do curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal de Santa Catarina e do curso de Ciências da Educação da Universidade Nacional de Córdoba – Argentina. Esta dissertação, com o título de *Das tecnologias de poder sobre o corpo à vivência da corporeidade: a construção da oficina como espaço educativo*, de Antônio Fernando Silveira Guerra, foi apresentada em 1996, na UFSC.

Porém, pesquisando no *site* da CAPES – Banco de Teses, em agosto 2006, identificou-se a possível primeira produção sobre formação do professor para a abordagem da educação sexual nas escolas surge em 1977, com o título *Um programa de educação sexual – a informação da pesquisa sexual como subsídio para reformulação de atitudes*, de Eulina Rosa Falcão. Trata-se de uma dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Matemática, Estatística e Ciências da Computação / UNICAMP. Esta dissertação mostra a importância da informação científica na compreensão do desenvolvimento da sexualidade no contexto da educação integral. Também ressalta que o profissional de educação desconhece a informação científica e a sua importância para compreensão do comportamento dos alunos em relação ao corpo, sexo e sexualidade no espaço escolar.

Ainda no *site* da CAPES, foi encontrada a dissertação *O descaso em relação à educação sexual na escola: estudo de manifestações de futuras professoras de 1ª a 4ª séries do 1º grau*, de Carmem Regina Parisotto Guimarães, apresentada no Centro de Educação e Ciências Humanas / Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, em 1992. Esta dissertação analisa 333 sujeitos de duas escolas públicas de São Carlos / SP, que cursavam o Ensino Médio com habilitação para o Magistério, no 1º semestre de 1991. Mostra as representações que as futuras professoras primárias têm sobre a sua sexualidade, a sexualidade infantil e sobre a orientação sexual na escola.

Quanto à formação do professor sobre a educação sexual no curso de Pedagogia, destaca-se a Tese de Doutorado *Corpos no Espelho: A percepção da corporeidade em professoras*, da pedagoga Sônia Maria Martins de Melo, defendida em 2001 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC / RS. Em 2004, a tese transformou-se em livro, homônimo da tese, no qual a autora faz uma breve referência sobre a inclusão da disciplina Educação Sexual no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC no ano de 1994. A tese busca compreender a percepção de professoras e alunas do curso de Pedagogia / UDESC, sobre o significado da corporeidade em suas vidas, mas não tendo foco na formação do professor sobre a educação sexual na graduação.

Na tese de Doutorado *A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites*, apresentada na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade do Estado de São Paulo – UNESP, em 2001, pela psicóloga Neide Mary D. Figueiró é realizada uma análise sobre a formação continuada de professores voltada para a educação sexual. Nesta, busca-se compreender o processo de construção do saber e do saber-fazer do professor em educação sexual na escola.

Em relação aos estudos e pesquisas específicas sobre a educação sexual na formação do professor da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental, na graduação, não foi encontrado nenhum trabalho publicado. Considerando-se esta ausência, esta pesquisa torna-se, certamente, relevante para a discussão.

Por ocasião da revisão bibliográfica sobre o tema, identificou-se o uso de vários termos como Orientação Sexual (OS), Informação Sexual (IS) e Instrução Sexual (IS) para designar a Educação Sexual (ES). À primeira vista, isto pode parecer irrelevante, mas acredita-se ser importante situar o leitor sobre o que se discute na área.

Suplicy (1995) entende que a *orientação sexual* na escola é uma proposta que visa complementar e/ou preencher os vazios deixados pela educação sexual efetivada pelos pais. “[...] Orientação Sexual é um processo formal e sistematizado que se propõe a preencher as lacunas de informação, erradicar tabus e preconceitos e abrir a discussão sobre as emoções e valores que impedem o uso dos conhecimentos” (SUPLICY et. al., 1995, p. 8). Já a educação sexual é um processo informal por meio do qual se aprende sobre sexo e sexualidade, ocorre na família.

Existem várias proposições sobre o que vem a ser educação sexual, porém, os estudos elaborados por Cavalcanti (1993), Guimarães (1995), Vitiello (1995), Fagundes (1995), Werebe (1998) e Figueiró (1999) são utilizados como referência em diversas publicações.

No artigo *A Educação Sexual Necessária*, Nelson Vitiello (1995) clarifica os conceitos sobre a informação, orientação e aconselhamento, visto que estes termos são utilizados, por vezes, equivocadamente, mas, eles estão imbricados no conceito de educação. Em *Sexualidade Quem Educa o Educador* (1997), o autor retorna aos mesmos conceitos, conforme citação a seguir:

Informar é uma atividade de ensino, de instrução, e não de educação, ao menos enquanto a informação for passada isoladamente. Já a orientação implica num mecanismo mais elaborado, segundo o qual baseando-se na experiência e nos seus conhecimentos o orientador ajuda o orientando a analisar diferentes opções, tornando-o assim apto a descobrir novos caminhos. Aconselhar [...], consiste em

auxiliar o aconselhando a decidir-se por um ou por vários dos possíveis caminhos que ele próprio já conhece; em outras palavras, aconselhar significa “ajudar a decidir”. Educar, finalmente, embora possa passar por informar, por orientar e por aconselhar, é mais do que a soma dessas partes isoladas. Educar, no sentido mais amplo, significa “formar”, não na acepção de que o educando seja uma cópia do educador mas sim na de que o educador dá ao educando condições e meios para que cresça interiormente. (VITIELLO, 1997, p. 95).

O autor entende a educação sexual como “a parte do processo educativo especificamente voltada para a formação de atitudes referentes à maneira de viver a sexualidade” (VITIELLO, 1995, p. 20). O processo da educação sexual é amplo, complexo, contínuo e duradouro. Geralmente, é exercido por pessoas significativas para a criança e para o adolescente. Em casa, pelos pais e/ou familiares próximos; na escola, pelos professores. O autor classifica a educação sexual em dois tipos: sistemática e assistemática.

A educação sexual sistemática só pode ser feita por familiares ou professores, pois apenas a família e a escola, como instituições sociais conseguem atuar de maneira contínua e duradoura.[...] a educação sexual assistemática, ocasional, pode ocorrer forma espontânea, no seio da própria sociedade ou mesmo proposital, quando o [indivíduo] procura por iniciativa própria frequentar cursos, ler matérias ou assistir conferências sobre o tema. (VITIELLO, 1995, p. 19).

A definição dos PCNs (BRASIL, 1997a) pelo MEC oficializou a expressão *orientação sexual* para designar o processo educativo sobre sexualidade, corpo, sexo e gênero na escola. Estudiosos do tema, como Suplicy (1988), Pinto (1999), Silva (2002) e Egypto (2003), que já utilizavam a expressão *orientação sexual* antes da emissão dos documentos oficiais, continuam utilizando-a em seus trabalhos.

Em *Sexualidade, Política e Educação*, Werebe (1998) também compreende a educação sexual enquanto parte do processo da educação global e integral, afirmando que esta educação sempre existiu em todas sociedades, consciente ou inconsciente, com objetivos definidos ou não, “assumindo características variadas, segundo a época e as culturas” (WEREBE, 1998, p.139). Para esta autora, a educação sexual tem um sentido amplo porque “compreende todas as ações, deliberadas ou não, que se exercem sobre um indivíduo, desde seu nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre suas atitudes, comportamentos, opiniões, valores ligados à sexualidade” (WEREBE, 1998, p.139).

No livro, a autora problematiza o uso do termo educação sexual, mas afirma que é mais indicado para denominar a abordagem da prática educativa da sexualidade, tendo em vista que “não se pode dissociar a educação da informação, sendo impossível delimitar as fronteiras entre as duas ações: informar é educar e a informação sexual não é neutra”

(WEREBE, 1998, p.150). A autora afirma que a expressão *educação sexual* é conhecida e adotada por diversos países. Faz referência à dissertação de mestrado sobre a “produção teórica no Brasil sobre a educação sexual”, de Mary Neide D. Figueiró (1996), que sugeriu a padronização do

uso do termo educação sexual, por considerá-lo mais adequado, uma vez que, entre outros motivos, diferentemente dos outros termos, implica que o educando seja considerado sujeito ativo no processo de aprendizagem e não mero receptor de conhecimentos, informações e/ou orientações. (FIGUEIRÓ apud WEREBE, 1998, p. 155).

Em *Educação Sexual retomando uma proposta, um desafio*, Figueiró (2001) menciona um livro de Werebe de 1977, ressaltando a preocupação da autora em esclarecer o seu entendimento sobre o termo educação sexual.

[...] já nos primeiros passos da construção de um conceito de Educação Sexual, a contribuição de Werebe, em seu livro publicado em 1977. Nesta obra, [ela] apresenta uma associação dos termos *educação sexual* e *informação sexual*. Para [autora], essas duas ações, na prática estão indissocialmente ligadas. (FIGUEIRÓ, 2001, p. 143).

Logo em seguida, Figueiró (2001) faz referência a um texto publicado por Werebe em 1981, no qual a autora classificava a educação sexual em dois tipos:

- a educação sexual informal, processo global, não intencional, que engloba toda ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual; - a educação sexual informal, deliberada, institucionalizada, feita dentro ou fora da escola. (WEREBE apud FIGUEIRÓ, 2001, p. 144).

No livro *Educação Sexual no Dia a Dia*, Figueiró (1999) mostra que já havia incorporado os conceitos elaborados por Werebe em 1981, quando afirma taxativamente que:

É importante que fique claro que há dois tipos de Educação Sexual: *a informal* e *a formal*. Esta última, diz respeito a todo ensino intencional, planejado sobre a sexualidade, feito na escola, ou na igreja, no posto de saúde, ou até mesmo em casa, quando os pais, por exemplo, intencionalmente, pegam um livro sobre sexualidade e decidem ler junto com a criança. (FIGUEIRÓ, 1999, p. 3-4).

Em *Orientação Sexual na Escola*, Pinto (1999) faz uma exposição de motivos para justificar o uso do termo *orientação sexual*, porém, informa: “também tenho minhas dúvidas sobre se a palavra ‘orientação’ seria mesmo a melhor para ser usada [no contexto escolar],

inclusive porque ela também tem, na área da sexualidade, o sentido de escolha de identidade sexual” (PINTO, 1999, p. 21).

A expressão *educação sexual* é utilizada pela maioria dos estudiosos e pesquisadores, sendo a mais encontrada nos diversos trabalhos pesquisados. De acordo com Figueiró (2001), em *Educação Sexual, retomando uma proposta, um desafio*, onde consta a análise de 12 livros e 21 capítulos de livros, 72 publicações (artigos, pesquisas e trabalhos apresentados em eventos), 14 dissertações e 03 teses onde foi encontrado o uso do termo educação sexual

[...] de forma exclusiva em aproximadamente 50% dos livros, artigos, dissertações e teses. Muitas vezes, o autor usa, como sinônimo, os termos educação sexual e orientação sexual. Isso aconteceu em cerca de 40% dos livros e 27% dos artigos. Curiosamente, nas dissertações e teses a ocorrência foi de 50%. O uso exclusivo do termo orientação sexual foi pouco encontrado (abaixo de 10%) nos livros e artigos, não tendo sido encontrado em nenhuma dissertação ou tese. (FIGUEIRÓ, 2001, p. 133-134).

O psicólogo Antônio Carlos Egypto (2003), junto com Marta Suplicy (1990), foi um dos fundadores do GTPOS e participou da elaboração dos PCNs para o Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Ele utiliza o termo orientação sexual, afirmando que “a expressão acaba sendo mais clara para designar que se trata de trabalho sistematizado, de caráter educativo” (EGYPTO, 2003, p.15).

Em *Orientação Sexual: possibilidade de mudança na escola*, Ricardo de Castro e Silva (2002), que participa da equipe do GTPOS à convite de Suplicy, compreende a orientação sexual como “*um processo de intervenção sistemático e contínuo, realizado pela escola com o envolvimento de toda comunidade escolar [...]*” (SILVA, 2002, p. 25). Segundo o autor, a educação sexual é realizada pela família e por outras instituições sociais, enquanto que a orientação sexual é realizada pela escola. No livro faz a seguinte observação:

Hoje, no Brasil, diferentes grupos estão construindo sua metodologia de trabalho nesta área, nem sempre utilizando o termo Orientação Sexual para designar sua ação educativa. Ao nosso ver não devem as diferenças teóricas impedir o diálogo e a troca profissional entre os diversos grupos e seus autores, pois a concretude das ações pioneiras na área delimitada pela sexualidade, a cidadania e a escola é muito significativa e importante no campo da educação. (SILVA, 2002, p. 26).

A discussão em torno da expressão mais adequada para designar a ação educativa em relação à sexualidade não está entre as prioridades e questões urgentes dos estudiosos do

tema. Com a emissão dos PCNs, oficializou-se para uso no espaço escolar a expressão *orientação sexual*, mas não há exigência do MEC quanto ao uso da mesma.

Porém, foi levando em consideração esta discussão que este trabalho foi realizado. Principalmente analisando os dois tipos de Educação Sexual: a informal e a formal, mencionado por Werebe (1998) e retomados por Figueiró (1999).

O próximo capítulo mostra a educação sexual como parte integrante da educação global e integral, tendo por base a função social da educação. A atividade educativa está presente em todos os momentos da vida social do indivíduo (família, organizações religiosas, associações esportivas e outras). É pelo processo educativo que é possível fazer com que o indivíduo se relacione consigo mesmo, com os semelhantes e com o meio em que vive. A educação sexual informal se inicia com o nascimento e continua pelos diversos espaços pelos quais indivíduo transita durante a sua existência. Portanto, está no dia-a-dia, não tendo espaço e local para acontecer. Já a educação sexual formal é planejada tendo espaço, tempo e local para que as atividades possam se desenvolver, podendo ser abordada em diversas instituições educacionais, organizações não governamentais e entidades que executam as políticas públicas de Saúde, Assistência Social e Educação. Alguns dos resultados da pesquisa realizada com as discentes do curso de Pedagogia da Universidade Regional em Blumenau (FURB) são apresentados no decorrer deste capítulo.

3 ASPECTOS SOCIAIS DA EDUCAÇÃO SEXUAL

A educação sexual também conhecida como educação para a sexualidade, é entendida como um processo pelo qual se adquire informações, formam-se atitudes, valores e crenças acerca da sexualidade e aprende-se como se comportar social, afetiva e sexualmente em relação a si mesmo e ao(s) outro(s). Os conteúdos abordados neste processo educativo estão relacionados ao sexo, sexualidade, corpo e gênero conforme são compreendidos pela sociedade, nesse ou naquele momento.

A educação sexual é parte da preparação geral para a vida, a qual inclui o saber onde encontrar comida e evitar os adversários. Somente o homem, o mais inteligente dos primatas, conseguiu enredar-se tanto nos próprios tabus que olha a educação sexual dos jovens como imoral, quando de facto, ela é importante e necessária, uma parte natural da educação. (ROPP, s.d., p. 90).

O homem, ao longo de sua trajetória foi criando, social e culturalmente, inúmeras regras, exigências, posturas, interdições e repressões. Criaram-se, ainda, simbolismos em torno do sexo, sendo que o mesmo é visto historicamente como um dos maiores tabus da humanidade.

Os discursos que norteiam e direcionam a educação sexual ainda demonstram uma ostensiva repressão à sexualidade e ao sexo. As normas codificadas pelo sistema social dominante priorizam o exercício da sexualidade nos heterossexuais visando a reprodução, sendo “condenadas” as práticas sexuais voltadas somente para a busca do prazer sexual. O corpo é apresentado como objeto de sedução por meio de imagens e mensagens subliminares, que induzem ao desejo e estimulam as fantasias. “O que torna mais premente a educação sexual é o longo período que leva o sexo para amadurecer, isto é, para alcançar a sua plenitude funcional, que se estende do nascimento à adolescência” (NÉRICI, 1981, p.9).

Em seus estudos e pesquisas, Foucault (1993), percebeu que as relações de poder e saber, bem como a subjetividade, que permeiam os discursos sobre sexo e corpo contribuem para a construção do dispositivo de sexualidade.

Estamos em uma sociedade do “sexo”, ou melhor, “de sexualidade”: os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada. Saúde, progenerura, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, poder fala *da* sexualidade e *para* a sexualidade; quanto a esta, não é marca ou símbolo, é objeto e alvo. (FOUCAULT, 1993, p. 138).

As variações sobre os sentidos e significados da sexualidade são numerosas, porém não existem definições ou conceitos totalmente fechados sobre o que vem a ser sexualidade.

Pode ser entendida como um dispositivo histórico em permanente construção (FOUCAULT, 1993). A sexualidade é construída no biológico e no imaginário; está no palpável, mas, também no discurso que sustenta o palpável e encontra-se na ideologia que está por trás dos padrões da normalidade impostos pela sociedade.

Os discursos sobre sexo e sexualidade, envolvem todas as artimanhas e direcionamentos que o poder quer e que o saber legitima enquanto verdade. E educação sexual é o processo pelo qual esses discursos se reproduzem de acordo com o momento histórico vivenciado e com a cultura.

A educação sexual, historicamente, é considerada como “um assunto polêmico e controvertido, tanto quanto a postura da sociedade diante do sexo” (GUIMARÃES, 1995, p. 23). O corpo, como matriz da sexualidade, também está envolvido por questões polêmicas e controvertidas. O corpo é concebido como um todo, integrado de sistemas interligados entre si, onde surgem as emoções, sentimentos, sensações e as transformações que ocorrem durante a vida. Os fatores culturais, sociais e religiosos contribuem para a construção da percepção do corpo e “a expressão sexual no ser humano, é algo a ser aprendido desde o nascimento. Se faltar este aprendizado – que dá à sexualidade uma dimensão maior – ela fica reduzida ao simples uso do físico, que, neste caso, não precisa de maiores aprendizagens” (MACHADO, 1987, p.16).

Segundo Nérici (1981), Machado (1987), Matarazzo e Manzin (1988), Cavalcanti (1993), Fagundes (1993), Guimarães (1995), Vitiello (1995), Werebe (1998), Figueiró (1999), Souza (2002), Nunes (2002), Ropp (s.d.) dentre outros, a educação sexual é parte da educação global e integral do indivíduo, inicia-se com o nascimento, no momento em que começam, na criança, os processos de desenvolvimento e conhecimento de si mesma e do mundo que a cerca.

Torna-se necessário conceber a educação em relação ao sexo, como parte do processo de desenvolvimento da personalidade, que se estende desde a infância até à maturidade ou até mesmo à terceira idade. A educação sexual é assim um processo social e de socialização. Tanto em seu desenvolvimento como em seus resultados ultrapassa os limites da pessoa física. Devido aos efeitos na vida futura de cada indivíduo, a educação sexual é da mais ampla importância social, pois [os] jovens de hoje é que constituirão as famílias de amanhã. (MATARAZZO e MANZIN, 1988, p. 11).

Para melhor compreender a educação sexual como parte da educação global e integral, é pertinente esclarecer como ocorre, na criança, o desenvolvimento e o conhecimento

que integram o processo educativo. Também se torna necessário ter noções sobre a função social da educação.

De acordo com Piaget (2002), ao nascer, a criança não faz distinção entre ela mesma e o mundo que a rodeia; é um período em que se destaca a ausência de diferenciação entre o mundo pessoal e o mundo real. A criança possui os mecanismos necessários para apreender, reter e vivenciar com curiosidade e vivacidade, as experiências e as situações novas que surgem e que vão se acumulando durante as diversas fases de sua vida.

Existem dois grupos de fatores que contribuem para que ocorra o desenvolvimento na criança: os fatores hereditários e os fatores de adaptação biológica. Os fatores da hereditariedade estão relacionados com as características genéticas, que são inatas e próprias de cada indivíduo. Esses fatores possuem papel importante no desenvolvimento, porém, apenas podem abrir possibilidades, não as tornando reais. Os fatores do segundo grupo procedem do meio social em que o indivíduo está inserido. Por exemplo: a criança constrói seu próprio mundo, mas a educação pode tornar reais ou inibir as suas possibilidades, como também pode apontar os parâmetros de suas ações. Os comportamentos sócio-afetivos são adquiridos de inúmeras e diferentes formas de interação com o meio social. Esta interação é primordial para o desenvolvimento mental da criança, porque é pelos contatos externos que ela adquire o referencial de seus limites, de suas possibilidades e que reconhece o outro, conforme o mesmo autor.

O desenvolvimento é intenso nos primeiros anos de vida. A criança é ávida para aprender e interagir com as pessoas que estão a sua volta e com o mundo. A curiosidade é importante no processo de desenvolvimento do indivíduo, passando por vários estágios; sempre que uma situação é resolvida, surgem outras que se transformam em novas possibilidades abertas à curiosidade. O conhecimento é um sistema de transformações que se tornam progressivamente adequadas, sendo necessário assimilar a realidade e transformá-la para compreender como ocorreu determinada situação ou fato. O conhecimento como processo, é sempre um *vir a ser*. Consiste passar, de um conhecimento menor, para um estado mais eficaz, e é construído em cima de hipóteses. Enquanto Piaget reconhece e separa os fatores genéticos e sociais, Wallon (1995) mostra que o desenvolvimento biológico e o social da criança estão intensamente interligados, sendo um a condição do outro, “[...] porque parecem no homem tão estreitamente complementares desde o seu nascimento que é impossível encarar a vida psíquica sem ser sob a forma de suas relações recíprocas” (WALLON, 1995, p. 14).

Todos os complexos mecanismos que envolvem o aprendizado, o conhecimento e o desenvolvimento ocorrem desde o nascimento, permanecendo atuantes durante todo o período de existência do ser humano. Ao conjunto de processos a que o homem é permanentemente submetido, informal e formalmente, denomina-se educação global e integral, que se desdobra em educação escolar, social, ambiental, ética, religiosa, política, moral, sexual e outras classificações e denominações. “A educação é, por conseguinte, não apenas uma formação, mas uma condição formadora necessária ao próprio desenvolvimento” (PIAGET, 2002, p. 33). O desenvolvimento e o conhecimento da criança ocorre inicialmente no círculo interno da família, que é a fonte primária de transmissão de todos os tipos de capital social.

A maneira sociológica de compreender a educação fundamenta-se na visão de Durkheim, final do século XIX, que forneceu subsídios para sociólogos, antropólogos, filósofos e educadores compreenderem as relações entre a educação, a sociedade e a cultura, a partir da seguinte definição:

[...] educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que criança, particularmente, se destina. (DURKHEIM, 1978, p. 41)

Assim, é por meio da educação, que os adultos repassam às crianças os valores, as crenças, os mitos e as atitudes aceitáveis na sociedade em que vivem; por isso, “a educação é a socialização da criança” (DURKHEIM, 1978, p. 10). Os indivíduos têm por impulso natural a tendência de passar os conhecimentos aos outros, para compartilhar, socializar e realizar o seu ideal de vida; “a educação é um processo social” (DURKHEIM, 1978, p. 12).

É, também, pela educação que a criança começa a se relacionar consigo mesmo, com o semelhante e com o meio em que vive. A introdução da criança na sociedade ocorre inicialmente pela socialização primária que acontece no meio familiar. A internalização de vários aspectos significativos (valores, comportamentos, jeito de ser, entre outros) serão aqueles que a família apresenta de acordo com a sua inserção numa classe social, por meio da percepção que os pais possuem do mundo e do caráter institucional que a família possui. A socialização secundária é decorrente

[da] complexidade existente nas relações de produção, levando o indivíduo a internalizar as funções mais específicas das instituições, as subdivisões do mundo concreto e as representações ideológicas da sociedade, de forma a incorporar uma visão de mundo que mantenha “ajustado” e, conseqüentemente,

alienado das determinações concretas definem suas relações sociais. (LANE, 1984, p. 84).

Não existe um modelo universal e único de educação, porque cada sociedade tem características que lhes são próprias.

Da família à comunidade a educação existe difusa em todos os mundos sociais entre incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos. (BRANDÃO, 1995, p. 10).

O processo educativo está presente em todos os momentos da vida social (família, organizações religiosas, escolas, associações esportivas e outras), por isso “ninguém escapa à educação” (BRANDÃO, 1995, p. 7), visto que ela acontece em todos os momentos e lugares da vida privada e na vida em sociedade. Assim é, também, com a educação sexual.

3.1 EDUCAÇÃO SEXUAL INFORMAL

O médico Ricardo Cavalcanti (1993), um dos pioneiros a trabalhar com cursos de educação sexual para profissionais de diversas áreas do conhecimento no Centro de Educação Sexual / CESEX em Brasília, compreende a educação sexual como Vitiello (1995), Werebe (1998) e Figueiró (1999). Mas esclarece que em seu entendimento a educação sexual informal e assistemática é

também chamada de espontânea ou indireta [é a] que se ensina e se aprende sem planos pré-estabelecidos. A informação que se dá às pessoas faz com que elas tenham um comportamento imitativo. [...] a educação informal é dada pela família, pela Igreja, pelos grupos sociais. Sem entrar em discussão se é certa ou errada, boa ou má [...]. (CAVALCANTI, 1993, p. 169).

A educação sexual como parte da educação global, também se inicia na família, junto aos que co-habitam no mesmo espaço. Os pais são os principais transmissores dos conhecimentos e instruções para a criança, desde o nascimento. Conforme a análise de Werebe (1998, p.148):

A educação sexual informal, que se realiza no âmbito da família, tem uma importância particular sobre o desenvolvimento da criança e a formação de grande parte de suas idéias sobre a família, sobre o amor e a sexualidade, sobre o mundo adulto e sobre si mesma. Ela é determinada pela organização e estrutura da família,

pelas suas condições de vida, pela dinâmica das relações entre seus membros e pelas características individuais dos pais.

Ao nascer, a criança fica na dependência de alguém ou de um sistema que a proteja e a mantenha viva, com as suas necessidades básicas supridas. Dessa forma, é na convivência familiar que o processo educativo se inicia e se instala, por meio “da ligação que o sentido de confiança começa a ser estabelecido como base para os bons sentimentos que continuarão a se desenvolver entre o novo bebê e os que dele cuidam” (CALDERONE e RAMEY, 1983, p.21). A família desempenha o papel de acolher e proteger a criança desde o nascimento, favorecendo a internalização de modelos socioculturais pela transmissão de conhecimentos; “o patrimônio transmitido pela família inclui também certos componentes que passam a fazer parte da própria subjetividade do indivíduo, sobretudo o capital cultural em seu estado incorporado” (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2004, p. 60).

A criança se desenvolve confiando e acreditando no que os pais acreditam, aceita e reproduz os vários modelos de comportamentos que os pais apresentam. Na criança, o processo de aprendizagem é intenso, dinâmico e contínuo, justamente por ela ser curiosa, interessada e espontânea. Portanto, o processo educativo que se inicia na família é o mais importante e significativo, pela influência que exerce sobre a formação de hábitos, opiniões atitudes, bem como sobre a aquisição e incorporações de comportamentos relacionados à sexualidade da criança e do adolescente.

Para Bourdieu (2005, p. 22), a ação pedagógica familiar é duradoura, porque encarna no indivíduo a forma do *habitus*, que

[...] são os geradores de práticas distintas e distintivas [...] mas também são esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e mal entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro.

O *habitus* incorporado é que determina e norteia os comportamentos do indivíduo, desde o gosto alimentar ao jeito de comer, como se comporta socialmente, a maneira como pratica determinado esporte, as opiniões políticas e a forma de expressá-las. Enfim, determina a maneira de estar na vida. É na família que o indivíduo nasce, cresce, vive, se reproduz e morre; portanto ela é o núcleo do desenvolvimento e de reprodução da cultura.

Os pais são modelos para os filhos porque através de atitudes conscientes ou inconscientes, pelos discursos existentes no espaço familiar e pelas ações no dia-a-dia passam (aos filhos) conteúdos sobre a sexualidade, o corpo e relações de gênero. Existem pais que abordam os temas relacionados à educação sexual de forma leve e enriquecedora, outros, nem tanto. Outros tantos não abrem espaço nem para a criança se manifestar, questionar e ser espontânea.

Na família, há normas claras ou implícitas sobre o que é permitido ou não na vida sexual. A expressão da afetividade entre os pais e a criança é fundamental para o desenvolvimento psico-social, afetivo e sexual da mesma. Em algumas situações a criança é acolhida por pessoas próximas a ela (tios, avós e outros). Com a convivência, a criança acaba incorporando os *habitus*, o patrimônio cultural e a dinâmica desta família.

Portanto, tudo que se vivencia no ambiente familiar é incorporado pelo indivíduo e passa a fazer parte de sua maneira de ser e estar na vida, assim como as atitudes e comportamentos relacionados ao corpo e ao sexo.

Nos resultados do questionário aplicado às discentes do curso de Pedagogia da FURB (Apêndices A e C), verificou-se que as primeiras noções sobre sexualidade foram adquiridas junto aos pais (pai e/ou mãe), conforme respostas de 09 discentes. Entre as demais, três discentes informaram que receberam as primeiras noções sobre a sexualidade por meio de amigos, cinco da escola e uma de outros. As respostas mostram que as discentes não se recordam das orientações, informações, comportamentos e atitudes dos pais em relação à sexualidade. As discentes não teceram comentários sobre como foi realizada a educação sexual no ambiente familiar e em relação aos amigos e a escola.

O silêncio que, por vezes, a família faz em torno dos conteúdos relacionados ao sexo e ao corpo no convívio diário, indica que o assunto em casa é proibido, como também pode ser ignorado. A criança aprende, então, que não se pode falar sobre os mesmos. Assim, os amigos e a escola ficam como referência, porque é mais fácil conversar com outras pessoas e em outros espaços do que com a família e em casa. As primeiras noções sobre a sexualidade são realizadas efetivamente pelos pais, no espaço familiar, mesmo que, já adulto, o indivíduo não se recorde.

Os pais, queiram ou não, são os principais educadores sexuais. A forma como se relacionam entre si, assim como a forma como se relacionam com seus filhos meninos ou meninas, são o início de um processo de modelagem dos padrões de masculinidade e feminilidade.[...]. A percepção que eles têm sobre a sexualidade em geral e, mais especificamente, sobre a sexualidade infantil, de meninos ou meninas, serão as primeiras referências sobre sexo que as crianças irão internalizar.

Portanto, mesmo quando as pessoas dizem nunca terem tido educação sexual em suas casas, isso não é real. (SCHIAVO, 2004, p. 90).

A família, como instituição social, tem as funções sociais de reproduzir os ensinamentos e socializar os filhos. “É na família que surgem as bases das atitudes sexuais, que são culturais mais do que inatas” (GUIMARÃES, 1995, p. 30). A educação sexual é um processo contínuo, “é a transmissão do *como somos*. Isso compete aos pais” (TIBA, 1994, p.25). As atitudes dos pais em relação ao corpo, à expressão de sentimentos, respeito, auto-estima, norteiam as experiências das crianças nos primeiros anos de vida. No ambiente familiar, a educação sexual não tem dia e nem horário para acontecer, porque ela acontece o tempo todo.

Conforme Werebe (1998, p.151) “a educação sexual informal se processa também por outras agências e instituições dentro da comunidade” e Cavalcanti, em 1993, já afirmava que “[...] os meios de comunicação de massa, notadamente a televisão. Eles fazem uma educação informal e assistemática” (CAVALCANTI, 1993, p. 169). Embora a televisão seja destaque entre os meios de comunicação, o rádio, jornais, revistas, cinema, publicidade e similares, em suas diversas modalidades e facetas, também possuem papel importante na transmissão de “mensagens de toda ordem sobre o sexo, sobre a vida familiar e seus conflitos, sobre os estereótipos em relação aos papéis sexuais” (WEREBE, 1998, p. 151).

A televisão é o mais poderoso veículo de comunicação, porque passa com muita rapidez os conteúdos (imagem e som) que a mente racional não consegue acompanhar. As mensagens não verbais também exploram os sentidos, estimulam o prazer e a dor, misturam entretenimento com exploração sensorial. Visa-se, em primeiro lugar, o lucro e, em segundo, a informação e o lazer. No que se refere à sexualidade, sexo, corpo e gênero, a violência geralmente está envolvida, por vezes nas histórias reais (noticiários), por vezes nas histórias de ficção (filmes, novelas, seriados), entre outros.

Em 1990 uma pesquisa da Revista Veja (51) revelava que em uma semana de programação a televisão brasileira exibia 1.145 cenas de nudez, 276 relações sexuais, 72 palavrões, 707 brigas e facadas, 1.940 tiros. Em 1998, a situação não mudou. Pesquisa da Universidade Gama Filho detectou 308 cenas de erotização em 151 horas de programação. [...]. A TV brasileira mostra média de 20 crimes por hora de desenho animado, totalizando 1.432 crimes em uma semana. (MOREIRA, 2001, p. 39).

Ainda que tenha sido realizada no início de 1990, a pesquisa retrata a realidade atual. São tantas, as cenas sobre violência que [ela] deixou de ser algo inusitado. A violência na TV

é apresentada como parte do cotidiano; a criança e o jovem aprendem, então, que o ‘normal’ é ser violento. Juntos, a violência e o erotismo exacerbado que estão presentes na programação das emissoras de TV, influenciam os telespectadores, principalmente crianças e jovens que não possuem meios por si só para avaliar o que é recomendável em termos de diversão e lazer saudável. Os pais e/ou responsáveis estão ausentes ou são omissos perante tal realidade.

A utilização da imagem e do som ao mesmo tempo faz com que as mensagens sejam usadas de forma indireta e subliminar. Dessa maneira, incentiva fantasias e devaneios de crianças, adolescentes e adultos, tanto positivamente como negativamente. Dependendo do número de horas que a criança permanece em frente à televisão assistindo cenas de violência, ela tenderá a ser mais agressiva. Se a criança assistir mais tempo cenas erotizantes, tenderá a desenvolver atitudes de sedução, a chamada *erotização precoce*, expressão que surgiu no período em que a Xuxa (modelo, atriz e apresentadora de programas infantis de televisão) comandava um programa dirigido aos “baixinhos”. “Uma criança de classe média assiste a cerca de três a quatro horas de televisão por dia [...]” (MOREIRA, 2001, p. 42).

No universo das imagens, tem-se acesso a tudo. O mundo tornou-se pequeno, a informação chega com muita rapidez. Uma das vantagens da televisão é que se pode mudar de canal à procura de programas instrutivos, podendo ser desligada na hora em que o telespectador desejar. Porém, desligar a TV “não é solução. Discutir o que é realizável e o que é ficção é muito enriquecedor” (GOUVEIA, 1990, p.29), principalmente se os telespectadores são crianças, adolescentes e jovens.

Com relação aos meios impressos, desde a década de 1970, as publicações de revistas têm aumentado no Brasil. Segundo Gouveia (1990), as publicações são direcionadas a públicos específicos: homens, mulheres, *teens* e crianças. Com temas e assuntos variados, as revistas vêm conquistando espaço junto à população ano a ano, pois trazem assuntos de interesse ao público que se quer atingir. A maioria das revistas traz, em cada edição, algum assunto relacionado à sexualidade, corpo, sexo e relações de gênero.

As matérias são elaboradas para atrair atenção: ilustradas com fotos estimulantes, realizadas em ambientes sofisticados, com modelos sedutores e corpos perfeitos são constantes nestas revistas. As propagandas que estimulam as fantasias e os desejos dos leitores estão em quase todas as páginas das revistas, bem como nos *outdoors*, emitindo mensagens explícitas ou implícitas incentivando o consumo.

[...] os cartazes de rua (*outdoors*) estão em cada esquina, em cada parede estratégica, vendendo toalhas macias envolvendo corpos nus, calcinhas femininas que “deslumbram” os passageiros masculinos, cuecas e passarinhos, desodorantes e

perfumes corpo a corpo, maiôs e filtros solares, sorvetes e refrigerantes, peças de automóveis sob o título “ela usa uma peça só” (isto é, a original do carro) etc., tendo sempre como referencial modelos com plástica invejável, ou melhor, um corpo de sugestão, e textos de duplo sentido. (GOUVEIA, 1990, p. 30).

Os contatos com o círculo social (parentes, vizinhos e amigos) também estão incluídos entre os agentes envolvidos no processo da educação sexual informal. Muitas vezes, a conversa sobre sexo e sexualidade flui com maior liberdade e facilidade do que no ambiente familiar, “seja porque conversar com amigos é mais agradável ou mais fácil, seja porque o diálogo com os pais é dificultado por fronteira de geração” (CASTRO et al, 2004, p.111). Nem todos os pais estão dispostos a falar com os filhos sobre os conteúdos da sexualidade, por terem dificuldades ou por desinteresse. Os contatos com o círculo social são realizados pelas crianças, adolescentes e adultos, que utilizam destes mecanismos para abordarem os temas sobre sexualidade, sexo, corpo e gênero, seja para confidências, conselhos, ou para diversão (como contar piadas, por exemplo).

Figueiró (1999, p. 32) revela como a educação sexual informal educa a criança, adolescente, jovem e o adulto no dia-a-dia.

É captando uma mensagem aqui e outra acolá, uma fala, um olhar, um riso saudável, ou um riso irônico, uma explicação sincera ou um silêncio... que a criança vai, ao longo de sua vida formando uma idéia bonita ou feia da sexualidade.

3.2 A EDUCAÇÃO SEXUAL INFORMAL NA ESCOLA

A educação sexual informal é a que acontece no dia-a-dia, sem intenções, não possuindo ações planejadas. Os dois tipos de educação são “importantes, a *informal*, possivelmente, até mais que a *formal*. [porém] na prática, às vezes, *formal* e *informal* podem sobrepor-se, em alguns momentos” (FIGUEIRÓ, 1999, p. 4).

A escola, além de ser um espaço em que a educação acontece de forma sistematizada, possibilita também a sobreposição acima mencionada. Isto porque tem um papel significativo na educação sexual informal das crianças, uma vez que as manifestações sobre sexualidade, freqüentemente, não acontecem somente em salas de aula, mas também nos corredores, no pátio e em outros locais da escola.

As crianças, no espaço escolar, estão sempre às voltas com questionamentos, repetem piadas que ouviram dos adultos, falam palavrões (mesmo sem entender o que realmente significam), cantam músicas e fazem brincadeiras em relação ao corpo e à

sexualidade. A ação da escola, por vezes, tende a ignorar ou reprimir os comportamentos e atitudes manifestadas pelas crianças.

A omissão deliberada e o silêncio dentro da escola, em relação a tudo que concerne à sexualidade, também tem importância sobre a formação dos alunos, neste domínio, levando-os a considerar que sexo é alguma coisa de secreto ou talvez vergonhoso sobre o qual não se deve falar. (WEREBE, 1998, p. 150).

Para esta autora, mesmo que a escola desenvolva um projeto de educação sexual formal, a atuação informal é importante e significativa porque está sempre ocorrendo, uma vez que os acontecimentos no espaço escolar atingem diretamente os alunos, que estão sempre atentos ao que acontece ao seu redor. Como, por exemplo, a separação das crianças por sexo (meninas de um lado, meninos para o outro), para executar determinadas atividades; as brincadeiras relacionadas ao corpo que as crianças fazem e que nem todo professor sabe lidar com delicadeza, muitas vezes reprimem e expõem o aluno, criando situações embaraçosas para ambos.

Quando as crianças começam a frequentar a escola, elas já trazem inúmeras informações e, também, vários questionamentos e dúvidas sobre diversos assuntos. Apresentam comportamentos e atitudes aprendidas em seu ambiente familiar, porque na família o processo educativo já teve seu início. Algumas informações já foram disponibilizadas, assim como muitos hábitos já foram ou estão sendo incorporados pela criança.

Os professores, por sua vez, consciente ou inconscientemente, desenvolvem ações relacionadas à educação sexual por suas atitudes, pelo jeito de se expressar e vestir, pelos valores que manifesta e a maneira como se dirige ao aluno e aos seus pares. Enfim, pelo jeito de ser. Fora do ambiente familiar, os professores são modelos para a criança, principalmente no início do ciclo escolar.

No espaço escolar é comum que as crianças, adolescentes e os jovens procurem seus pares ou seus iguais para conversarem, porque, segundo Werebe (1998, p. 151),

sentem-se mais à vontade em conversar sobre sexo [com eles], porque julgam que enfrentando os mesmos problemas, podem melhor compreendê-los. Mas, em geral os conhecimentos de uns e outros são insuficientes ou incorretos. Porém, o que mais importa para eles é a troca de confidências, de inquietudes comuns.

Portanto, mesmo sendo um espaço de educação formal, a educação sexual informal está também na escola, o tempo todo e em todos os espaços. Independe do interesse do professor estar ou não desenvolvendo ações planejadas sobre a educação sexual.

De acordo com Cavalcanti (1993), existe ainda a educação sexual não formal que pode ser entendida como “[...] um meio-termo entre a educação sistemática e a educação assistemática. Ela é oferecida no momento em que fazemos conferências e palestras para grupos interessados [...]. A educação não-formal é, porém intencional e direta” (CAVALCANTI, 1993, p. 169). Os eventos (palestras, seminários, jornadas e outros) integram o processo educativo, porém, em sua maioria, não possuem continuidade, porque são esporádicos e de curta duração. Possibilitam ampla troca de informações, socialização de estudos, pesquisas e de experiências, mas não proporcionam momentos de reflexão e aprofundamentos sobre conteúdos que impliquem em mudanças de atitudes e de comportamentos dos participantes.

3.3 A EDUCAÇÃO SEXUAL FORMAL

A escola constitui-se de um espaço privilegiado para as abordagens sobre a educação sexual porque reúne grande número de crianças, adolescentes, jovens e adultos, por longos períodos de tempo, conforme Vitiello (1995), Guimarães (1995) e Werebe (1998).

A educação sexual formal ou sistemática, intencional ou direta é aquela fornecida pelo sistema institucionalizado de educação, ou seja, pela Pré-escola, pela Escola, pela Universidade. Enfim, pelas instituições de ensino. Aqui se observa uma intencionalidade educativa, com uma estratégia de ordenação gradativa de conhecimentos e toda uma tecnologia educacional. (CAVALCANTI, 1993, p. 169).

No entanto, a “educação sexual escolar sempre foi objeto de polêmica em nossa tradição educacional” (NUNES e SILVA, 2000, p.13). A escola, no Brasil, manteve o tema distante dos seus procedimentos pedagógicos, embora tenham surgido algumas iniciativas para implantar ações educativas na área da sexualidade, tendo por base a visão médico-higienista e / ou religiosa. As justificativas para essa omissão apóiam-se em razões de ordem moral, política e religiosa e culminam com a repressão que envolve a temática. Os discursos sobre sexo e sexualidade, por vezes, são polêmicos e controvertidos, como também são os discursos sobre a educação sexual na escola.

[...] omitindo-se, ignorando, aparentando indiferença, a escola deixa que a (DES) Educação Sexual continue sendo feita nos banheiros, através das grafites ou de expedientes muito mais tradicionais [...]. Os argumentos a favor dessa cortina de silêncio na escola têm sido os mais variados. Há o discurso moralista que a Educação Sexual como uma espécie de “cursinho de sacanagem”, um “pornocurso” capaz de retirar a ‘inocência’ dos jovens e das crianças. Há a argumentação liberal que encara a Educação Sexual como doutrinação, como propaganda, violentando assim os valores de pais, alunos e professores. (GOLDBERG, 1988, p. 92-93).

Para esta autora, os argumentos burocráticos para a ausência da educação sexual na escola se justificavam pela falta de especialistas envolvidos com a temática. Com o engajamento de profissionais de diversas áreas, interessados na abordagem da educação sexual no espaço escolar e com a criação de cursos de especialização, a partir de meados da década de 1980, a realidade foi se modificando lentamente. Porém, as argumentações realizadas pela autora ainda persistem, tendo em vista as tímidas iniciativas para a implantação da educação sexual formal na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e na Educação Superior (Ensino Superior).

É certo que ainda temos sérias divergências sobre a natureza, identidade limitações do que seja propriamente educação sexual; divergências que estão presentes no campo das ciências da educação e das iniciativas institucionais de entendimentos e de conceituações sobre esta questão ou tema, mas não deixamos de entender que por esta expressão quer-se representar o conjunto de processos simbólicos-significativos e comportamentais, psicos-subjetivos e socioinstitucionais de representação e vivências das identidades e potencialidades sexuais. (NUNES e SILVA, 2000, p. 13).

De acordo com Nunes e Silva (2000), a educação sexual emancipatória busca no conhecimento científico elementos para a reflexão, discussão e esclarecimentos. Esta formação tende possibilitar que professores e alunos possam, por meio do diálogo, rever preconceitos, crenças, tabus, equívocos históricos e minimizar os sexismos que dividem e dificultam o cotidiano de homens e mulheres. Estes autores entendem que a educação sexual precisa estar formalmente na escola, em todas as suas instâncias de ensino, da educação básica à superior.

Para Egypto (2003), a escola necessita trabalhar com a temática, porque é no espaço escolar que se discute conhecimentos, exercita-se o diálogo e a reflexão. Se a escola, não tem condições de abordar a sexualidade com as crianças e os adolescentes, por falta de capacitação ou por que se nega, a instituição “reforça a idéia de que a sexualidade não faz parte do conhecimento humano. Ela transmite a informação de que a sexualidade é mesmo para se aprender na rua, como alguma coisa suja e informal, aprendida de qualquer jeito” (EGYPTO, 2003, p.16).

A escola tem espaço para as disciplinas como História, Geografia, Português e outras, mas não abre espaço para discussão e reflexão sobre as questões que estão afetando os alunos como sexo, corpo, sexualidade e drogas. Com isto, a escola mostra que “é muito importante aprender a fazer cálculos, mas não é importante ter domínio sobre seu próprio corpo e sobre sua vida sexual, sobre sua saúde sexual” (EGYPTO, 2003, p. 16).

A educação sexual não se configura como uma disciplina com provas e testes. Conforme Werebe (1998), a educação sexual não se resume aos aspectos biológicos do corpo, porque as abordagens da área psicológica e afetiva estão presentes nos conteúdos. Os temas são elaborados de acordo com a faixa etária dos alunos, bem como de acordo com os seus interesses. Os encontros são programados, tendo dia, horário e local para acontecerem, portanto, possuem periodicidade e continuidade. A educação sexual é um processo ativo e envolvente, os professores e alunos interagem durante as atividades.

Educação sexual é pois abrir possibilidades, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre as suas interpretações culturais e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúdica de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal. Uma aula de educação sexual deixaria então de ser apenas um aglomerado de noções estabelecidas de biologia, de psicologia e de moral, que não apanham a sexualidade humana naquilo que lhe pode dar significado e vivência autêntica: a procura mesmo da beleza interpessoal, a criação de um erotismo significativo do amor. (VASCONCELOS, 1971, p. 111).

3.3.1 A abordagem no ensino fundamental

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) recomendam que os temas transversais sejam incluídos nos conteúdos das matérias que compõem a área do conhecimento. Desta forma, a educação sexual pode ser ministrada por professores de diversas matérias.

Com base nas recomendações dos documentos, Figueiró (1999) esclarece as duas formas que a educação sexual pode ser abordada da 1^a a 8^a série, a saber:

a) “de forma transversal”: é quando o conteúdo de sexualidade proposto para cada série é organizado, planejado e dividido entre os professores, para ver quem vai ensinar o que. Pode ser que numa série, sejam os professores de Português, História e Ciências que se sentem capazes e querem ensinar sobre sexualidade. Então ensinarão o conteúdo de sexualidade dentro de suas próprias aulas. [...] Quando a professora é a única da sala, como acontece nas séries iniciais, deve organizar-se para ensinar os conteúdos estipulados para aquela série, dentro de algumas matérias [...].

b) como “extra-programação”: é quando todo e qualquer professor, sem ter planejado, aproveita uma situação, um fato que acontece espontaneamente, para, a partir daí, ensinar sobre sexualidade, ou passar uma mensagem positiva sobre a sexualidade; aproveita, enfim para educar sexualmente. (FIGUEIRÓ, 1999, p. 66).

Para esta autora, a forma [de] extraprogramação para cumprir a transversalidade, enquadra-se no conceito de educação sexual informal. Além destas duas formas de fazer a transversalidade dos conteúdos relacionados à temática, os PCNs (BRASIL, 1997) ainda recomendam que a escola, a partir de 5^a à 8^a série deve disponibilizar espaço, horário e periodicidade, para que os alunos tenham aulas de educação sexual, mesmo que seja fora do período normal das aulas.

A educação sexual formal também pode ter espaço nas Instituições que executam as políticas públicas de Educação, Saúde e Assistência Social (casas de apoio, abrigos, entidades, fundações, Organizações Não Governamentais / ONGs e outras). Isto ocorre desde que possuam projeto com objetivos, horários, local, período e que tenham profissionais capacitados e com formação para ministrarem os conteúdos sobre sexo, sexualidade, corpo e gênero.

Na pesquisa realizada junto às discentes (Apêndices B e C) foi questionado se elas *tiveram aulas de educação sexual no ensino fundamental*. Das 18 discentes que responderam ao questionário, 06 informaram que não tiveram aulas sobre a temática e 12 informaram que tiveram aulas de educação sexual no ensino fundamental.

Os temas abordados, de acordo com as informações das discentes, estão relacionados diretamente com conteúdos das disciplinas de Ciências ou Biologia, entre 5^a e 7^a série. Os temas tratados foram: “*Órgão reprodutor masculino e feminino, gravidez, doenças*” (Glória); “*Doenças sexualmente transmissíveis, camisinha e anticoncepcionais*” (Sofia); “*doenças sexualmente transmissíveis, conhecimento das partes do corpo, masturbação*” (Lourdes); “*Anticoncepcionais, formas de evitar*” (Rocio); “*Aids, Sexo*” (Cecília); “*Corpo humano, doenças sexualmente transmissíveis, relação sexual, métodos preventivos*” (Goreti); “*Sobre as mudanças de nosso corpo, o surgimento da vida*” (Isabel); “*Doenças Sexualmente Transmissíveis, TPM, menstruação, métodos contraceptivos, etc.*” (Terezinha); “*Questão menstruação, as partes íntimas, só que foram separados os meninos das meninas*” (Fátima).

Os conteúdos das disciplinas foram ministrados como educação sexual, mas, pelos temas abordados, elas tiveram, sim, aulas informativas sobre a fisiologia do corpo humano e a prevenção de doenças, conforme a abordagem médico-higienista da educação sexual. Segundo Figueiró (2001), esta abordagem prioriza os conhecimentos sobre a biologia e a

fisiologia sexual, fornecendo opções para melhoria das vivências da sexualidade por meio de programas de prevenção disponibilizados pela saúde pública, a fim de assegurar a saúde sexual individual e coletiva.

As abordagens sobre o corpo e suas funções estão incluídas no universo da educação sexual, porém a informação por si só, não possibilita a discussão e a reflexão, sobre as subjetividades que os envolve. Com isso, os conteúdos são abordados superficialmente, de forma rápida e somente nos aspectos biofisiológicos.

As aulas de Ciências, em sua grande maioria, sempre definem a identidade sexual dos seres vivos como uma marca biológica, determinada a partir dos caracteres genéticos. O chamado *aparelho reprodutor*, uma expressão empobrecedora das dimensões sexuais e reprodutivas do ser humano, é descrito, definido e determinado em termos científicos restritos que nem de longe dão conta das múltiplas possibilidades de entendimento do que seja a Sexualidade [...] e nossa tradição cultural e escolar há sempre a delegação de que o professor ou professora de Ciências aborde a questão da Sexualidade e defina cabalmente as informações sobre Reprodução, Sexo, Genética, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Descrição e Nomenclatura Científica sobre Sexualidade, Genitalidade, Hereditariedade, etc. (NUNES e SILVA, 2001, p. 12).

O professor de Ciências, geralmente, é o encarregado de ministrar e administrar as informações sobre o corpo humano e suas funções. Em uma aula meramente informativa, abordar o universo que envolve a tríade corpo, sexo e sexualidade sem abrir espaço para questionamentos e reflexão, não se desenvolve efetivamente o processo de educação sexual. A informação por si só, sem aprofundamento tende a ser genérica e impessoal, portanto, não leva à reflexão e não modifica posturas, porque não encontra ressonância dentro do indivíduo. A educação sexual tem um caráter formador que possibilita o questionamento e a reflexão

3.3.2 A abordagem no ensino médio

Ainda, com relação à educação sexual na escola as discentes que participaram da pesquisa foram questionadas se *tiveram aulas de educação sexual no ensino médio*; uma das discentes respondeu que o aprendizado ocorreu “*mais entre amigos*” (Glória). É uma situação corriqueira entre crianças, adolescentes e jovens que se reúnem para conversar entre si sobre os conteúdos que envolvem sexo, corpo, sexualidade e questões de gênero, independente se estão na sala de aula ou em outro ambiente na escola.

Mas, 08 discentes responderam que tiveram aulas sobre a temática nos cursos de *Magistério* e *Supletivo*. Pelas respostas das discentes, a educação sexual foi identificada nas

aulas de “Ciências” (Edwiges) e (Aparecida), por meio dos conteúdos direcionados para prevenção de DSTs, aparelho reprodutor, contracepção e outros.

Os temas abordados foram: “Prevenção: doenças sexualmente transmissíveis e gravidez... ano 94 a 96” (Ana); “Corpo humano (funcionamento) reprodução” (Edwiges); “Órgãos genitais, corpo masculino e feminino” (Luzia); “AIDS, Orientação Sexual” (Cecília). “Foram vários temas” (Maria); “Formas de evitar gravidez” (Rocio); quatro discentes não responderam à questão.

Nas respostas das discentes fica evidente que os temas abordados na sala de aula estão relacionados aos conteúdos que as disciplinas de Ciências e Biologia envolvem.

Anatomia e Fisiologia dos Órgãos Reprodutores – com nítida tendência em realçar o lado Feminino, evitando-se ilustrações dos órgãos reprodutores masculinos – Mudanças Físicas e Comportamentais da Adolescência, Gravidez e Parto, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Higiene e Saúde são abordagens que em si já esgotariam a questão do sexo para o jovem. (GUIMARÃES, 1995, p. 19).

As escolas, normalmente, não trabalham os conteúdos de Ciências e Biologia mostrando o corpo como centro de experiências prazerosas, expressão de sentimentos e emoções. Entendem que os conteúdos de Ciências e Biologia são suficientes para a prática da educação sexual. Para a escola, o corpo “é memória, concentração, repetição, linguagem amordaçada, imobilidade, dor, cansaço, vergonha atrevimento, pancadaria, desrespeito, assexualidade, controle da energia, da fantasia, das emoções, *corpo é o que traz problemas*” (SILVA, 2002, p. 85, grifo do autor).

Na escola não são priorizados conteúdos que possam levar os alunos a resgatar e manter a auto-estima, as relações afetivas e o respeito pelos semelhantes, bem como temas de interesse dos alunos de acordo com a idade e as necessidades que cada fase apresenta. Geralmente, os conteúdos das disciplinas estão voltados para o desenvolvimento do raciocínio lógico, sendo que os mesmos são estanques devido às metas que a escola precisa alcançar.

O capítulo seguinte discute a educação sexual nas instituições de ensino superior, enfocando o curso de Pedagogia da FURB. Apresenta os resultados da pesquisa sobre o interesse das discentes a respeito da educação sexual no curso de graduação.

4 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA UNIVERSIDADE

Se na Educação Básica a educação sexual possui dificuldades para se firmar, na Educação Superior a situação é mais complexa. A educação sexual formal ainda está longe de ser uma realidade nas universidades, excetuando-se algumas iniciativas aqui já relatadas.

Silva (1989) faz referência à abordagem do sexo nos anos de 1970 nas universidades brasileiras.

Na Universidade, sexo era tema comum, mas dividido em dois mundos. Um, dentro das salas de aula onde o sexo aparecia apenas como impulso desviado de seu caminho natural. O outro, nos corredores, onde o natural teimava em aparecer. (SILVA, 1989, p. 7).

Ainda hoje, fala-se de sexo nos corredores e nas cantinas das universidades, porém, as abordagens alimentam a curiosidade, o fascínio e o medo, que contribuem para manter o “mistério”, fazendo com que o “segredo” se perpetue em torno do tema. Mesmo havendo uma superexposição na mídia, o assunto sexo, é abordado no cotidiano como tabu, como algo a ser feito escondido. No meio universitário, a temática é mais efervescente, tendo em vista que a grande maioria dos estudantes são jovens adultos, o que pode tornar propensa a conquista, o despertar de paixões e as possibilidades de envolvimento entre os estudantes. Como analisa Silva (1989, p. 9).

Fascínio por mexer no sexual é um modo de tocar no proibido, de saciar curiosidades, de gerar emoções de uma arqueologia dos valores pessoais. Suspeita por essa mesma invasão dos domínios do proibido põe em risco os princípios sobre os quais muitos dos nossos valores morais foram erigidos. Entre uma força e outra a curiosidade às vezes vence a desconfiança, a desconfiança às vezes vence a curiosidade.

Para este autor, no último século, a predominância da visão repressiva da sexualidade fez com que abordar o sexo despertasse o fascínio por um lado e, por outro, o gosto por falar e fazer o proibido. A curiosidade dos estudantes nas salas de aula e nos corredores, bem como o interesse de alguns professores sobre o tema, foram fundamentais para que a abordagem formal do sexo em algumas universidades tivesse outro olhar, pois “[...] a Ciência em sua pretensão de romper os limites do conhecido, não pode ficar atrelada a proibições e inconveniências do saber” (SILVA, 1989, p. 9).

A universidade, além de produzir ciência, é um espaço de educação que possibilita a continuação do desenvolvimento dos processos intelectuais. Além de proporcionar a formação superior, objetiva o ingresso do indivíduo na vida profissional. Portanto, a universidade, ao dar continuidade ao processo educativo formal iniciado na Educação Básica, promove o indivíduo à condição de profissional e/ou técnico para ingressar no mercado de trabalho.

Porém, a formação universitária não diz respeito somente à área técnica, porque os egressos das universidades no exercício profissional deparam-se no dia-a-dia com demandas trazidas por seus clientes (pacientes, alunos e outros) sobre corpo, sexo, relações de gênero e expressão sexual. Alguns casos necessitam de intervenções, orientações, aconselhamento e informações, mas por falta de oportunidade de ressignificar seus conceitos os profissionais não sabem como agir.

Lopes (1993, p. 135) estudioso da sexologia, afirma que “independente da área do aluno de curso superior (médica, psicológica, humanas, exatas, etc.), acreditamos que já está passando da hora de se instituir uma orientação sexual nas universidades”. Na época em que o autor fez a afirmação, já havia movimento para implantação da educação sexual nas escolas; a prevenção do HIV / AIDS já estava presente nos discursos da sociedade como um todo. Mas, a situação junto às universidades pouco ou nada se modificou.

Anos depois a psicóloga Rosely Sayão (2006), no texto *A Educação Sexual Nossa de Cada Dia*, chama a atenção para a ausência de abordagens de temas ou de disciplinas onde sejam aprofundados os conteúdos junto com a prática, ou seja, que haja uma ligação da teoria com o campo de trabalho, no qual os futuros profissionais e ou técnicos egressos das universidades irão atuar.

Apesar de os professores, de qualquer ramo do saber, trabalharem com relacionamento, pouco sabem eles da psicologia do desenvolvimento e das relações humanas. Sim, existe a disciplina da educação e outras que, infelizmente, pouco ou nada oferecem de prático aos alunos, futuros professores. Afinal, quando será que a Universidade em especial e as escolas em geral vão se lembrar de que existe uma realidade externa a elas e que é lá que os futuros profissionais irão atuar? E sobre a sexualidade dos alunos, então? Quem é que se lembra ou ousa falar sobre isso com os futuros professores? Tema via de regra solenemente ignorado. Como se isso pudesse, magicamente, fazer com que o fato deixasse de existir. Mas não é isso o que acontece. (SAYÃO, 2006, p. 275).

As iniciativas na universidade para implantar a educação sexual como disciplina, são isoladas e raras, como já foi visto. Explicitamente, a temática ainda não faz parte do cotidiano da universidade porque não despertou o interesse nos gestores do ensino superior, no país. Por

isso, cabe perguntar como vem sendo feita a formação dos profissionais que vão vivenciar experiências e discutir conteúdos desta temática.

4.1 A FORMAÇÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FURB: LIMITES E POSSIBILIDADES

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (D.O.U. de 23/12/1996), no Capítulo IV – Da educação superior, do Art. 43 ao Art. 57, direciona o funcionamento das universidades no País. “Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições” (STREHL e RÉQUIA, 2000, p.79), dentre elas, no inciso “II. Fixar os currículos de seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes”. Sendo assim, as universidades possuem autonomia prevista em lei para elaborar os objetivos, as ementas, os currículos, e tomar decisões que possibilitem o funcionamento dos cursos que oferece.

Para subsidiar as matrizes curriculares das licenciaturas, a Universidade Regional de Blumenau / FURB teve por base o seguinte conceito de currículo:

Conjunto articulado do ensinar, aprender e avaliar com intencionalidade política e pedagógica, visando a constituição do sujeito e de sua libertação por meio de aprendizagens diversas, de forma a possibilitar uma formação atenta às questões e necessidades sociais e humanas. (FURB, 2003, p. 11).

A formação de professores é uma preocupação da Universidade Regional de Blumenau / FURB. Por isso, foi elaborado o documento *Política das Licenciaturas*, em 2003, tendo por base a Resolução CNE / CP nº 01/2002, de 18 de fevereiro de 2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica; e a Resolução CNE / CP nº 02/2002, de 19 de fevereiro de 2002, que define a duração e a carga horária dos Cursos de Licenciatura plena, de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior e ainda com o suporte no estudo e no diagnóstico realizado por diferentes profissionais da Universidade. O documento propõe princípios de formação para subsidiarem os Cursos de Licenciatura / FURB; orienta quanto ao perfil do professor em formação; enumera os objetivos que norteiam o processo de formação e as diretrizes para a elaboração do currículo (FURB, 2005).

O curso de Pedagogia nesta Universidade iniciou-se em 1968 e tem por objetivo formar profissionais para atuar na Educação Infantil, Educação Especial e no Ensino Fundamental. O curso tem a duração de 04 anos (08 fases), disponibiliza 40 vagas no vestibular de verão e 40 vagas no vestibular de inverno. As aulas são presenciais e ministradas no período noturno.

A formação do profissional está voltada para a atuação na Educação Infantil, Gestão Escolar, Educação de Adultos, Área de Recreação, as Primeiras 04 séries do Ensino Fundamental, Projetos Educacionais não-escolares em hospitais, empresas e para entidades que atendem portadores de necessidades especiais. O curso atende à LDB que determina que o educador tenha formação superior abrangente, para que possa desenvolver um trabalho educativo-pedagógico voltado para as necessidades sociais do mundo atual.

A ação docente é sóciopolítica e requer dos educadores uma formação capaz de articular conhecimentos teórico-práticos com temas que emergem no cotidiano escolar, desenvolvendo uma consciência crítica, humanista e ecológica comprometida com a vida. (FURB, 2003, p. 10)

Nos princípios de formação de professores da FURB está explícito que a formação do educador necessita possibilitar que ele seja capaz de articular os conhecimentos teórico-práticos com os temas que emergem no cotidiano escolar. Os temas relacionados à educação sexual emergem cotidianamente na escola, quer sejam trazidos pelos alunos por meio de perguntas, dúvidas ou brincadeiras, quer sejam por meio de atitudes e manifestações diversas.

Segundo informações colhidas junto à Divisão de Diplomas da FURB (12/07/2006), até o primeiro semestre de 2006, a FURB já formou 3.284 pedagogos, sendo que, deste total, 3.161 são mulheres e 123 homens. Desde seu início, o curso de Pedagogia da FURB é predominantemente freqüentado por mulheres. Esta realidade é compatível com os estudos sobre a feminilização da profissão, fato que constata que a profissão de *professor* em instituições de Educação Básica é tipicamente feminina. Conforme observa Fernández (2001), na América e na Europa é grande a presença de mulheres docentes em Instituições de Ensino.

[...] ocorre dentro da instituição educativa, tanto na América como na Europa; a presença prioritariamente feminina a nível docente. Assim, por exemplo, segundo dados do Setor de Estatística do Ministério da Educação da República Argentina, em 1987, sobre o total de 689.009 docentes, só 16.018 eram homens. (FERNÁNDEZ, 2001, p. 8).

A turma na qual foi aplicado o questionário (Apêndice A) era formada por 26 mulheres que estavam na 7ª fase do curso de Pedagogia / FURB, no segundo semestre de 2005. Não havia participação de nenhum homem, nem como aluno ouvinte, nem procedente de outro curso.

Retomando sobre a educação sexual na universidade, no questionário aplicado às discentes, havia uma questão sobre *a abordagem da sexualidade em sala de aula durante o curso de Pedagogia*. Os resultados obtidos sobre a abordagem da sexualidade durante o curso foram: 10 discentes responderam que a sexualidade *foi abordada durante a graduação* e 08 discentes responderam que *não tiveram abordagem sobre o tema durante o curso de Pedagogia*. (Apêndice C).

As discentes foram questionadas sobre *como foi a abordagem sobre a sexualidade no curso*. A esta questão obtiveram-se respostas variadas, como: por meio das questões que as discentes trouxeram para a aula, *“Através de dúvidas trazidas pelas acadêmicas, discussão de textos, vivências de toques.”* (Cecília); atrelada à disciplina, *“Como qualquer outro conteúdo da matéria”* (Carmem); voltada para a sexualidade infantil, *“Nos estágios da infância”* (Rocio); para as questões psicológicas, *“Voltado para o lado psicológico do educando, intrínseco”* (Edwiges); com variações nas formas de abordagem, *“As abordagens foram desenvolvidas de várias formas”* (Maria); *“Foi abordada de forma aberta e derrubando alguns pré-conceitos que havia estabelecido no decorrer de minha vida”* (Clara); *“Realmente foi aprofundado a questão da sexualidade como um todo, para a educação”* (Fátima).

Ainda, referente à abordagem da sexualidade na graduação, entre duas discentes que responderam **sim**, uma informou que *“Não me lembro”* (Aparecida) e a outra respondeu que foi *“Com as amigas”* (Isabel).

As respostas mostram que os conteúdos que envolvem a sexualidade foram abordados espontaneamente, aproveitando os assuntos discutidos nas disciplinas. A abordagem dos conteúdos que compõem o universo da educação sexual foi realizada informalmente, ou seja, sem planejamento, sem espaço e tempo para aprofundamento que proporcionasse momentos reflexivos para ressignificação de conceitos, bem como para a discussão sobre comportamentos sexuais, sentimentos, tabus, mitos, crenças e preconceitos dentre outros conteúdos polêmicos que envolvem o sexo, o corpo, a sexualidade e as relações de gênero.

Vitiello (1997) faz uma observação sobre a abordagem da sexualidade nos cursos de formação:

[...] os cursos profissionalizantes, de maneira geral, muito pouco (ou talvez nada) ensinam sobre a sexualidade, sequer sobre os preceitos mais básicos da anatomia e da fisiologia, quanto mais quanto ao comportamento. (VITIELLO, 1997, p. 102).

As disciplinas citadas pelas discentes nas quais os conteúdos sobre sexualidade surgiram em sala de aula, foram: “Ciências e Biologia” (Aparecida); “Higiene e Saúde” (Fátima, Carmem, Graça,); “Psicologia, Biologia, Higiene e Saúde” (Maria); “Psicologia” (Rocio); “Higiene, Saúde, Psicologia, Psicomotricidade, Fundamentos da Pré-escola” (Cecília); “Biologia Humana, Necessidades Especiais, Higiene e Saúde” (Clara); “Psicologia” (Edwiges). Pela análise do currículo do curso de Pedagogia, verifica-se que não existe a disciplina de Educação Sexual ou Orientação Sexual.

Conforme as citações das discentes, as disciplinas cujo conteúdo teve alguma relação com a sexualidade, estão abaixo relacionadas.

- CNA. 157.00 - Biologia Humana - ementa: aborda a Natureza Biologia e Visão Sistêmica do Ser Humano. Sistemas do corpo humano. Aprendizagem e autocuidado. Promoção da saúde integral. Corpo humano e suas relações com o meio ambiente.
- MED. 115.00 - Infância e Saúde – ementa: Processo de manutenção da saúde, políticas de saúde e participação da comunidade na atenção à saúde escolar.
- EFI. 049.00 - Psicomotricidade e Ludicidade – ementa: Desenvolvimento neuropsicomotor da criança. Esquema Corporal: os processos de aprendizagem. Noções de Neuropsicologia. Noções de Neurofisiologia. Ludicidade como referencial pedagógico. Inserção no cotidiano escolar da educação básica.
- PSI.102.00 - Psicologia da Educação – EAL – ementa: Concepções teóricas de desenvolvimento e de aprendizagem e repercussões na prática educativa. Fatores interpessoais que interferem no processo de ensino-aprendizagem. Educação inclusiva: limites e possibilidades. Inserção no cotidiano escolar da educação Básica.
- PSI.098.00 – Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem – ementa: Desenvolvimento humano em seus aspectos: afetivo, cognitivo, valorativo e social. A gênese do psiquismo e a construção do sujeito. As relações humanas no processo educativo. Problemas atuais da aprendizagem. Inserção no cotidiano da educação básica. (FURB, 2005, p. 1-2-3).

A abordagem da sexualidade no curso de Pedagogia / FURB, para esse grupo pesquisado, surgiu em sala de aula aproveitando o momento em que os conteúdos das disciplinas citadas apareciam e possibilitavam ou direcionavam para alguma intervenção. Ou, ainda, quando traziam alguma questão sobre os assuntos relacionados à educação sexual. A abordagem ocorreu ancorada na visão médico-higienista da educação sexual.

Quanto à participação em eventos sobre a educação sexual e/ou de sexualidade, uma discente respondeu que participou de “Congressos e Seminários” (Maria); outra respondeu que participou de “Seminários” (Cecília). As discentes não especificaram de quais congressos e seminários participaram. As outras 16 discentes responderam que não

participaram de eventos sobre o tema. Pelas respostas apresentadas, esta turma apresenta baixo índice de participação em eventos sobre educação sexual.

A participação em eventos é uma forma de se manter atualizado em relação aos conteúdos pertinentes à educação sexual e está condicionada à motivação e interesse pelo assunto, bem como às oportunidades que surgem e, em muitos casos, à disponibilidade financeira (pagamento de inscrição, locomoção, acomodação e outros fatores determinantes).

No Brasil, desde a sua criação, em 1986, a Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana / SBRASH tem organizado, em média a cada dois anos, Congressos sobre Sexualidade e Educação Sexual, em que são abordados temas específicos e afins. A SBRASH também promove cursos de Sexualidade e de pós-graduação *lato sensu* em parceria com universidades. Em Blumenau e região são realizadas palestras sobre temas relacionados à sexualidade, sexo, corpo e gênero, esporadicamente.

A respeito das *três importantes fontes em que as discentes buscam esclarecimentos sobre sexualidade e educação sexual*, 12 discentes informaram que procuram: “*Livros, Revistas, Jornais / TV*” (Ana); “*Televisão, família, Internet*” (Aparecida); “*Igreja que freqüente Livros, Periódicos*” (Cecília); “*Família, Escola, Médicos*” (Clara); “*Internet, Livros, Conhecidos confiáveis*” (Edwiges); “*Livros, Revistas, Internet e caso contrário um médico ajuda muito*” (Fátima); “*Livros, Revistas, Artigos em geral*” (Glória); “*Internet, Livros, Revistas*” (Lourdes); “*Livros, Internet, Revistas*” (Lúcia); “*Ginecologista, Mãe, Livros*” (Marta); “*Revistas, Livros, Pessoas*” (Luzia); “*Minha mãe, Amigos / namorado, Internet*” (Terezinha).

Observa-se que os livros foram mais citados como fontes de consulta. Embora as discentes não tenham especificado em quais livros procuram esclarecimentos, vale ressaltar que, atualmente, existem inúmeros livros de educação sexual que possibilitam rever os conceitos, os valores, as crenças que se tem em relação à sexualidade e ao sexo. “É preciso ler, estudar, discutir com pessoas para revermos nossos valores e idéias” (FIGUEIRÓ, 1999, p.105), sobre os temas que integram o processo de educação sexual.

Todo indivíduo, de uma ou de outra forma é educado sexualmente, daí a importância de ler, pesquisar, fazer cursos, participar de eventos, conversar para se atualizar e, principalmente, rever conceitos e entender os preconceitos. A busca junto à família (pais e parentes), bem como junto ao médico, igreja, círculo de amigos, *Internet*, TV e revistas fazem parte das agências e da rede social responsável pela educação sexual informal. Como a educação sexual é um processo contínuo há necessidade de se manter atualizado sobre o tema, por meio da leitura e da pesquisa.

Os conteúdos pesquisados pelas discentes nas fontes acima mencionadas, foram: “Como trabalhar com as crianças sem quebrar sua fase / idade, como nascemos, o que acontece (mudança no corpo dos jovens)” (Isabel); “DSTs, distúrbios, prevenção” (Graça); “Doenças Transmissíveis, gravidez, aborto” (Sofia); “Prevenção de doenças, prevenção de gravidez, métodos anticoncepcionais” (Carmem). Os temas pesquisados enfocam a abordagem médico-higienista da sexualidade, que prioriza a prevenção de DSTs, contracepção e o desenvolvimento do corpo nas diversas fases da vida. Duas discentes não responderam nenhum item da questão. Em todas respostas o foco da abordagem no curso de Pedagogia para esta turma esteve voltado para os aspectos biofisiológicos do corpo, conforme mencionado anteriormente.

Foram elaboradas, duas questões sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais. A primeira questão refere-se à *leitura dos PCNs – Orientação Sexual*. Duas discentes responderam que haviam lido o documento. Em que momentos foram lidos: uma respondeu “Diversas vezes durante a minha atuação enquanto professora (iniciei em 2000)” (Cecília) e a outra “Só para fazer trabalho” (Aparecida).

As 16 discentes que responderam não ter lido os PCNs – *Orientação Sexual*, não fizeram observações a respeito do documento. Pelas respostas apresentadas nesse grupo pesquisado, constata-se que há desconhecimento generalizado sobre a existência dos PCNs como documentos oficiais do MEC. Estes não foram referendados em sala de aula nem como sugestões de leitura.

A segunda questão sobre o documento diz respeito à *diferença que os PCNs trazem sobre orientação sexual e educação sexual*. As duas discentes que haviam lido os PCNs responderam que **há diferença** entre as expressões, porém, quando se perguntou sobre qual é a diferença, uma discente respondeu “*não tenho como explicar*” (Aparecida) e a outra respondeu “*Sim*” (Cecília), sem fazer comentários. Uma das discentes respondeu nesta questão que “*Não tive contato com tal PCN*” (Edwiges).

A diferença entre as duas expressões, nos PCNs (1997) v. 10, é que a *orientação sexual*, no âmbito escolar, deriva da denominação orientador educacional. A *orientação sexual* não tem caráter diretivo e nem de aconselhamento, deve ser efetivada de forma coerente com a visão pluralista, sendo que as dúvidas e os questionamentos sobre os diversos aspectos relacionados à sexualidade possam ser abordados de forma dialógica, com respeito e reflexão. Desta forma, torna-se possível reconstruir, transformar, reafirmar os conceitos, rever preconceitos, dentro dos limites da ação pedagógica. Há ambigüidade nos documentos em relação à diretividade no processo de *orientação sexual*.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997a), v. 10 a orientação sexual,

Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha o seu caminho. A Orientação Sexual não-diretiva aqui proposta será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo portanto caráter de aconselhamento individual de tipo psicoterapêutico. (BRASIL, 1997a, p. 121).

Nos PCNs, a *orientação sexual* tem caráter informativo. A proposta possui três eixos: corpo, matriz da sexualidade; relações de gênero; doenças sexualmente transmissíveis, com enfoque na AIDS.

No que se refere ao corpo os documentos prescrevem que,

A abordagem sobre o corpo deve ir além das informações sobre sua anatomia e funcionamento, pois os órgãos não existiriam fora de um corpo que pulsa e sente. O corpo é concebido como um todo integrado, de sistemas interligados e inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer/ desprazer, assim como transformações nele ocorridas ao longo do tempo. Há que se considerar, portanto, os fatores culturais que intervêm na construção da percepção do corpo, esse todo que inclui as dimensões biológica, psicológica e social. (BRASIL, 1997a, 140).

Os documentos orientam como o professor deve proceder no trabalho inicial com as crianças pequenas. À medida que elas vão crescendo, vai-se ampliando o leque de informações a respeito do corpo e suas funções, bem como as questões sócio-culturais que estão envolvidas no contexto.

Quanto às relações de gênero, os documentos afirmam que esta discussão “tem por objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para a sua transformação”. (BRASIL, 1997a, p. 144). Nos PCNs há um alerta de que trabalhar as relações de gênero com crianças na educação infantil e séries iniciais do ensino Fundamental “é uma tarefa delicada” (BRASIL, 1997a, p. 145).

Os documentos ainda apontam várias direções para que os professores possam abordar os conteúdos no espaço escolar, ressaltando-se que o professor necessita de ter jeito e sensibilidade para intervir e trabalhar as situações que surgem. As relações de gênero são subjetivas e precisam de estudo para que os docentes possam ressignificá-las e abordá-las com os alunos, sem os interditos que envolvem a temática. A preparação dos docentes para lidar

com estas questões na escola, é fundamental, uma vez que elas estão impregnadas de significados subjetivos que se manifestam no dia-a-dia.

A respeito da prevenção de DSTs, os PCNs recomendam que não deve ser acentuada

a ligação entre sexualidade e doença e morte. As informações sobre as doenças devem ter sempre como foco a promoção de condutas preventivas, enfatizando-se a distinção entre as formas de contato que propiciam risco de contágio daquelas que, na vida cotidiana, não envolvem risco algum. [no caso da aids] a mensagem fundamental a ser trabalhada é “AIDS previne-se”. (BRASIL, 1997a, p. 147).

As propostas contidas no documento direcionam a maneira como os temas e seus conteúdos devem ser trabalhados pelo professor no espaço escolar, demonstrando serem propostas dirigidas e direcionadas.

A educação sexual, segundo os PCNs, é realizada no círculo familiar e social, é diretiva, inculca valores e não exige aprofundamento, pois ocorre informalmente. O trabalho desenvolvido pela escola sobre a sexualidade “compreende a ação da escola como complementar à educação dada pela família. Assim, a escola deverá informar os familiares dos alunos sobre a inclusão de conteúdos de Orientação Sexual na proposta curricular e explicitar os princípios norteadores da proposta” (BRASIL, 1997, p. 124).

Nos PCNs, a *orientação sexual* na escola deve ter caráter informativo e a intervenção pedagógica deve ser não diretiva; mas, segundo Werebe (1998) é difícil informar sexualmente e ao, mesmo tempo, ser neutro.

Pretendem que a educação sexual envolva escolhas existenciais – filosóficas e éticas - enquanto que a informação sexual seria neutra. Esta posição contém a idéia (falsa) de que informar não é educar e que informação sexual [na escola] não teria nenhuma repercussão sobre a personalidade do educando. [...] não se pode dissociar a educação da informação, sendo impossível delimitar as fronteiras entre as duas ações: informar é educar e a informação sexual não é nunca neutra. (WEREBE, 1998, p. 156).

Os PCNs denominam o professor como educador sexual ao invés de orientador sexual. Por vezes, também as expressões *orientação sexual* e *educação sexual* são utilizadas como sinônimos. Mesmo pretendendo separar as duas expressões, nos documentos os limites entre elas são tênues.

Para serem implementados no espaço escolar, os PCNs precisam ser lidos, estudados e analisados pelos professores, porque as sugestões e as orientações metodológicas podem

contribuir para subsidiar a elaboração do projeto pedagógico da escola, bem como nortear a prática docente.

4.2 OS TEMAS DE INTERESSE DAS DISCENTES

O processo da educação sexual é contínuo e duradouro. Implica em mudanças de comportamento e requer dinamismo, conhecimento, envolvimento, estudo, muita leitura, debates em grupos entre outras formas de comunicação e de ação pedagógica.

As discentes foram questionadas sobre quais *os temas a serem abordados no curso de Pedagogia caso existisse uma disciplina de Educação Sexual*. As respostas mostram que 05 discentes sugeriram que fossem abordadas as formas de proceder perante a temática, demonstrando, assim, que estão interessadas em obter subsídios metodológicos para trabalhar as questões de sexualidade com os alunos no espaço escolar, como:

“As possibilidades de proceder perante perguntas sobre sexualidade. Principalmente as conseqüências e procedimentos” (Cecília); *“Como trabalhar com este tema com as crianças e os adolescentes. Doenças sexualmente transmissíveis, métodos preventivos”* (Marta); *“Em como trabalhar a questão da sexualidade com as crianças na Ed. Inf. e no ensino fundamental”* (Ana); *“Os de interesse do aluno, adequados a sua realidade, porém sempre com aprofundamentos”* (Edwiges); *“Sexualidade infantil, como tratar com a sexualidade na infância”*. (Lourdes).

No livro *Sexualidade: Quem educa o Educador*, Vitiello (1997) sugere que a educação sexual não necessita ser uma disciplina com provas. Mas o professor necessita estar preparado para promover a “discussão participativa dos problemas ligados à sexualidade humana, sem assumir postura de julgador do que é ‘certo’ ou ‘errado’ em matéria de sexo” (VITIELLO, 1997, p. 103).

Para este autor, a metodologia para a abordagem da educação sexual na escola precisa possuir as seguintes características:

Participativa: deve haver comunicação horizontal entre todos os participantes, tendo todos iguais direitos de serem ouvidos e terem suas dúvidas discutidas. Dialógica: o núcleo de atenção dessa metodologia deve ser o livre diálogo, sendo todos os aspectos dos temas discutidos com ampla participação. Deve-se partir do princípio que todos, inclusive o ‘educador’, tem algo a ganhar com o diálogo. Baseada na realidade sócio-cultural: as situações devem ser apresentadas e analisadas

dentro um contexto sócio-cultural em que se valorize o cotidiano dos participantes. Desenvolvida com criatividade: não devem existir fórmulas prontas, mas sim um roteiro genérico onde irão se inserindo, com criatividade, soluções para situações emergentes das discussões.

Intimista: todos os participantes devem ter suas vivências pessoais compartilhadas sem censura e sem julgamentos. Lúdica: finalmente, é importante que se acentue o lado lúdico da educação. É importantíssimo que fique claro para todos que o ganho de conhecimentos e o desenvolvimento de atitudes não precisa ser um processo aborrecido e desagradável. Devemos sempre lembrar que pode-se dizer sizadamente grandes asneiras, e que sorrindo também se pode expressar grandes verdades. (VITIELLO, 1997, p. 103).

Este autor destaca, ainda que a metodologia do ensino participativo é a mais indicada para trabalhar com a educação sexual, por meio de “[...] dinâmicas de grupo e discussões cujos temas devem ser escolhidos pelos próprios educandos, que muitas vezes tem necessidades de conhecimentos diferentes daquelas que nós adultos, julgamos prioritários” (VITIELLO, 1997, p.102).

A metodologia pode ser utilizada em todos os níveis de ensino, com as devidas adaptações, conforme o interesse dos alunos pelos temas. Figueiró (2001) alerta que não se deve esquecer da aula expositiva (dependendo do tema) e o incentivo à leitura, porque são recursos importantes para o desenvolvimento do processo de educação sexual. A utilização de músicas, principalmente se foram selecionadas ou indicadas pelos alunos, conforme os temas a serem abordados contribui para melhor desenvolvimento das atividades e aproveitamento dos conteúdos.

Os PCNs recomendam que o trabalho de *Orientação Sexual* faça parte do projeto pedagógico da escola, tendo como referência o programa elaborado por turma e deve ser detalhado de acordo com as necessidades, interesses e faixa etária dos alunos, dentre outros.

Cabe então ao educador responsável a organização dos temas (a partir das questões trazidas pelos alunos), a inclusão de tópicos essenciais por vezes não levantados pelos jovens (prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo) e o estabelecimento de regras necessárias para o trabalho. Essas regras devem garantir a privacidade de cada um, o respeito às posições divergentes, a construção de um clima de grupo amistoso e acolhedor onde possa ocorrer o diálogo. (BRASIL, 1997, p. 130).

No decorrer dos documentos aparecem mais sugestões para a abordagem dos temas de educação sexual. As sugestões possuem características semelhantes às elaboradas por Vitiello (1997).

Retomando o questionário, as outras 07 discentes sugeriram temas para serem abordados no curso de Pedagogia caso existisse a disciplina de educação sexual. Os temas

sugeridos estão relacionados ao corpo, DSTs, Adolescência, Reprodução Humana, Métodos Contraceptivos e outros relacionados à temática. “*Todos, pois é bom estar conhecendo a nossa sexualidade de forma ampla, ou seja, não falar só de alguns temas mais sim geral*” (Luzia). “*Todos a respeito da sexualidade*” (Sofia); “*Para as pessoas se prevenirem de várias doenças que não conhecemos e algo sobre orientação sexual*” (Maria); “*Todos. Adolescência x Sexualidade, Gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, experiências sexuais e sua evolução na história*” (Terezinha); “*Sexualidade Infantil; Prevenção de DSTs*” (Graça); “*Prevenção de doenças; uso de anticoncepcionais*” (Rocio); “*Conhecimento do corpo, funções do corpo; sensações do corpo*” (Clara).

Esses temas são relacionados às funções biofisiológicas do corpo, métodos contraceptivos, prevenção de DSTs e outros. Segundo este grupo, na graduação os conteúdos relacionados à educação sexual foram abordados nas disciplinas de Biologia, Psicologia, Psicomotricidade e outras. Mesmo que já tenham sido “falados” em sala de aula e estivessem voltados para a abordagem médico-higienista da sexualidade, o grupo sugere que fossem abordados novamente, caso existisse, no curso de Pedagogia, a disciplina de Educação Sexual.

Observa-se nas respostas das discentes que não houve sugestões para a abordagem da sexualidade numa perspectiva erótica, prazerosa e afetiva, ou para a abordagem sobre comportamento sexual e as relações de gênero, bem como as dimensões relacionadas aos aspectos socioculturais e políticos que envolvem os discursos sobre a educação sexual. A abordagem destes conteúdos possibilita que a educação sexual se processe voltada, também, para discussões e reflexões sobre valores morais, religiosos, éticos, auto-estima e atitudes responsáveis frente às práticas sexuais. Em *A Deseducação Sexual*, Marcello Bernardi (1985) alerta que ao focar somente o lado biologizante da sexualidade, “na maior parte dos casos não existe nenhuma intenção de educar para o exercício da sexualidade, mas unem-se todos os esforços numa educação para a repressão da sexualidade” (BERNARDI, 1985, p. 22).

A escola é herdeira da *scientia sexualis* (FOUCAULT, 1993), porque o enfoque principal está no discurso científico sobre o sexo, sendo que a preocupação é com a reprodução e a prevenção de doenças. Firma-se, assim, o disciplinamento do corpo pela medicina e pela sociedade. Os temas sugeridos pelas discentes focam a abordagem médico-higienista da educação sexual, levando à reprodução de conceitos já estabelecidos e já conhecidos pelas discentes na escola.

A ausência de sugestões sobre os temas a serem abordados no curso de Pedagogia esteve presente em algumas respostas. Uma discente não sugeriu temas, deixando a critério de

quem fosse desenvolver o processo de educação sexual: *“Não sei, manda muito quem vai falar sobre este tema”* (Aparecida); 05 discentes não deram sugestões.

Foi solicitado ainda que as discentes *fizessem observações sobre o tema educação sexual na formação do professor*. As 09 discentes que se manifestaram positivamente para que fossem abordados os conteúdos sobre a educação sexual na graduação para o professor fizeram as seguintes colocações:

- *“A Orientação sexual é primordial na formação do educador porque, como profissão professor é algo em constante transformação, em que um processo (muitas vezes doloroso porque cada ser humano teve Educação Sexual diferenciada). Diante disso, a orientação sexual deve ser discutida em grupo para que haja ressignificação desse tema. Vale ressaltar que também é essencial que o professor deve estar sempre realizando leituras sobre o mesmo”* (Cecília).

- *“Realmente a falta de comprometimento para com o assunto é muito grande. Vemos nossos alunos adquirindo tal conhecimento consigo mesmo, com suas experiências e tentativas. A grade curricular dos cursos que tem contato com crianças, jovens, adolescentes deveriam ser ajustadas a tais temas fundamentais para a formação dos mesmos afetando caso o contrário toda uma vivência social”* (Edwiges).

- *“É muito relevante que a orientação sexual seja inserida na formação do educador, pois algumas pessoas são criadas pensando que as sensações que temos do nosso corpo são impuras ou até pecado dependendo de sua cultura. E neste aspecto a formação do educador deve possibilitar este conhecimento de tamanha importância, além de tudo o educador deve conhecer-se para ajudar o outro”* (Clara).

- *“Ao meu ver era bom ter uma orientação sobre a sexualidade na formação do professor, pois como o educador é uma das pessoas na qual está ligado com o aluno indiretamente em sua formação; deveria ter ao professor uma orientação de como trabalhar o assunto com os alunos”* (Luzia).

- *“Sinto a necessidade com relação os professores em terem uma maior orientação neste tema. Para melhor se trabalhar na sala de aula desde as séries iniciais, até faculdade”* (Isabel).

- *“Este tema deveria ser abordado durante o curso de formação dos professores pois se trata de um assunto muito complexo pois lida diretamente com a vida das pessoas* (Marta).

- *“Acho de grande importância o tema Orientação Sexual na formação do educador, pois nossos alunos crianças e adolescentes perguntam e falam sobre sexualidade em sala de aula e no estamos preparadas para responder isso a eles. Muito menos quando nos deparamos com situações que para adultos seriam vulgaridade ou sexualidade precoce, não sabemos lidar com a situação nem explicar para um adulto”* (Terezinha).

- *“Creio que é de fundamental importância abordar este assunto, principalmente, nos dias de hoje. O professor realmente precisa estar bem preparado sobre este tema”* (Rocio).

- *“Esse tema é muito complicado, é preciso conhecer muito bem”* (Aparecida).

As discentes fizeram observações que valorizam uma possível inclusão da abordagem da educação sexual formal no curso de Pedagogia / FURB. De um modo geral, as colocações das discentes mostram um interesse individual pela temática, embora 09 discentes não tenham se manifestado. Sugerir a ressignificação da educação sexual no espaço da graduação é importante, uma vez que *“toda educação sexual implica uma reeducação da própria sexualidade. Só transmitimos com segurança aqueles conceitos e valores que nos convencem”* (NUNES e SILVA, 2000, p.106).

O trabalho em grupo, por meio de oficinas e de dinâmicas, possibilita a expressão de idéias, sentimentos e sensações, abrindo espaço para a aquisição de novas possibilidades, ressignificação e renovação de conceitos. Lembrando também que *“os temas relacionados à educação sexual, são [...] ricos no sentido de ‘abrir caminhos’ para o desenvolvimento da criticidade nos educando e para a conquista da democracia”* (FIGUEIRÓ, 2001, p. 161), porque possibilitam debater, discutir e refletir sobre valores como auto-estima, auto-respeito, ética, cidadania dentre outros.

Os conteúdos da educação sexual mobilizam o interesse e a atenção de todos, tanto nas salas de aula como nos demais espaços da escola. As discentes desta turma mostram ter consciência da ausência de um espaço na graduação para a abordagem de conteúdos sobre a educação sexual de forma reflexiva e com aprofundamento. E ressaltam a importância de ter este espaço como parte de sua formação inicial (na graduação).

Na dissertação *Pesquisas sobre a Formação de Professores/Educadores para Abordagem da educação Sexual na Escola*, Regina C. Pinheiro da Silva (2004), afirma que os professores,

Conscientes de sua falta de preparo e da importância da formação, [as pesquisas] apontam a necessidade de inclusão da Educação Sexual nos cursos de graduação, bem como de um espaço em que lhes seja possibilitada a revisão de seus conceitos e a ampliação de conhecimento sobre o tema. Se essas manifestações de interesse dos docentes fossem levadas a sério pelo poder público, com certeza haveria maiores investimentos na formação do professor / educador para o trabalho nesta área. Para que isto se efetive, no entanto, é necessário que os profissionais reivindiquem coletivamente, tanto junto às universidades quanto às instâncias responsáveis pela coordenação do ensino em suas esferas, para que sejam estabelecidas políticas para que tal se concretize. (SILVA, 2004, p. 137).

No Brasil a desvalorização da profissão *professor* é gritante. O poder público, que é o maior empregador da educação, não oferece condições para melhoria da qualidade de Ensino e da qualidade de vida do profissional. Nas atividades desenvolvidas junto aos professores da rede municipal de Ensino em Blumenau, os docentes manifestavam-se com indignação sobre a ausência em sua formação sobre a educação sexual, falta de recurso econômico, falta de oportunidade para frequentar cursos, dentre outras constatações. Com isso a desmotivação impera e enfraquece a categoria, desestimulando qualquer iniciativa para inovação na prática pedagógica.

Os temas relacionados à sexualidade perpassam e estão imbricados na realidade sócio-política, desde sempre, mas ainda “passam despercebidos” nas salas de aulas das Instituições do Ensino Superior, principalmente nos cursos de graduação. Por isso na Universidade, “a formação de educador deve levá-lo a discutir o significado da educação no contexto da vida social concreta, [...] a educação, é fruto e deveria ser agente desta vida social e política” (SEVERINO, 1986, p. XIV).

A formação do professor necessita de um currículo que corresponda à realidade sócio-político-cultural, uma vez que este profissional irá desenvolver suas atividades junto a pessoas reais que trazem para o espaço escolar questões que emergem de seu cotidiano, como também de suas necessidades interiores.

Considerando ainda a existência dos PCNs e em particular, o volume 10 – *Orientação Sexual* que oficialmente introduziu no espaço escolar a abordagem da educação sexual, a eficácia dos trabalhos vinculados à transversalidade, em geral, preocupam alguns estudiosos dentre eles Nunes e Silva (2000) principalmente, no que diz respeito à metodologia e o suporte teórico.

Vemos com a maior expressão de vulnerabilidade desta proposta a questão da formação do professor em sexualidade humana [...] nossa preocupação e nosso empenho são na direção de acentuar a importância da formação do profissional que vai atuar em sala de aula interferindo, pela via pedagógica, na informação e na formação da sexualidade de crianças e adolescentes. [mas] a forma com que se

organizou a proposta dos parâmetros sem a estruturação popularizada e acessível para a formação teórico-prática de professores para este trabalho, aponta para um êxito duvidoso por melhor que seja a intenção dos envolvidos neste processo escolar. Este trabalho só será frutífero se à luz da teoria e da ciência. (NUNES e SILVA, 2000, p. 68).

Há consenso entre a maioria dos estudiosos da área para incluir a educação sexual nas escolas nos dias atuais, não só em função das recomendações contidas nos documentos oficiais, mas pela situação sócio-política vigente. Porém, os docentes não têm a oportunidade de abordar a temática em sua formação na universidade, além de que possuem

[...] outro fator complicador, que diz respeito à história de vida e à formação pessoal dos educadores, ambas marcadas por uma cultura repressora em relação ao sexo, na qual o mesmo foi mostrado, ora como pecado, ora como algo feio, sujo e proibido, ou, por outro lado, como objeto de lascívia e de libertinagem. (FIGUEIRÓ, 2006, p. 1).

A formação sobre a educação sexual no curso de Pedagogia, nesta turma onde foi realizada a pesquisa, não ocorreu de maneira sistemática e formal. As discentes que participaram da pesquisa informaram que desconhecem a existência dos PCNs (BRASIL, 1997a), como documentos oficiais, que podem ser usados como referência para nortear os conteúdos em sala de aula, tanto para as áreas de conhecimentos (áreas curriculares obrigatórias: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física), quanto para os temas transversais (Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual).

No próximo capítulo são mostrados os resultados da pesquisa relacionados à prática sobre a educação sexual, uma vez que, das 18 discentes que responderam ao questionário, 09 já estavam trabalhando como professoras em escolas de Blumenau/SC. As discentes / docentes responderam questões sobre como atuam no espaço escolar quando os alunos trazem demandas que envolvem conteúdos relacionados ao sexo, corpo, sexualidade e AIDS.

5 A EDUCAÇÃO SEXUAL E A PRÁTICA DAS DISCENTES / DOCENTES

A educação sexual, mesmo incluída e recomendada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), ainda é uma prática não assumida pela maioria das escolas brasileiras, por ser um tema gerador de polêmicas e controvérsias tanto no espaço escolar como na sociedade. Porém, a educação sexual faz parte do processo educativo global e a escola, como uma das instituições promotora da educação formal, está envolvida nesse processo.

Como já foi visto neste estudo a educação sexual envolve temas como sexo, sexualidade, corpo e relações de gênero que de uma forma ou de outra estão presentes no contexto escolar; nas salas de aula, nos corredores, nos banheiros, no recreio, somente entre alunos, entre alunos e professores; com os professores entre si, nas reuniões pedagógicas, no cafezinho e nos bate papos descontraídos.

A escola é uma das instituições que mais reflete as normas sociais, onde transitam valores, reproduz conceitos e seu funcionamento tem papel marcante na construção do indivíduo. A escola como instituição transmissora de informações e de formação sobre valores culturais e sociais, reproduz os discursos vigentes e também transmite conteúdos que estão relacionados com o universo da educação sexual.

O espaço escolar propicia convivência, relacionamento e socialização entre seus freqüentadores. A expressão da sexualidade está presente de diferentes formas, seja por meio de manifestações de afeto, de brincadeiras, contatos corporais (esportes, teatro e outros), seja por meio de desenhos, escritos, figuras e por outras formas. Portanto, os conteúdos que compõem o universo da educação sexual estão presentes no contexto escolar sutil ou claramente. Conforme a citação abaixo,

[a] presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de 'educação sexual', da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se 'despir'. (LOURO, 2003, p. 81).

A escola está sendo valorizada como espaço favorável para debater questões que envolvem sexo, sexualidade, corpo e prevenção de doenças, principalmente, após o advento da AIDS, pois é neste espaço que se reúnem com freqüência diária grande número de crianças, pré-adolescentes, adolescentes e jovens, por um longo período.

Porém, é importante salientar que também existem posicionamentos contrários à oficialização da educação sexual nas escolas,

com o fundamento de que nela estão implicadas escolhas morais e religiosas e que ela cabe primordialmente às famílias. A pressão desses grupos vai na direção do silenciamento, possivelmente supondo que se não tocar nessas questões elas não ‘entrarão’ na escola. Uma suposição que se revela impossível. As questões referentes à sexualidade *estão*, queira ou não, na escola. (LOURO, 2003, p. 131).

Divergências de opiniões fazem parte da liberdade de expressão, porém, é ainda nas Instituições Educacionais (escolas, entidades, abrigos, ONGs e outras) que se reúnem crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. É isso que possibilita promover o debate, o diálogo e a reflexão sobre as diversas áreas do conhecimento, inclusive as questões relacionadas ao sexo, sexualidade e ao corpo.

Abordar a educação sexual formalmente, como parte integrante do projeto pedagógico favorece a integração entre os envolvidos. Estudos realizados por Ribeiro (1990), Guimarães (1995), Figueiró (2001) dentre outros, apontam que a educação sexual na escola contribui para desmistificar tabus, rever preconceitos. Também contribui para melhoria dos relacionamentos no espaço escolar dos alunos entre si e com os professores, inclusive, em casa com os pais.

Porém, para que o processo se efetive há necessidade de abordagens diferenciadas que atenda às prioridades de cada turma, respeite a faixa etária e desenvolva temas de interesse dos alunos, com atividades programadas. É preciso ainda ter continuidade, porque a cada ano as necessidades e interesses dos alunos se modificam. Ressalta-se que para este processo se desenvolver é fundamental o empenho, o envolvimento e o comprometimento do corpo docente da escola, como também, dos demais empregados como a secretária, merendeiras, pessoal da limpeza, porteiro e outros. “[...] nas escolas, quando se quer fazer um trabalho sério de Educação Sexual, é preciso realizar grupos de estudos, ou momentos de reflexão, dos quais possam participar os vários profissionais que ocupam o espaço da instituição” (FIGUEIRÓ, 1999, p.18).

No questionário aplicado (Apêndice A) às discentes foram elaboradas perguntas sobre a situação de trabalho, ou seja, se [elas] *exerciam alguma atividade laborativa durante a graduação*. Os resultados apresentados mostram que, entre as 18 discentes que participaram da pesquisa, 02 não trabalhavam, 07 exerciam atividades laborativas diversas e 09 discentes informaram que já estavam lecionando, por períodos que variavam de 09 meses a 05 anos

(Apêndice B). Para estas, foi solicitado que respondessem questões específicas sobre a educação sexual e a sua prática no espaço escolar, enquanto docentes.

Assim, neste capítulo são apresentadas as respostas que as discentes / docentes deram aos questionamentos realizados sobre a educação sexual e a prática no espaço escolar. (Apêndice D). Questionou-se, se *na escola onde lecionava existia projeto de educação sexual*. As 09 discentes/docentes responderam que nas escolas onde lecionavam **não** existia um projeto de educação sexual. Entre as 09 discentes que lecionavam: 04 exerciam suas atividades em escolas municipais; 03 em escolas particulares; 01 em escola estadual e 01 em escolas estadual e municipal.

Segundo informações colhidas em 05.09.2006 junto à Gerência de Programa de Saúde Escolar da Secretaria Municipal de Educação / SEMED, nas escolas municipais de Blumenau não são desenvolvidos projetos de educação sexual como parte do projeto pedagógico da Secretaria. As atividades ocorrem eventualmente, quando profissionais da saúde, da área social, de ONGs e / ou profissionais autônomos são convidados para ministrarem palestras sobre assuntos específicos (prevenção de DSTs, HIV/ AIDS, Educação Sexual, Sexualidade e outros).

No artigo *Longe das salas de aula* (2006), Renata Cafardo traz informações sobre uma pesquisa realizada em 2005 pelo Ministério da Saúde. Foram utilizados dados do Censo Escolar, apresentando resultados sobre a educação sexual no espaço escolar, que, a princípio, pareciam animadores. Porém, a autora constatou uma realidade diferente.

43% dos professores se declararam capacitados para trabalhar a sexualidade em sala de aula. Apesar de 52% das escolas responderem que falam sobre gravidez na adolescência, 60% sobre DST / aids e 45% sobre saúde sexual e reprodutiva, a frequência que esses assuntos apareceram derrubou os números que pareciam positivos. Só 29% fazem atividades mensais. As escolas fazem uma palestra uma vez e acham que é suficiente. Mas as crianças crescem e têm novas dúvidas. (CAFARDO, 2006, p. 1).

Para esta autora, fala-se muito a sobre importância da educação sexual e quase nada é realizado. Este fato ocorre porque as escolas, em todos os níveis, têm dificuldades para colocar na prática, por meio de um trabalho formal e sistemático, os assuntos que envolvem a temática.

A respeito do desenvolvimento de projetos sobre educação sexual nas escolas, Figueiró (1999) faz a seguinte observação: “[...] nas escolas, quando se quer fazer um trabalho sério de Educação Sexual, é preciso realizar grupos de estudos, ou momentos de reflexão, dos

quais possam participar os vários profissionais que ocupam o espaço da instituição” (FIGUEIRÓ, 1999, p. 18).

Como as crianças trazem para o espaço escolar questões sobre corpo, sexo e sexualidade, foi perguntado *se as discentes estão preparadas para trabalhar com os alunos sobre estes assuntos*. As 04 discentes que responderam **sim** esclareceram que a busca por informações faz-se necessária: *“Leio bastante sobre o assunto”* (Ana); *“Cada situação difere da outra e por isso proporciona tomada de decisões diversas. Devido a isso procuro estar constantemente informada acerca desse assunto o que me proporciona segurança”* (Cecília); *“Com minha experiência de vida algumas dúvidas seriam respondidas. Porém, a pesquisa é um bom aliado na hora em que a experiência não mais satisfaz”* (Edwiges). *“Todas as situações que ocorreram até o momento consegui resolver com certa facilidade”* (Clara).

As discentes/docentes demonstram interesse pelo tema e procuram informações por meio de leitura e de pesquisa, bem como buscam, em suas experiências pessoais, referências para trabalhar com os alunos. Se, por um lado, estes procedimentos isolados não são suficientes para que as professoras possam trabalhar com a sexualidade na escola;

Por outro lado, é preciso também garantir aos professores condições de atuação [...] ter um momento na dinâmica do funcionamento da escola em que reflitam a própria ação juntamente com seus colegas. Esse grupo de reflexão dá continência à ação do professor e ele percebe que não está só e que pode se enriquecer com a experiência dos outros como também colocar suas ansiedades e preocupações. (SIQUEIRA, 2003, p. 1).

Não havendo nas escolas projetos de educação sexual, conseqüentemente não há espaço para formação de grupo de estudo e reflexão, mantendo os docentes sem condições de socializar suas experiências, esclarecer dúvidas, rever seus conceitos e valores. O professor sem a formação inicial, sem planejamento e sem suporte no contexto escolar não consegue que as ações sobre a temática sejam desenvolvidas adequadamente, com isso a abordagem fica no imediatismo e na reprodução do que já conhece.

As 05 discentes/docentes que informaram **não** estarem preparadas para responderem aos questionamentos dos alunos sobre sexualidade, atribuíram isto à sua formação: *“Passei por uma educação muito conservadora com relação à sexualidade. Onde tudo era proibido falar ou perguntar”* (Isabel); *“Pois muito pouco tive uma orientação, não me vejo preparada para responder a pergunta de um aluno”* (Luzia).

Elas reconhecem, também, a necessidade de uma preparação adequada: *“Pois trabalhar com os alunos e atender a todos é preciso um estudo muito profundo”* (Lúcia);

“Acredito que este assunto é bastante delicado e exige uma boa preparação. Ainda não me sinto preparada” (Marta).

As respostas das discentes mostram algumas dificuldades existentes para as professoras quanto a abordar a sexualidade no espaço escolar, porque a educação sexual onde o sexo é visto como algo que não se deve falar, ainda é uma realidade presente na maioria das famílias brasileiras. “Ninguém pode dar aquilo que não tem. A maior parte dos pais e professores, que hoje são adultos, cresceram num ambiente onde o sexo estava ligado ao feio e pecaminoso” (FIGUEIRÓ, 1999, p. 105).

Mesmo havendo uma super exposição na mídia sobre o tema e inúmeros recursos (livros, eventos educativos, campanhas e diversas formas de se explanar o assunto) para que os adultos possam se reeducar sexualmente, renovando conceitos, entendendo os preconceitos para dialogar com as crianças, adolescentes e jovens, conversar sobre sexo ainda é muito difícil para algumas pessoas. “Até mesmo nós, adultos, continuamos num processo de Educação Sexual ao longo da vida. [...] dia a dia estamos remodelando nossa visão de tudo que é relativo à sexualidade” (FIGUEIRÓ, 1999, p. 15). A educação sexual é, portanto, um processo contínuo, como todo processo educativo.

Uma discente / docente informou que: *“Não tive nenhuma formação e também nunca procurei informação”* (Terezinha). Acredita-se, no entanto, que ela recebeu informação sobre sexo e sexualidade, porque educação sexual, mesmo que tenha ocorrido por meio da negação, omissão e do silêncio, “todos nós a tivemos, ao longo de nossas vidas, desde que nascemos” (FIGUEIRÓ, 1999, p. 3). Quanto a procurar informações, seja por meio da leitura, pesquisa, estudo, como também pela participação em eventos, depende da motivação, interesse, disponibilidade e oportunidade de cada um.

Geralmente, professores agem respondendo aos questionamentos e esclarecendo as dúvidas que as crianças trazem para o espaço escolar conforme o aprendizado que tiveram. É importante deixar claro que, para as questões relacionadas à educação sexual, “não existe resposta padrão; nem mesmo há regras ou receitas para como lidar com uma situação. Diferentes pessoas podem lidar de formas diferentes” (FIGUEIRÓ, 1999, 40). O que existe são referências de profissionais que atuam na área e sugerem maneiras de abordar as questões de forma mais leve e esclarecedora, evitando vincular aos comportamentos repressivos ou de omissão.

Diante dos *questionamentos e dúvidas sobre sexo, corpo e sexualidade que os alunos possuem* 05 discentes / docentes informaram como procedem no espaço escolar: *“Procuo esclarecer da forma mais simples possível”* (Ana); *“Com muita naturalidade, se*

não sei falar. E tento questionar a criança para saber qual realmente é a sua dúvida” (Clara); *“Inicialmente devolvo a pergunta para o aluno. A partir das colocações realizo uma conversa possibilitando que a mesma permita a participação de todos”* (Cecília); *“Tento responder, quando tenho dúvida procuro alguém especialista na área”* (Isabel); *“Abro discussão na turma e tento resolver da melhor maneira, senão procuro algo na Internet e levo para a próxima aula”* (Terezinha). Na questão anterior esta discente / docente informou que não *“tive nenhuma formação e também nunca procurei informação [...]”* sobre estes conteúdos, há contradição em suas respostas.

Os procedimentos das discentes / docentes no espaço escolar demonstram interesse e cautela ao lidar com as dúvidas e questionamentos dos alunos. É importante esclarecer que, às vezes, basta só responder; outras vezes é fundamental conversar sobre as dúvidas e as questões que as crianças trazem. Tudo depende de como a situação se apresenta e em que momento acontece (u). Devolver a pergunta para a criança e abrir espaço para que as demais crianças possam participar, bem como acatar a opinião de cada uma, é relevante. Com isso, possibilita-se a interação e a criação e / ou intensificação de vínculos afetivos e estimula o respeito em sala de aula.

Quando a criança pergunta, ela mesma já tem idéias certas ou erradas, claras ou confusas não importa. A professora pode, de fato, partir daí para depois dar sua explicação. Deixando as crianças falarem primeiro sobre como elas vêem a questão, muitos sentimentos também podem emergir, os quais necessitarão ser trabalhados, no momento. (FIGUEIRÓ, 1999, p. 95).

Algumas discentes / docentes mencionaram o fato de não lidarem ainda com dúvidas trazidas por seus alunos: *“Trabalho com crianças de 01 ano e meio a 02 anos. Elas não questionam sobre sexualidade”* (Lúcia); *“Somente dei aula para crianças de 02 a 03 anos”* (Marta). As crianças nesta faixa etária, por vezes, não questionam sobre sexualidade, mas podem apresentar comportamentos e brincadeiras em que exploram o próprio corpo e o de seus coleguinhas, bem como podem falar palavrão e termos chulos que nem sabem o significado. As atitudes da professora em relação a esses comportamentos, em termos de aprendizado sobre o corpo e a expressão sexual, são marcantes para as crianças.

Quanto às *questões mais comuns que as crianças trazem para o espaço escolar*, segundo as informações das discentes / docentes, são: *“De onde vêm os bebês? Por onde os bebês nascem? Como os bebês entram na barriga da mamãe?”* (Ana); *“Trabalho com uma idade que estão se conhecendo e percebendo as diferenças que existem em seu redor. Os esclarecimentos são sobre o conhecimento do corpo e suas diferenças”* (Clara). Estas

questões estão de acordo com a faixa etária e as séries em que as discentes lecionam (Educação Infantil, Jardim, Pré e 3ª). São questões relacionadas à curiosidade de crianças que estão na fase das descobertas de seu corpo, do outro e dos porquês. Há uma variedade de livros sobre a educação sexual infantil que possuem uma linguagem fácil e apropriada para que os pais e professores possam conversar com as crianças dentro da faixa etária em que elas se encontram.

Em *Papai, Mamãe e Eu: agora você já pode conversar*, Marta Suplicy (1990) relata uma série de depoimentos, questionamentos e dúvidas de pais e professores sobre a sexualidade das crianças de 0 a 6 anos. Segundo a autora, o livro é para as crianças, embora seja dirigido aos pais e professores, porque tem por objetivo ajudá-los a compreender a sexualidade das crianças pequenas. O livro pode ser adquirido com ou sem as *Pranchas para as crianças*, que contém desenhos didáticos de fácil compreensão, com orientações para pais e professores conversarem com as crianças, mostrando as figuras. A autora ainda alerta: “o momento mais adequado para iniciar a educação sexual é indicado pela própria criança; estejam atentos aos sinais. Por exemplo, um simples comentário, uma pergunta explícita - ‘como o bebê da tia Lúcia entrou lá dentro?’” (SUPLICY, 1990, p.18).

A resposta e o comentário da professora, nesses momentos, são importantes, pois as crianças são sensíveis ao aprendizado e observam as reações e atitudes dos adultos. Dessa forma, elas aprendem se o assunto é proibido ou não na escola.

Em outra faixa etária, as dúvidas e os temas trazidos pelas crianças são outros, tais como: “*O que os pais fazem no quarto? O que é namorar? O que é fazer sexo*” (Cecília); “*Porque precisa namorar para nascer? Como se beija?*” (Isabel); “*Idade para começar a transar (Adolescentes). Palavras habituais como pênis, vagina, transar, sexo, etc (menores)*” (Terezinha); “*Menstruação, hormonal*” (Edwiges). Estas dúvidas surgem quando as crianças estão entrando na pré-adolescência e ficam mais atentas às situações que envolvem o corpo e o sexo. A explosão hormonal (própria da fase) desencadeia mudanças no corpo, dando origem às inquietações interiores. As reações contraditórias se manifestam no comportamento, incomodando tanto aos pré-adolescentes como aos que convivem com eles. Por isso, as questões trazidas pelos pré-adolescentes e adolescentes necessitam de procedimentos pedagógicos diferenciados das crianças, visto que estão em outra fase da vida. Eles não se contentam com explicações. Querem problematizar, discutindo as questões polêmicas sobre sexo, querem “esgotar o assunto”, criando, conseqüentemente, a necessidade de falar, debater e pesquisar sobre a temática.

Os PCNs / v.10 (BRASIL, 1997a) recomendam que, a partir da 5ª série, além da abordagem transversal, a educação sexual requer um espaço específico, que pode ser em forma de hora-aula, no período normal de aula, bem como fora do horário, conforme proposto no projeto pedagógico de cada escola. “É importante que a escola possa oferecer um espaço específico dentro da rotina escolar para essa finalidade” (BRASIL, 1997a, p.129). Ou seja, é necessário oportunizar aos pré-adolescentes e adolescentes condições de tratar de assuntos de seus interesses, como sexo, de acordo com o momento em que se encontram.

Essa ação pedagógica, segundo Egypto (2003, p. 25), “supõe um contrato de trabalho onde temos que conversar um pouco sobre o que é aquele espaço, como é que funciona para garantir sigilo, respeito ao outro, respeito às diferenças e oportunidade de participação de todos”. O estabelecimento de regras elaboradas pelo próprio grupo contribui para o desenvolvimento de atividades onde todos possam se manifestar, trazendo suas dúvidas, suas descobertas e compartilhando as experiências. Nesse processo, o professor exerce o papel de catalisador do grupo.

Essas análises remetem à dissertação *Educação Sexual em contexto escolar: da formação de professores à sala de aula*, Gonçalves (1998) que pesquisou em 07 escolas das redes estadual e municipal de Goiânia / Goiás, entre 1993/95, o conteúdo temático sobre a educação sexual que os professores consideraram mais “fáceis” de serem abordados na escola. O resultado da pesquisa indica aqueles relacionados ao biológico, isto é, ao corpo, à reprodução, às DSTs e à AIDS.

Para 02 discentes/docentes do curso de Pedagogia, os temas mais “fáceis” estão relacionados com “*O cuidado com o nosso corpo, de como devemos valorizá-lo, que devemos nos amar da maneira que somos e não nos entregar sexualmente a qualquer um. É fácil porque é algo que considero primordial para início de conversa*” (Ana); outro tema foi a gravidez, e a justificativa dada foi porque “[...] fui mãe aos 18 anos, tive de aprender a ser mãe e tinha muito interesse em acompanhar o desenvolvimento do bebê” (Edwiges). As duas respostas correspondem ao que foi encontrado no grupo de professores de Goiânia: corpo e reprodução.

Mas os conteúdos da educação sexual sobre o corpo ultrapassam o biológico, porque envolvem a capacidade de sentir prazer com a função sexual, indicam as diferentes zonas erógenas do homem e da mulher, sentimentos, sensações e atitudes, como também, são abordadas noções de valores e de responsabilidade que cada um deve ter sobre si mesmo e em relação ao(s) outro(s).

[...] com os conteúdos de biologia e fisiologia que vamos ensinar, é imprescindível fornecer diretrizes para o (a) adolescente, fazendo-o ver que optando por iniciar sua vida sexual precocemente (antes dos 15 anos) poderá deparar-se com riscos, com conseqüências negativas para a mesma, comprometendo sua realização pessoal e sexual e a do outro com o qual irá se envolver. Estes riscos tanto podem ser uma gravidez precoce, quanto a aquisição de DSTs. (FIGUEIRÓ, 1999, p. 106).

Segundo esta autora, a regra do “não pode” não tem muita força atualmente entre os adolescentes. Há uma explosão de erotismo na sociedade que os impele a procurar pelas experiências sexuais. A ação pedagógica com os jovens perpassa pela problematização das questões sexuais que permeiam o imaginário e o cotidiano e as atividades realizadas em grupo permitem a discussão, reflexão, pesquisa, expressão pela arte e outras formas de se incitar o conhecimento acerca do tema.

Em relação ao corpo, nos PCNs / v.10, encontra-se a seguinte afirmação: “o que se busca é construir noções, imagens, conceitos e valores a respeito do corpo em que esteja incluída a sexualidade como algo inerente, saudável, necessária e desejável da vida humana” (BRASIL, 1997a, p. 140). O corpo é visto como a matriz da sexualidade, porém, nas escolas, o enfoque principal está em torno do biológico, devido à dificuldade do professor em problematizar as questões relacionadas ao prazer sexual, às sensações, aos sentimentos, valores entre outras. Ainda no v.10, encontra-se a afirmação de que “o conhecimento do corpo e de seu funcionamento [além do biológico], propicia uma maior conscientização da importância da saúde e da necessidade de ações não curativas mas também preventivas” (BRASIL, 1997a, p. 141). É uma visão voltada para a saúde sexual que também é significativa, tendo em vista a prevenção de DSTs e AIDS. Na pré-adolescência e na adolescência, problematizar estas questões é fundamental. Trata-se de um período de descoberta de suas potencialidades, quando o indivíduo pensa que pode tudo, mas ainda não tem consciência das possíveis conseqüências de seus atos.

Deve-se educar para uma liberdade responsável, que faça com que o indivíduo não apenas busque seu prazer pessoal, mas respeite a liberdade sexual, os limites e a integridade do outro. Dentro desse objetivo, evitar AIDS e gestações indesejadas serão conseqüências naturais. (VITIELLO, 1997, p. 100).

Abordar os temas da sexualidade expõe as pessoas, seja no jeito de falar, explicar, ou seja, nas atitudes que apresenta. Também mobiliza os valores e as sensações internas, que podem ser confortáveis ou não, conforme a história de cada um. A sensação de culpa e vergonha pode funcionar como bloqueio para abordar os temas. Isto se manifesta nas diversas situações vivenciadas no dia-a-dia. O professor não precisa expor sua intimidade e opiniões

peçoais sobre sexo em seu trabalho, porém, às vezes se depara com situações e temas “difíceis” de abordar.

Nos estudos realizados pela prof^a Eliana Gonçalves (1998) foram identificados os temas mais “difíceis” para se abordar no espaço escolar. Segundo estes estudos, são aqueles que envolvem valores tais como: a homossexualidade, o aborto e o abuso sexual.

Quando indagadas sobre *os temas com os quais têm maior dificuldade* para lidar, as discentes/docentes afirmaram, predominantemente, que “*de um modo geral, ao meu ver são todos os temas, pois as crianças de hoje estão de um certo modo bem espertas com essa relação, onde muitas vezes o professor não está preparado para responder de uma forma que a criança compreenda*” (Luzia). Uma delas resume a questão: “*Todos*” (Terezinha). Todavia, uma discente / docente responde: “*Eu não considero nenhum tema difícil porque hoje os pais já consideram, de maneira geral, importante os professores abordarem o tema sexualidade nas escolas*” (Ana); e outra mencionou que “*depende da situação que ocorre, com quem e onde*” (Clara).

Dois discentes / docentes responderam que “*Ainda não trabalhei com nenhum tema relacionado à sexualidade*” (Lúcia) e “*Não trabalhei com este assunto ainda*” (Marta). É pertinente ressaltar que:

Na educação Infantil e Ensino Fundamental até a 4ª série, o professor deve estar muito bem preparado, não só para perceber como para atuar com as crianças que a questão [sexo] se colocar. E ela se coloca, inevitavelmente. É só aprender a ver, deixar de se defender do assunto. (EGYPTO, 2003, p. 30).

A repressão, como *habitus* incorporado, muitas vezes impede que se veja o que está acontecendo ao redor. Coíbe a consciência dos fatos, aumentando as dificuldades de identificar nas falas e nas atitudes dos alunos o que eles estão solicitando. A repressão é

um fenômeno sutil de interiorização das proibições e interdições externas [...] que convertem em proibições internas, vividas por nós sob a forma do desagrado, da inconveniência, da vergonha (reprimir, também significa vexar, envergonhar) [...] a repressão perfeita é aquela que se realiza como auto-repressão, graças à interiorização dos códigos de permissão, proibição e punição de nossa sociedade. (CHAUÍ, s.d., p. 17).

Os temas envolvidos com a sexualidade, por vezes, são mesmos difíceis de serem abordados, porque estão repletos de significados que variam conforme o código de valores que cada indivíduo foi incorporando desde o nascimento durante o processo educativo. Os PCNs (BRASIL, 1997a) reconhecem, as dificuldades para a abordagem da educação sexual

na escola. Em decorrência disso, no volume introdutório dos documentos há, em vários momentos, recomendações para que as propostas possam ser efetivadas com qualidade. Porém, existe a necessidade de efetivar

[...] uma política educacional que contemple a formação inicial e continuada dos professores, uma decisiva revisão das condições salariais, além da organização de uma estrutura de apoio que favoreça o desenvolvimento do trabalho (acervo de livros e obras de referência, equipe técnica para supervisão, materiais didáticos, instalações adequadas para a realização do trabalho de qualidade), aspectos que, sem dúvida implicam a valorização da atividade do professor. (BRASIL, 1997a, p. 38).

Retornando aos temas mais “difíceis” de se trabalhar no espaço escolar, uma discente / docente citou a “*Masturbação, as crianças costumam maliciá-la, o que torna difícil o trabalho*” (Edwiges). A masturbação, conhecida também como auto-erotismo, é entendida como parte do processo de sexualização do indivíduo pelos estudiosos da sexualidade como Silva (1989), Suplicy (1990), Vitiello (1995), Guimarães (1995), Figueiró (1999), Nunes e Silva (2000), dentre outros. A masturbação é a estimulação dos órgãos genitais pela própria pessoa ou por um parceiro. No caso das crianças, estudos indicam que

Já nos primeiros meses de vida o bebê começa a se auto-estimular. O início dessa experiência varia de um bebê para outro e geralmente a descoberta é feita por acaso. As meninas estimulam a vulva e o clitóris pressionando as coxas uma contra a outra. Os meninos descobrem o prazer sexual geralmente alguns meses depois das meninas, pois precisam de coordenação motora para encontrar o pênis com a mão. Às vezes as crianças se estimulam friccionando o corpo contra outra pessoa ou alguma almofada ou sofá. É uma brincadeira natural, praticada por um grande número de crianças em algum momento de sua evolução. (SUPLICY, 1990, p. 42).

Portanto, a auto-estimulação é um comportamento em que a criança, por meio da exploração de seu corpo, descobre a maneira de sentir prazer consigo mesma, sendo que está presente em todas as fases de sua vida. A atitude dos adultos frente à expressão afetivo-sexual é significativa para o aprendizado da criança, porque ela aprende observando as reações das pessoas próximas, notadamente se estão afetivamente vinculadas a elas.

Em *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade*, Sigmund Freud (2002) traz um estudo sobre a descoberta das primeiras manifestações da sexualidade infantil, que se inicia com o ato de sugar o seio materno. No decorrer do estudo, o autor afirma que

[...] é preciso distinguir três fases da masturbação infantil. A primeira é do período de lactância, a segunda pertence à breve florescência da atividade sexual por volta do quarto ano de vida, e somente a terceira corresponde ao onanismo da puberdade, amiúde o único ser levado em conta. (FREUD, 2002, p. 66).

A partir dos estudos deste autor, a masturbação infantil, como também do adolescente, adulto e idoso, passou a ser compreendida como um comportamento integrante da expressão sexual do ser humano. Lembrando que a masturbação ou auto-estimulação infantil é diferente da praticada pelo jovem, adulto e idoso.

A complexidade que envolve os conteúdos dos temas considerados fáceis e os difíceis para serem abordados, bem como as experiências e os fatos que ocorrem no cotidiano escolar, sobre a expressão sexual dos alunos, servem de referência para este trabalho. Sendo assim, foi solicitado às discentes/docentes que *descrevessem um fato significativo, em relação à sexualidade, que ocorreu no espaço escolar*. As vivências foram descritas por 04 discentes / docentes, conforme os seguintes relatos:

- Como trabalho o esquema corporal e o conhecimento do seu corpo constantemente. Houve um fato que a turma montou um corpo, então as crianças aprenderam o nome do pênis e vagina. E uma criança foi tomar banho com seu pai e a criança falou que o nome pinto não é nome, mas é pênis, então seu pai foi falar com a educadora, mas não houve nenhum atrito, pois seu pai entendeu nossa contribuição para o desenvolvimento do seu filho integralmente. (Clara).

Orientar a criança sobre os nomes corretos dos órgãos sexuais, como também de todas as partes do corpo, é recomendado pelos manuais de educação sexual. No fato acima descrito, mostra que a possibilidade de conversar em casa (pais e filhos) sobre as questões relacionadas ao sexo é indício de que a educação sexual está percorrendo o caminho do afeto e que o canal de comunicação está aberto. A professora, ao trabalhar o esquema corporal, mobilizando os alunos para montarem o corpo, dando os nomes corretos e situando-os adequadamente ao esquema corporal montado, está passando informações e orientações importantes. Assim, possibilita que os alunos pensem e se interessem pelo corpo de forma respeitosa e, ao mesmo tempo, lúdica. Ainda, em alguns casos, está complementando a educação sexual que a criança está recebendo na família.

[...] os problemas podem ser evitados e as vidas melhoradas se a sexualidade de nossos filhos for tratada com a mesma atenção e afetuoso cuidado que se devotam aos demais aspectos de seu desenvolvimento; [...] as crianças devem ser providas de uma acurada e sensata informação, e que devem sentir que têm o direito de pedir auxílio para [as questões] sexuais. (KAPLAN, 1983, p. 20).

Um outro fato significativo narrado por uma discente / docente.

- Durante as interações no parque, duas crianças ausentaram-se sem serem percebidas. A partir disso, inicia-se a procura. Após um longo período elas são encontradas no banheiro (porta trancada) com as calças abaixadas. Então, no início ocorreu um espanto (por parte da prof^a). Logo, respira-se fundo e conversa com as duas crianças juntas. Elas por sua vez afirmam que não fizeram nada. Depois a orientadora pedagógica realizou uma conversa individualmente com as crianças envolvidas em sua sala. Em seguida, a mesma conversa com os pais e isso proporcionou impasse porque o pai de uma encara o fato com tal naturalidade, enquanto a mãe de outra dramatiza, culpando a professora pelo ocorrido. No dia seguinte, a professora (no caso eu) conversa com as crianças individualmente sobre o ocorrido. As crianças expressaram-se mais e a conversa foi tranqüila, sendo que nos dias posteriores não houve mais menção ao fato. Vale ressaltar que essa foi a primeira vivência enquanto professora. (Cecília).

A discente/docente que relatou o fato leciona para a Educação Infantil. Nesta faixa etária, as crianças estão em plena fase de descoberta sobre o seu corpo e o do outro. Segundo Freud (2002), Suplicy (1990), Figueiró (1999), dentre outros, as brincadeiras exploratórias relacionadas ao próprio corpo e ao corpo do outro fazem parte do desenvolvimento saudável da criança, sendo que “é muito comum as crianças irem juntas ao banheiro para se olhar, se tocar, se conhecer e se descobrir” (SUPLICY, 1990, p. 73).

As brincadeiras infantis envolvem contatos entre crianças pela necessidade e curiosidade de conhecer o próprio corpo e as diferenças entre os sexos, fazendo com que as elas se toquem e se manipulem mutuamente, freqüentemente longe dos adultos. Esses contatos são importantes e saudáveis porque a criança está aprendendo a se conhecer e a conhecer o corpo do outro. Não há malícia e nem intenções de prejudicar o outro, visto que a criança, nesta faixa etária, ainda não tem juízo de valor e suas atitudes são espontâneas e exploratórias. Essas brincadeiras são saudáveis e fazem parte do aprendizado sobre a diferenciação entre o *eu* e o *outro*. A criança gosta de fazer cócegas, tocar os próprios genitais e os de seus coleguinhas (amigos, primos e vizinhos). “Nessa [fase] as brincadeiras de médico, de papai-mamãe e outras já fazem parte do desenvolvimento da sexualidade, e continuarão até a criança completar 5-6 anos” (SUPLICY, 1990, p. 57).

Entretanto, embora seja um comportamento normal de exploração do seu próprio corpo e dos coleguinhas, os pais devem estar atentos para a idade das crianças, tendo em vista a questão do abuso sexual infantil. “Para tornar mais claro, é considerado abuso-vitimização sexual se a situação for: uma criança de 4 anos com uma de 9 anos ou mais; uma de 5 com

uma de 10 ou mais; uma de 6 com uma de 11 ou mais, e assim sucessivamente” (FIGUEIRÓ, 1999, p. 36).

Os PCNs - v. 10 (BRASIL, 1997a), chamam a atenção para o fato de que:

Para alguns, as crianças são seres “puros” e “inocentes” que não têm sexualidade a expressar, e as manifestações da sexualidade infantil possuem a conotação de algo feio, sujo, pecaminoso, cuja existência se deve a má influência de adultos. Entre outros educadores, no entanto, já se encontram bastante difundidas as noções da existência e da importância da sexualidade para o desenvolvimento de crianças e jovens. (BRASIL, 1997a, p. 118).

Levar ao conhecimento da orientadora pedagógica, da diretora e dos pais quando as crianças (com idades próximas) são “pegas em flagrante” em brincadeiras pode provocar, nessas crianças, sensações como se tivessem realizado algo anormal e inadequado. Porque a “autoridade” representada pela orientadora pedagógica e a diretora geralmente têm efeito punitivo, coloca a criança perante os colegas no centro de atenção de forma “negativa”. Dependendo da reação dos pais a situação torna-se mais constrangedora e a criança aprende que se tocar ou tocar o outro é algum ruim e negativo. Os PCNs – v.10 (BRASIL, 1997a) recomendam que “a chamada dos pais só se justifica quando forem práticas muito recorrentes e estejam interferindo nas possibilidades de aprendizagem do aluno” (BRASIL, 1997a, p. 131).

Mesmo quando as crianças possuem idades muito diferentes, a escola deve agir com cautela. É necessário que a instituição esteja atenta, para verificar se a criança mais velha não esta sendo vitimada ou sofrendo abuso sexual, conseqüentemente, procurando a criança menor para se vingar ou se auto-afirmar.

Nesses casos, a escola não deve fazer um escândalo: geralmente uma conversa amistosa mas enérgica é suficiente para a criança pequena parar com tal atividade. Já a mais velha, que estiver procurando seguidamente parceiros para a brincadeira sexual com conotação adulta, eventualmente – dependendo da capacidade dos pais de conversar com ela, tranquilizá-la e observar uma mudança no comportamento - deve ser encaminhada para um acompanhamento psicológico. (SUPLICY, 1990, p. 77).

Outro fato mencionado também envolve questões sobre a masturbação.

- No 1º dia de aula com a turma de 6ª série, perguntei qual seriam os assuntos de interesse para trabalharmos em sala. Um aluno se balançando na cadeira fez gestos de masturbação, porém muito discretamente. Ao perceber o ato me dirigi ao aluno com naturalidade falei “muito bem, você tem interesse em fisiologia humana,

pois poderemos trabalhar com isso também”. O aluno não falou nada e os outros me olharam sérios pela resposta. (Edwiges).

Na 6ª série a criança já é pré-púbere que é uma fase de transição entre a infância e a adolescência. Esta transição pode acontecer com mais rapidez para um e mais lentamente para outro, mas, de uma ou de outra forma, acontece. As glândulas estão se preparando para as alterações hormonais, que provocam mudanças corporais, psíquicas e sociais, sendo uma das fases mais ricas e, ao mesmo tempo, tumultuadas do ser humano. Os interesses sexuais começam a ter outro significado, a excitação e o desejo de conquistar o outro começam a “incomodar” os pré-adolescentes que não sabem como agir.

Em relação à puberdade, as mudanças físicas incluem alterações hormonais, que muitas vezes, provocam estados de excitação incontroláveis, ocorre intensificação da atividade masturbatória e instala-se a função genital. É a fase das descobertas e experimentações em relação à atração e às fantasias sexuais. (BRASIL, 1997a, p. 119).

Assuntos que envolvem sexo em uma turma de 6ª série sempre estão presentes. Isso ocorre porque os pré-adolescentes estão envolvidos com o está acontecendo com o seu corpo. Com as informações fáceis oferecidas pela mídia e o acesso à *Internet*, não há como evitar que os temas estejam permeando o espaço da sala de aula, os corredores e os banheiros das escolas. A professora, estando atenta às atitudes e discursos dos alunos, tem condições de trabalhar com eles as temáticas de interesse do grupo. Embora os PCNs – v.10 recomendem que, a partir da 5ª até a 8ª série, a educação sexual tenha um espaço específico semanal ou quinzenal, para abordar formalmente os temas de interesse dos alunos, as escolas de Blumenau, ainda, não estão colocando um espaço à disposição dos alunos. “É importante que a escola possa oferecer um espaço específico dentro da rotina escolar para essa finalidade” (BRASIL, 1997a, p. 129).

Um outro fato que uma das discentes descreveu como significativo.

- Tenho um aluno que tem a doença que envelhece mais rápido embora tenha a mentalidade de uma criança normal igual seus colegas (isso foi a mãe do menino que diz). Pois bem, um dia ele estava brincando com uma boneca, onde em um momento ele começou a mexer no meio das pernas e começou a ficar excitado e depois foi em cima da boneca. Conversamos com a direção, e a direção pediu que observasse ele para ver se ele repetia novamente: para depois sim ver o que precisava fazer. Mas, ele só fez naquele dia. (Luzia).

O manuseio de bonecas faz parte das brincadeiras de crianças pequenas, independente do sexo. As crianças também aprendem por observação e imitando os adultos. Em muitas ocasiões, elas podem observar a mãe trocando a fralda do bebê ou ver na televisão cenas semelhantes, por isso fazem o mesmo com as bonecas, mexendo no meio das pernas, nos cabelos, tirando e pondo roupas ou tocando-a de outras formas vistas.

Estudos indicam que, na criança, a excitação não tem a mesma conotação e a intensidade erótica do adolescente ou do adulto, porque a criança ainda não desenvolveu os caracteres secundários, o que só ocorre a partir da puberdade. Freud (2002, p. 110) observa que “na infância, portanto, a pulsão sexual *não está centrada* e é, a princípio, desprovida de objeto, ou seja, *auto-erótica*”. O adulto, que não conhece o desenvolvimento sexual humano desde a infância, não percebe as diferenças entre uma fase e outra e, por vezes, confunde ou interpreta os comportamentos da criança de acordo com os comportamentos que os jovens e os adultos apresentam.

As brincadeiras infantis perpassam pela fase em que a criança se encontra e estão relacionadas com o aprendizado na família e com as informações que recebe da mídia, mesmo que não tenha capacidade para compreendê-las integralmente. A professora atenta às atitudes das crianças consegue acompanhar o que está acontecendo e intervir se necessário.

Outro relato diz respeito ao seguinte fato:

- [...] uma menina que em qualquer brincadeira ou momento de fúria mostrava o órgão sexual. Conversei com a criança, não adiantou. Passei para a coordenação que conversou com a criança e os pais. O problema está solucionado. (Terezinha).

A exibição dos órgãos genitais, tanto dos meninos como das meninas, pode significar que a criança está pedindo ajuda. Ela pode estar passando por alguma dificuldade, como carência afetiva, e por isso quer chamar a atenção para si. Também, pode estar sendo submetida a alguma situação de exibicionismo do adulto (ela tende a imitar). É uma situação delicada e que exige atenção da professora. “A atitude acolhedora do professor pode acabar com a necessidade de exibição. Não faça um cavalo-de-batalha com uma situação dessas, pois ela não se resolve com castigo e sim com compreensão sobre o que ocorre no mundo emocional da criança” (SUPLICY, 1990, p. 74).

O vínculo que se cria no ambiente escolar entre professora e alunos propicia estabelecer a confiança e permite que as crianças se sintam à vontade para expressarem seus sentimentos, dúvidas e dificuldades. As atitudes acolhedoras da professora frente às situações que as crianças apresentam facilitam a expansão do vínculo e aumentam a interação.

Dentre os temas atuais que permeiam o cotidiano e que repercutem no contexto escolar, destaca-se o que se refere à AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). Desde que surgiu no cenário mundial, a AIDS é um assunto polêmico, visto que uma das vias pela qual ocorre a transmissão do HIV (vírus que provoca a AIDS) é a sexual (por meio de práticas sexuais desprotegidas, sem uso do preservativo). A AIDS é uma síndrome sem possibilidade de cura nos dias de hoje. As implicações sócio-comportamentais, manifestadas pela discriminação e o preconceito contra as pessoas vivendo com HIV / AIDS, faz com que o tema faça parte do cotidiano e esteja sempre ocupando espaço nos meios de comunicação.

Nos PCNs v. 10, existem recomendações sobre como abordar os conteúdos relacionados as DSTs e AIDS, afirmando que “a maioria das crianças a partir de sete anos já entrou em contato de alguma forma com a existência da AIDS, inclusive porque nos últimos anos intensificaram-se as campanhas preventivas veiculadas pela mídia” (BRASIL, 1997a, p.148). Por isso, foi questionado às discentes / docentes *como procedem quando os alunos perguntam sobre como se “pega AIDS”*.

- Geralmente procuro saber o que o grupo sabe sobre o assunto em uma roda de conversa. Depois costumo fazer um trabalho de pesquisa onde todos apresentam seus conhecimentos pesquisados inclusive mostrando concretamente os tipos de preservativo. Mostrando também a importância de valorizar e cuidar do nosso corpo. (Ana).

- Respondo o que sei e o que não sei pesquiso e levo na próxima aula para discussão. (Terezinha).

Há uma variedade enorme de informações sobre o HIV / AIDS contidas em folhetos, *folder*, filmes educativos, matérias e reportagens em jornais, revistas, na televisão e em *sites*. Esses recursos, em sua maioria, são de fácil acesso à população em geral. Inclusive, em várias entidades e instituições o material é distribuído gratuitamente, bem como preservativos masculinos e femininos.

Deter-se mais na expansão da AIDS é criar elementos para uma consciência da necessidade preventiva do sexo seguro, demonstrando os altos índices de incidência recente dessa doença nos grupos jovens e adolescentes, exatamente pelo descuido e desinformação, segundo pesquisas sérias e comprovadamente científicas. Evitar o catastrofismo ou a indiferença diante do tema. Educar para [práticas sexuais protegidas]. (NUNES e SILVA, 2001, p. 115).

Ainda sobre a questão *como procede quando os alunos perguntam AIDS*, as demais discentes/docentes informaram que: “*Nunca foi feita tal pergunta para mim, não sei como*

procederia” (Edwiges); “*Nunca trabalhei com crianças maiores*” (Marta). “*Ainda não ocorreu uma situação relacionada com a pergunta*” (Cecília); “*Não houve*” (Clara). Três discentes / docentes não se manifestaram em relação à questão.

No questionário aplicado, foi solicitado que as discentes / docentes fizessem observações pertinentes *sobre o trabalho de educação sexual desenvolvido por elas junto aos alunos*. Obteve-se o seguinte:

- *Não tenho muito a contribuir com a sua pesquisa pois estou começando na educação, então não vivenciei nada muito significativo a não ser as perguntas mencionadas acima, onde procedo daquela forma e tenho conseguido bons resultados, consigo perceber no resultado da pesquisa do trabalho o conhecimento adquirido.* (Ana).

- *Diante de uma situação primeiramente observo-a durante um período. Após questiono o que estavam fazendo. Por que depois converso com os sujeitos se houver necessidade.* (Cecília).

- *Como trabalho com Jardim I, não desenvolvi nenhum projeto que traga informações específicas de orientação sexual, mas tento sempre sanear dificuldades ou problemas que ocorrem no momento. Sinto bem à vontade neste sentido.* (Clara).

- *Ainda não tive oportunidade de desenvolver tal trabalho com meus alunos.* (Edwiges).

- *Não posso caracterizar meu trabalho de orientação sexual, pois simplesmente não o faço, apenas respondo perguntas que me fazem, ou abro discussões sobre um tema que surgiu no momento.* (Terezinha).

Embora as discente/docentes pensem que não estão desenvolvendo o processo de educação sexual na escola e mesmo que a educação sexual não faça parte do projeto pedagógico das escolas em Blumenau, as docentes /discentes que participaram da pesquisa estão envolvidas informalmente com a educação sexual, visto que os temas que compõem o seu universo estão presentes no espaço escolar. Ao chegar à escola, a criança traz comportamentos sócio-sexuais adquiridos na convivência familiar e no meio social do qual participa, bem como apresenta comportamentos próprios de cada fase que está vivenciando. É na escola que a criança permanece por várias horas durante o dia e, por se expressarem espontaneamente, as manifestações da sexualidade infantil estão sempre presente no ambiente escolar. As professoras de uma ou de outra forma intervêm nas questões sobre sexualidade que as crianças apresentam, conforme foi visto pelas respostas das discentes /docentes.

Os PCNs – v. 10 (BRASIL, 1997a) recomendam em vários momentos que as escolas incluam no projeto pedagógico a educação sexual, ressaltando que:

Se a escola que se deseja deve ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário que ela reconheça que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar, que integra as diversas dimensões do ser humano envolvidas nesse aspecto. (BRASIL, 1997a, p. 114).

A educação sexual, na graduação das discentes que participaram desta pesquisa, foi abordada de maneira informal e assistemática. As omissões e os silêncios em várias questões que não foram respondidas por algumas das discentes podem demonstrar dificuldades e /ou desinteresse sobre os conteúdos que envolvem corpo, sexo, sexualidade, relações de gênero dentre outros

Se a graduação deixa lacunas na formação docente, as implicações irão se refletir numa prática em que reinará o despreparo para abordar uma educação sexual livre de interditos que ainda estão presentes no cotidiano da sociedade brasileira. Em consequência estarão educando indivíduos com as mesmas dificuldades. Para romper com isto, acredita-se que um dos meios é investir na melhoria da formação inicial (na graduação) e na formação continuada dos docentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por objetivo conhecer a abordagem sobre a educação sexual na formação de discentes tomando como foco uma turma do curso de Pedagogia da Universidade Regional de Blumenau - FURB. A opção se fundamenta na compreensão de que estes, na condição de futuros profissionais, irão exercer suas atividades laborativas com alunos em nível de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

Para tanto, foi realizado um levantamento do estado da arte sobre o tema a fim de conhecer as produções acadêmico-científicas, os autores e estudiosos com notório saber sobre a educação sexual. Os estudos, pesquisas e produções encontradas foram tomados nesta dissertação como suporte teórico para subsidiar a análise dos resultados obtidos na pesquisa. As produções mostram a preocupação, o interesse, o engajamento e o comprometimento dos autores e estudiosos com a educação sexual, tema este que ainda é considerado polêmico e não muito conhecido ou explorado no âmbito das políticas públicas da Educação, da Saúde e da Assistência Social.

O estudo destaca que, em 1997 foram definidos pelo MEC os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Estes se constituem num conjunto de propostas com recomendações a serem usadas como referências na elaboração dos currículos nas escolas e objetivam subsidiar os professores em suas práticas educativas. Os PCNs são apresentados como proposta flexível e aberta, enfatizando o respeito à diversidade sociocultural do país e a autonomia da escola.

A educação sexual integra os documentos que compõem os PCNs, que sob a denominação de *Orientação Sexual*, traz propostas e recomendações para que a temática seja incluída no projeto pedagógico das escolas. A proposta para inclusão da educação sexual contida nos PCNs, volume 10, apresenta-se sem o véu da proibição e repressão dos conteúdos relacionados a sexo, corpo, sexualidade, relações de gênero e prevenção de doenças no espaço escolar.

Na análise dos PCNs, este estudo deparou-se com uma gama de informações sobre o universo da educação sexual, vários alertas e observações norteando como os professores devem proceder no espaço escolar frente às questões relacionadas aos conteúdos.

Por um lado, o que chama a atenção é que não existe nos documentos a garantia para o professor ter acesso à formação sobre a educação sexual, tanto na graduação como também após o seu término. Existem sim, recomendações para que o professor tome conhecimento das

questões teóricas por meio de leituras e que participe de discussões que abordem os conteúdos. Também sugerem enfaticamente que o professor invista em sua preparação para intervir no espaço escolar quando os alunos trazem questões, dúvidas ou quando apresentam situações que envolvem corpo, sexo, sexualidade, prevenção de doenças e relações de gênero.

Mas, por outro lado, os PCNs reconhecem a falta de uma política do Estado para valorizar a profissão *professor*. Como, por exemplo, ofertar melhores salários, proporcionar melhorias nas condições do ambiente de trabalho, investir na formação (inicial e continuada), criar condições para participação em eventos dentre outros.

Foi com estas preocupações, em especial focando o olhar na formação docente e suas condições de promover e fazer avançar no espaço da escola a educação sexual, que esta pesquisa investigou as discentes em processo de formação inicial num curso de Pedagogia.

Embora não haja exigência para que as recomendações contidas nos PCNs (BRASIL, 1997a) sejam seguidas rigorosamente pelas instituições de ensino, a sua leitura é liberada a todos, envolvidos ou não com a educação. No espaço da escola a leitura não é apenas liberada, mas recomendada, situada como diretriz educacional. Na turma em que foi realizada a pesquisa, o desconhecimento da existência desses documentos oficiais é significativo.

No que diz que respeito aos conteúdos da educação sexual é compreensível que, sem formação inicial adequada, a prática pedagógica das discentes/docentes seja exercida somente com base no aprendizado informal. Nesse processo a formação das docentes ocorre informalmente no convívio com a própria família, nas escolas que frequentaram, nos grupos religiosos que participam, na relação com os amigos e através de informações veiculadas pelos meios de comunicação.

Algumas das discentes/docentes relataram que buscam ouvir as dúvidas e os questionamentos que os alunos trazem para o espaço escolar e que procuram pesquisar a fim de apresentar respostas. No entanto, as intervenções apresentadas são superficiais e tendem a repetir comportamentos de certa forma repressores e inibidores das manifestações infantis em relação à exploração do corpo. Tais manifestações são espontâneas e comuns em crianças que frequentam a escola em nível de Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

Entende-se que, não existem *fórmulas mágicas* ou *receitas prontas* para orientar o agir com as crianças quando trazem dúvidas e/ou apresentam situações sobre corpo, sexo e sexualidade no contexto escolar. Educadores sexuais preocupados em não perpetuar as orientações e situações que possam reprimir, inibir ou limitar a espontaneidade das crianças,

apresentam sugestões que podem nortear pais e profissionais da educação. Algumas dessas sugestões foram pontuadas neste estudo, em especial no último capítulo.

É oportuno ressaltar a importância do papel da leitura sobre conteúdos de educação sexual. Este procedimento deve fazer parte do universo dos educadores (pais e professores), bem como a atitude de incentivo às crianças para despertar e manter o interesse e curiosidade pela leitura. Possibilitar à criança o acesso aos livros, de acordo com a faixa etária ao invés de permitir que permaneça estante frente à televisão, torna possível exercitar o diálogo, a discussão, o debate e a reflexão sobre questões, assuntos e situações de seu interesse, tanto em casa como no espaço escolar. O diálogo na família estimula a intimidade e fortalece os vínculos que mantêm o grupo familiar; na escola estimula a socialização e contribui para fortalecer os vínculos entre docentes e alunos e das crianças entre si.

Ressalta-se também a condição dos pais como os primeiros educadores sexuais. No espaço familiar são transmitidos à criança diversos conteúdos referentes ao corpo, sexo, sexualidade, gênero, dentre outros. Por isso quando começa a frequentar a escola, a criança traz consigo comportamentos internalizados que espontaneamente se manifestam. A compreensão do conceito de *habitus*, elaborado por Pierre Bourdieu (2005), é fundamental para perceber as manifestações sutis e inconscientes das atitudes e comportamentos incorporados pelo convívio na família.

No que se refere à expressão sexual do ser humano, o *habitus* incorporado pelo indivíduo na convivência familiar, também irá se refletir em sua maneira de ser e estar na vida, ou seja, irá acompanhá-lo durante a sua existência. A família, tendo ou não consciência disso, exerce voluntária ou involuntariamente um papel fundamental na educação sexual da criança. Mesmo que os pais não falem sobre questões relacionadas ao sexo em casa, a criança percebe que não há espaço para esclarecer suas dúvidas e expor seus interesses. Por isso, se a escola desenvolve projetos de educação sexual, os pais necessitam estar envolvidos para que possam acompanhar e entender o processo, visto que (eles) podem ter entendimentos muito diferentes sobre os conteúdos abordados pelos professores. No caso deste estudo as discentes / docentes relatam que os pais foram chamados à escola quando as crianças apresentavam situações relacionadas à expressão da sexualidade infantil com as quais, elas (docentes) e a direção da escola não souberam lidar, demonstrando assim, que existem dificuldades e inseguranças para abordar as demandas que os alunos trazem para o ambiente escolar.

Nas respostas das discentes/docentes observa-se que há desconhecimento sobre a expressão da sexualidade infantil e demais conteúdos que compõem o universo da educação sexual. Esse desconhecimento se constitui em uma das lacunas da formação do professor que

irá trabalhar (no caso deste grupo pesquisado, nove já trabalham) com a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

As situações apresentadas neste estudo mostram que na escola nem sempre o profissional da educação está preparado para abordar temas relacionados à educação sexual, tendo em vista que em sua formação acadêmica não houve espaço para rever conteúdos pertinentes. A abordagem sobre a educação sexual na formação das discentes no grupo pesquisado ocorreu de forma assistemática e informal. Segundo as informações coletadas, nas disciplinas onde foi possível identificar conteúdos sobre educação sexual, o enfoque foi norteado pelos aspectos biofisiológicos do corpo. Pelos comentários apresentados e haja vista a abordagem não ter sido lembrada pelas discentes, estima-se que a mesma tenha sido superficial.

Quanto aos temas sugeridos pelas discentes para serem abordados na graduação, caso fizesse parte do currículo a disciplina de educação sexual, foram praticamente os mesmos em todos os níveis. Citados desde o ensino fundamental, repetidos no ensino médio e posteriormente incluídos no ensino superior, o rol de conteúdos apresentados denotam que os temas não foram suficientemente apreendidos, ainda que as mesmas estejam se posicionando a partir de um curso de licenciatura no espaço da universidade.

Igualmente preponderante na definição de conteúdos, pode haver na turma uma compreensão de educação sexual fundada somente nos aspectos biofisiológicos do corpo, pois não aparecem sugestões de conteúdos relacionados à afetividade, sentimentos, erotismo, fantasias, auto-estima respeito a si próprio e ao outro, cidadania, dentre outros possíveis de serem abordados na graduação.

A repressão que pode estar por trás do silêncio, da omissão, do desinteresse, do desconhecimento de documentos oficiais e da visão de educação sexual focada nos aspectos biofisiológicos, bem como a ausência da abordagem reflexiva dos conteúdos da educação sexual na graduação, podem denotar a necessidade de se ter um espaço de discussão. E, que esse espaço se constitua na universidade pela ressignificação de conceitos, conscientização dos preconceitos e revisão de crenças, mitos, valores e demais conteúdos que compõem o universo da educação sexual.

Por ser um processo contínuo e estar em permanente construção, a educação sexual é um campo vasto a ser explorado por meio de estudos e investigação acadêmico-científica. Além disso, é um processo aberto a intervenções em todos os níveis e instâncias do ensino. O despreparo do professor para atuar no espaço escolar com questões relacionadas à educação sexual é reconhecida pelos PCNs, porém na prática parece não ser reconhecida por gestores

das políticas públicas da Educação, como também por dirigentes de instituições de ensino superior.

A falta de preparo das docentes para lidar no ambiente escolar com as demandas trazidas pelos alunos sobre sexo, corpo, sexualidade e DSTs / AIDs estão de certa forma detectadas neste estudo pela ausência de um espaço na graduação que possibilitasse a discussão, a pesquisa e a reflexão a fim de ressignificar os conteúdos que envolvem a educação sexual. As respostas às questões levantadas sugerem que os temas foram abordados de forma superficial, aproveitando conteúdos de disciplinas que algumas discentes lembraram de citar e outras nem se manifestaram.

As lacunas que a graduação deixa na formação docente sobre os conteúdos de educação sexual repercutirão na prática profissional no contexto escolar, tanto no envolvimento com os alunos como no envolvimento com os pais dos alunos. Com isso, a atuação na escola evidenciará o despreparo do professor para abordar os conteúdos da educação sexual de forma consciente e enriquecedora. E, num círculo vicioso, estarão educando indivíduos com as mesmas dificuldades e que irão repetir os padrões aprendidos, perpetuando o processo de (des)(in)formação sobre os conteúdos relacionados ao corpo, sexo, sexualidade, relações de gênero dentre outros.

A via principal para realizar a educação sexual efetiva no espaço escolar é a preparação dos docentes que mantêm contato direto e contínuo com os alunos. Esta preparação pode ser na graduação, nos cursos de pós-graduação e de formação continuada. Para desenvolver projetos de educação sexual na escola, o professor, a princípio, precisa ter consciência de sua formação enquanto educador sexual. Torna-se necessário conhecer os recursos internos que possui como também, conhecer os procedimentos metodológicos para abordar com os alunos os diversos conteúdos da educação sexual.

Mas, em decorrência de lacunas na formação, inadequação das condições de trabalho e a falta de incentivo do poder público, os professores não detêm por si só meios para alavancar esse processo. As Universidades e Estado juntos, unindo forças, podem contribuir para modificar a situação que ora se apresenta.

A universidade como instituição promotora da educação formal em nível superior, não pode permanecer alheia aos temas que permeiam o cotidiano e que podem contribuir para ampliar a formação dos que irão ingressar no mercado de trabalho, especialmente, no campo do magistério em nível de Educação Básica.

Estudos e pesquisas sobre perfil e características dos docentes para a abordagem da educação sexual, suas representações, sua formação inicial e continuada, bem como as

práticas no contexto escolar, são necessárias para aprimorar os conhecimentos sobre esta temática, além de possibilitar a ampliação dos espaços para intervenções planejadas e conscientes.

REFERÊNCIAS

- ABRADES – Associação Brasileira de Educação Sexual. <site: www.abrades.org>. Acesso em: 14.09.2005.
- BARROSO, Carmem; BRUSCHINI, Cristina. **Educação sexual: debate aberto**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BERNARDI, Marcello. **A deseducação sexual**. Tradução de Antonio Negrini. São Paulo: Summus, 1985. 144 p.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2005. 224 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995. 116 p.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros nacionais**. Vol. 01. Brasília (DF): MEC/ Secretaria de Ensino Fundamental, 1997.
- _____. **Parâmetros curriculares nacionais: Pluralidade cultural, Orientação sexual**. Vol. 10. Brasília (DF): MEC/ Secretaria de Ensino Fundamental, 1997a.
- CAFARDO, Renata. **Longe das salas de aula**. Texto Disponível em: <www.abiaids.org.br>. Acesso em: 15.06.2006.
- CALDERONE, Mary S.; RAMEY, James W. **Falando com seu filho sobre sexo**. 2. ed. Tradução de Lauro Ferreira Barbante e Maria Clara Cescato. São Paulo: Summus, 1983. 109 p.
- CASTRO, Mary G. ;ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena B. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426 p.
- CAVALCANTI, Ricardo C. Alguns Aspectos da História da Sexologia no Brasil. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. São Paulo, Vol. III, n. 1. Iglu, 1992. p. 56-65.
- _____. Educação Sexual no Brasil e na América Latina. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. São Paulo, Vol. IV, n. 2. São Paulo: Iglu, 1993. p. 164-173.
- CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. São Paulo: Círculo do Livro, s.d. 223 p.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 91 p.
- EGYPTO, Antonio Carlos (Org.). **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. São Paulo: Cortez, 2003. 142 p.
- FAGUNDES, Tereza Cristina P. C. Educação sexual e formação do professor: necessidade e viabilidade. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. São Paulo, Vol. IV, n. 2, Iglu, 1993. p. 154-163.

_____. **Educação sexual: construindo uma nova realidade.** Salvador/BA: Instituto de Biologia da UFBA, 1995. 100 p.

_____. Depoimentos colhidos. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SEXOLOGIA E EDUCAÇÃO SEXUAL, 13, 2006, Salvador – BA.

FERNÁNDEZ, Alicia. A. **A mulher escondida na professora.** Tradução de Neusa Kern Hickel. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2001. 182 p.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual no dia a dia.** Londrina: Moriá Gráfica e Editora, 1999. 115 p.

_____. **Educação sexual retomando uma proposta, um desafio.** Londrina/PR: UEL, 2001. 183 p.

_____. A Viabilidade dos Temas Transversais à Luz da questão do Trabalho Docente. **Revista de Psicologia.** ISSN: 1516-4888. Disponível em: <www2.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n12.htm>. Acesso em: 01/07/2006.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** Tradução de Paulo Dias Correa. Rio de Janeiro: Imago, 2002. 120 p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guillhon Albuquerque. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993. 152 p.

FURB. PROEN - PRÓ-REITORIA DE ENSINO. **Planejamento de cursos: disciplinas com ementas.** Centro de Educação. Pedagogia. 05.08.2005. (Material disponibilizado pela secretaria do curso de Pedagogia)

_____. PROEN - PRÓ-REITORIA DE ENSINO. **Políticas das licenciaturas.** Blumenau: FURB, 2003. 23p.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. **Educação sexual: uma proposta, um desafio.** 4. ed. São Paulo: Cortez. 1988. 117 p.

GONÇALVES, Eliane. **Educação escolar em contexto escolar: da formação de professores/as à sala de aula.** 1998, 127f.. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

GOUVEIA, Maria Helena. A Influência dos Meios de Comunicação no Desenvolvimento da Sexualidade. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana.** São Paulo, Vol. I, n. 1, Iglu, 1990. p. 29-34.

GREGERSEN, Edgar. **Práticas sexuais: a história da sexualidade humana.** Tradução de Antônio A.T. Serra e Edison Ferreira. São Paulo: Roca, 1983. 323 p.

GTPOS – Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual; ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS; ECOS – Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade. **Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia da pré-escola ao 2º grau.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994. 112 p.

- GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola: mito e realidade**. Campinas: Mercado das Letras, 1995. 128 p.
- HEILBRON, Maria Luíza (Org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 206 p.
- KAPLAN, Helen Singer. **Enciclopédia básica de educação sexual**. Rio de Janeiro: Record, 1983. 183 p.
- LANE, Sílvia T.M.; CODO, Wanderley. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 220 p.
- LOPES, Gerson. **Sexualidade humana**. Rio de Janeiro: Medsi, 1993. 364 p.
- LOURO, Guacira Lopes (Org.). **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003. 179 p.
- MACHADO, Antonio. **Poesias completas**. Proverbios y Cantares. Madri, Espanha: Calpes, 158 p. Disponível em: < www.cuidardoser.com.br/caminhante.htm >. Acesso em: 10/09/2006.
- MACHADO, Júlio César F. **Sexo com liberdade**. Belo Horizonte: Fênix, 1987. 160 p.
- MATARAZZO, Maria Helena; MANZIN, Rafael. **Educação sexual nas escolas**. São Paulo: Paulinas, 1988. 148 p.
- MELO, Sonia Maria M. **Corpos no espelho**. Campinas: Mercado das Letras, 2004. 294 p.
- MOREIRA, Ramon Luiz B. Dias. **O sexo que passa na TV**. Belo Horizonte: Sografe, 2001. 120 p.
- NEIVA, Evandro; GONÇALVES, Maria Marta; SOUZA, Vilma de. **Programa de orientação sexual**. Belo Horizonte: Sistema de Ensino Pitágoras, 1988.
- NÉRICI, Imídeo G. **Educação sexual no lar e na escola**. s. local: Científica, 1981. 173 p.
- NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 149 p.
- NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 4. ed. Campinas/SP: Papyrus, 2002. 140 p.
- NUNES, César Aparecido; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas/SP: Autores Associados, 2000. 136 p.
- _____. **Sexualidades adolescentes: uma abordagem didática das manifestações da sexualidade na adolescência**. Florianópolis/SC: Sophos, 2001. 156 p.
- PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Tradução de Ivette Braga. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. 80 p.
- PICAZIO, Cláudio. **Diferentes desejos: adolescentes homo, bi e heterossexuais**. São Paulo: Summus, 1998. 165 p.

- PINTO, Ênio Brito. **Orientação sexual na escola**. São Paulo: Gente, 1999. 175 p.
- RIBEIRO, Paulo R.M.. Educação sexual além da informação. **Coleção Temas Básicos para Educação e Ensino**. São Paulo: Pedagógica Universitária, 1990. 66 p.
- ROPP, Robert S. de. A energia sexual: a força nos homens e nos animais. Estudos Documentos – 120. **Publicações Europa-América**, s.l.: s.d., 188 p.
- SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Júlio. G. (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.143 p.
- _____. Rosely. **A educação nossa de cada dia**. Publicação: Série Idéias, n. 28, São Paulo: FDC, 1997, p. 269 -281. Disponível em: <www.crmariocovas.sp.gov.br>. Acesso em: 14.06.06.
- SCHIAVO, Márcio Ruiz. **Manual de orientação sexual**. São Paulo: O Nome da Rosa, 2004. 162 p.
- _____; SILVA, Maria do Carmo de A. educação sexual: história, conceitos & metodologia. In: SILVA, Maria do Carmo de Andrade; SERAPIÃO, Jorge José; JUBERG, Pedro. **Sexologia: interdisciplinaridade nos modelos clínicos, educacionais e na pesquisa**. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1997. p. 149-189.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986, 106 p.
- SILVA, Araguari Chalar. **Terapia do sexo e dinâmica do casal**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. 195 p.
- SILVA, Regina Célia Pinheiro da. **Pesquisa sobre formação de professores/educadores: para abordagem da educação sexual na escola**. 2004, 194f.. Dissertação (Mestrado em Educação). UNICAMP, Campinas/SP.
- SILVA, Ricardo Castro e. **Orientação sexual, possibilidade de mudança na escola**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2002. 127 p .
- SIQUEIRA, Teresa Cristina B. Educação sexual x informação sexual na escola. **Revista Educativa**. Goiânia, Dep. Educação da UFG, 2003. ISSN 1415-0492.
- SITE: <www.capes.org>. **Banco de dados**. Acessos em: julho, agosto e setembro de 2006.
- SOUZA, Hália Pauliv de. **Sexo, energia presente em casa e na escola**. São Paulo: Paulinas. 2002. 173 p.
- STREHL, Afonso; RÉQUIA, Ivony da Rocha. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. 118 p.
- SUPLICY, Marta. **Sexo para adolescente: orientação sexual para educadores**. São Paulo: FTD, 1988. 126 p.
- _____. **Papai, mãe e eu: agora você já pode conversar**. São Paulo: FTD, 1990. 79 p.

_____. **Sexo se aprende na escola**. São Paulo: Olho d'Água, 1995. 120 p.

TIBA, Içami. **Adolescência, o despertar do sexo**. São Paulo: Gente, 1994. 130 p.

USSEL, Jos Van. **A repressão sexual**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

VASCONCELOS, Naumi. **Os dogmatismos sexuais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. 118 p.

VITIELLO, Nelson. A educação sexual necessária. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. São Paulo, Vol. VI, n. 1, ISSN 0103-6122, Iglu, 1995. 15 a 28 p.

_____. **Sexualidade: quem educa o educador**. São Paulo: Iglu, 1997. 132 p.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Editora 70, 1995.

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, política e educação**. Campinas/SP: Autores Associados, 1998. 217 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

APÊNDICE B – PERFIL SOCIAL DAS DISCENTES

APÊNDICE C – RESULTADOS DA PESQUISA: RESPOSTAS TODAS DISCENTES

APÊNDICE D – RESULTADOS DA PRÁTICA DISCENTES / DOCENTES

Se você já leciona favor responder às questões abaixo.

12. Há quanto tempo dá aulas ?..... Quantas turmas já teve?.....
 Para qual(is) série(s) leciona atualmente?.....
 A Escola é : () Municipal () Estadual () Particular
 A Escola possui projetos de Educação Sexual em execução?
 () Sim Quais séries?..... () Não

13. Você se sente preparada(o) para responder aos questionamentos dos alunos sobre a sexualidade? () Sim () Não

Por quê ?.....

14. Como você procede diante das dúvidas sobre sexualidade que os alunos trazem para a escola?

R.....

15. Quais as questões mais comuns trazidas pelos alunos para você esclarecer?

R.....

16. Quais os temas em relação à sexualidade que você considera como “mais fáceis” de abordar com os alunos? Por que são “fáceis” para você?

R.....

17. Quais os temas em relação à sexualidade que você considera como “mais difíceis” para tratar com os alunos ? Por que são “difíceis”?

R.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

18. Você se lembra de uma situação ou um fato significativo em relação à sexualidade que ocorreu no ambiente escolar, enquanto professor(a)? Em caso afirmativo, favor descrevê-lo, bem como as atitudes, providências ou encaminhamentos que foram dados ao episódio por você ou pela escola.

R.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

19. Como você procede quando os alunos fazem perguntas ou falam sobre como se “pega AIDS”?

R.....
.....
.....
.....
.....
.....

20. Espaço reservado para fazer algumas observações sobre o trabalho de Educação Sexual desenvolvido por você junto aos alunos. Usar o verso da folha, se necessário.

.....
.....
.....
.....
.....
.....

APÊNDICE B

PERFIL SOCIAL DAS DISCENTES

| * Nome | Idade | Estado civil | Religião | Reside com | Atividade | Escola | Série | Tempo Leciona |
|------------------|--------------|---------------------|-----------------|--------------------|----------------------|----------------------|---|----------------------|
| Aparecida | 25 anos | solteira | católica | pais | não trabalha | ----- | ----- | ----- |
| Ana | 35 anos | casada | católica | marido / filho | leciona | Estadual | 3 ^a | 01 ano |
| Carmem | 29 anos | casada | não declarada | marido / filha | não trabalha | ----- | ----- | ----- |
| Cecília | 22 anos | não declarado | evangélica | pais | leciona | Municipal | Educação Infantil | 05 anos |
| Clara | 35 anos | casada | evangélica | marido / 02 filhos | leciona | Municipal | Jardim I | 04 anos |
| Edwiges | 22 anos | casada | espírita | marido / filho | leciona | Municipal | 4 ^a ,5 ^a e 8 ^a | 14 meses |
| Fátima | 28 anos | solteira | católica | pais | bolsista | ----- | ----- | ----- |
| Glória | 22 anos | solteira | espírita | pais | Centro de Educação | ----- | ----- | ----- |
| Graça | 40 anos | casada | espírita | marido / filha | Casa assistencial | ----- | ----- | ----- |
| Isabel | 23 anos | solteira | não declarada | sozinha | leciona | Municipal e Estadual | Pré e 2 ^a série | 03 anos |
| Lourdes | 22 anos | casada | evangélica | marido | creche | ----- | ----- | ----- |
| Lúcia | 21 anos | solteira | católica | pais | leciona | Particular | Educação Infantil | 19 meses |
| Luzia | 23 anos | solteira | católica | pais | leciona | Municipal | Maternal I | 09 meses |
| Maria | 25 anos | solteira | católica | sozinha | lanchonete | ----- | ----- | ----- |
| Marta | 20 anos | solteira | católica | pais | leciona | Particular | Educação Infantil II | 03 anos |
| Rocio | 39 anos | casada | protestante | marido / 03 filhos | indústria de pescado | ----- | ----- | ----- |
| Sofia | 35 anos | divorciada | católica | pais | malharia | ----- | ----- | ----- |
| Terezinha | 21 anos | solteira | católica | pais | leciona | Particular | Pré e 3 ^a série | 02 anos |

Fonte: Curso de Pedagogia / FURB – Turma 7º semestre – Setembro 2005

* Nomes fictícios

APÊNDICE C

RESULTADOS DA PESQUISA COM AS DISCENTES

Questões respondidas por discentes do curso de Pedagogia da FURB¹

| AS PRIMEIRAS NOÇÕES SOBRE A SEXUALIDADE FORAM ADQUIRIDAS POR INTERMÉDIO DE: | | |
|---|-----------------------------------|-----------|
| “Livros e revistas”. | Ana | 01 |
| “Mãe e escola”. | Aparecida e Glória | 02 |
| “Mãe”. | Carmem; Fátima e Edwiges | 03 |
| “Pais”. | Cecília ; Rocio e Sofia | 03 |
| “Escola”. | Clara; Lúcia e Luzia | 03 |
| “Amigos”. | Graça e Isabel | 02 |
| “Escola e Amigos” | Lourdes; Maria e Terezinha | 03 |
| “Mãe e Pai”. | Marta | 01 |
| Total | | 18 |

| DISCENTES QUE TIVERAM AULAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL. TEMAS ABORDADOS. |
|---|
| “Sim. Os temas abordados foram: AIDS e sexo”. Cecília . |
| “Sim. Não me recordo dos temas, mas conteúdos básicos”. Edwiges |
| "Sim. Na 5ª série, na aula de Ciências. Temas; menstruação, as partes íntimas, só que foram separados os meninos das meninas”. Fátima |
| “Sim. 5ª e 8ª séries. Órgão reprodutor masculino e feminino, gravidez e doenças”. Glória |
| “Sim. 5ª série. Sobre mudanças do nosso corpo, o surgimento da vida”. Isabel |
| “Sim. Ginásio.Os temas foram: DSTs, conhecimento das partes do corpo e masturbação”. Lourdes |
| “Sim. A partir da 7ª série”. Lúcia |
| “Sim. Supletivo”. Maria |
| “Sim. 7ª série. Corpo humano, DSTs, relação sexual, métodos preventivos”. Marta |
| “Sim. Anticoncepcionais. Forma de evitar”. Rocio |
| “Sim. 5ª e 6ª séries. DSTs, camisinha e anticoncepcionais”. Sofia |
| “Sim. Palestras. DSTs, tensão pré-menstrual – TPM, menstruação, métodos contraceptivos”. Terezinha |
| 06 discentes não responderam. |

¹ As discentes/docentes estão apresentadas em negrito.

DISCENTES QUE TIVERAM AULAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO MÉDIO – TEMAS ABORDADOS.

“Sim. Temas abordados. Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez”. **Ana**

“Sim. Ginásio (matutino). Aula de Ciências”. Aparecida.

“Sim. Magistério. AIDS e Orientação Sexual”. **Cecília**

“Sim. Aulas de Ciências. Temas: corpo humano (principalmente) reprodução”. **Edwiges**

“Sim. Mais entre amigos”. Glória

“Sim. 6^a ou 7^a série”. **Luzia**

“Sim. Supletivo”. Maria

“Sim. Formas de evitar gravidez”. Rocio

10 discentes não responderam

**NO ENSINO SUPERIOR A SEXUALIDADE FOI ABORDADA EM SALA DE AULA/?
EM QUAIS DISCIPLINAS?
COMO FOI A ABORDAGEM?**

“Sim. Ciências e Biologia. Não me lembro da abordagem”. Aparecida

“Sim. Higiene e Saúde. Como qualquer conteúdo da matéria”. Carmem

“Sim. Higiene e Saúde. Psicologia. Fundamentos da Pré-escola. Psicomotricidade. Através de dúvidas trazidas pelas acadêmicas. Discussões de textos”. **Cecília**

“Sim Biologia Humana. Necessidades Especiais. Higiene e Saúde. Foi abordada de forma aberta e derrubando alguns preconceitos que havia estabelecido no decorrer da minha vida”. **Clara**

“Sim. Psicologia. Voltado ao lado psicológico do educando, intrínseco”. **Edwiges**

“Sim. Higiene e Saúde. Realmente foi mais aprofundada a questão da sexualidade num todo, para a educação”. Fátima

“Sim. Com as amigas”. **Isabel**

“Sim. Higiene e saúde”. Graça

“Sim. Psicologia. Biologia, Higiene e Saúde”. Maria

“Sim. Formas de evitar a gravidez. Nos estágios da infância”. Rocio

08 discentes não responderam

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS SOBRE SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL

“Sim. Seminários”. **Cecília**

“Sim. Seminários e Congresso”. Maria

16 discentes não participaram de eventos

FONTES IMPORTANTES ONDE BUSCAM ESCLARECIMENTOS SOBRE SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL

“Livros, revistas e jornais / TV”. **Ana**

“Televisão, família e *Internet*”. Aparecida

“Igreja que frequento, livros e periódicos”. **Cecília**

“Família, escola e médicos”. **Clara**

“*Internet*, livros e conhecidos confiáveis e experientes”. **Edwiges**

“Livros, revistas, *Internet* e caso contrário um médico ajuda muito”. Fátima

“Livros, revistas e artigos em geral”. Glória

“*Internet*, livros e revistas”. Lourdes

“Livros, *Internet*, revistas”. **Lúcia**

“Revistas, livros, pessoas”. **Luzia**

“Ginecologista, mãe e livros”. **Marta**

“Minha mãe, amigas /meu namorado e *Internet*”. **Terezinha**

“DST, distúrbio e prevenção”. Graça

“Como trabalhar com crianças sem quebrar sua fase/ idade; como nascemos e o que acontece / mudanças no corpo dos jovens”. **Isabel**

“Prevenção de doenças, prevenção de gravidez e métodos anticoncepcionais”. Carmem

“Doenças transmissíveis, gravidez e aborto”. Sofia

03 discentes não responderam

DISCENTES QUE LERAM OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E EM QUE MOMENTOS.

“Sim. Só para fazer trabalho”. Aparecida.

“Sim. Diversas vezes durante minha atuação enquanto professora (inicie em 2000)”. **Cecília**

16 discentes responderam que não leram os PCNs

HÁ DIFERENÇA ENTRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E EDUCAÇÃO SEXUAL NOS PCNs?

“Sim. Não tenho como explicar”. Aparecida

“Sim. **Cecília**”.

“Não tive contato com tal PCN”. **Edwiges**

15 discentes não se manifestaram

TEMAS QUE DEVERIAM SER ABORDADOS NO CURSO DE PEDAGOGIA CASO EXISTISSE EDUCAÇÃO SEXUAL

“As possibilidades de proceder perante perguntas sobre sexualidade. Principalmente as conseqüências e procedimentos”. **Cecília**

“Os de interesse do aluno, adequados a sua realidade, porém sempre com aprofundamentos”
.Edwiges

“Conhecimento do corpo, funções do corpo, sensações do corpo”. **Clara**

“Como trabalhar com este tema com as crianças e os adolescentes. Doenças sexualmente transmissíveis, métodos preventivos” **Marta**

“Todos, pois é bom estar conhecendo a nossa sexualidade de forma ampla ou seja não falar só de alguns temas mais sim geral”. **Luzia**

“Em como trabalhar a questão da sexualidade com as crianças na Ed. Inf. e no ensino fundamental”
Ana

“Todos. Adolescência X Sexualidade, Gravidez, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Métodos Contraceptivos, Experiências sexuais e Sua Evolução Histórica” . **Terezinha**

“Não sei, manda muito quem vai falar sobre este tema”. Aparecida

“Sexualidade infantil, como tratar com a sexualidade na infância”. Lourdes

“Sexualidade Infantil e Prevenção de DST”. Graça

“Todos a respeito da sexualidade”. Maria

“Para as pessoas se prevenirem de várias doenças, que não conhecemos e algo sobre orientação sexual”. Sofia

“Prevenção de doenças, uso de anticoncepcionais” . Rocio

05 discentes não responderam

OBSERVAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

“A Orientação Sexual é primordial na formação do educador porque, como profissão professor é algo em constante transformação, essa é um processo (muitas vezes doloroso porque cada ser humano teve Educação Sexual diferenciada). Diante disso, a orientação sexual deve ser discutida em grupo para que haja ressignificação desse tema. Vale ressaltar que também é essencial que o professor deve estar sempre realizando leituras sobre o mesmo” **Cecília**

“Realmente a falta de comprometimento para com o assunto é muito grande. Vemos nossos alunos adquirindo tal conhecimento consigo mesmo, com suas experiências e tentativas. A grade curricular dos cursos que tem contato com crianças, jovens, adolescentes deveriam ser ajustadas a tais temas fundamentais para a formação dos mesmos, afetando caso o contrário toda uma vivência social” **Edwiges**

“É muito relevante a orientação sexual seja inserida na formação do educador, pois algumas pessoas são criadas pensando que as sensações que temos em nosso corpo são impuras ou até pecado dependendo de sua cultura. E nesse aspecto a formação do educador deve possibilitar esse conhecimento de tamanha importância, além de tudo o educador deve conhecer-se para ajudar o outro” **Clara**

“Este tema deveria ser abordado durante o curso de formação de professores pois trata-se de um assunto muito complexo pois lida diretamente com a vida das pessoas” **Marta**

“Acho de grande importância o tema Orientação sexual na formação do educador pois nossos alunos crianças e adolescência perguntam e falam sobre sexualidade em sala de aula e não estamos preparadas para responder para elas. Muito menos quando nos deparamos com situações que para adultos seriam vulgaridade ou sexualidade precoce, não sabemos lidar com a situação nem explicar para um adulto” **Terezinha**

“Ao meu ver era bom ter uma orientação sobre sexualidade na formação do professor, pois como o educador é uma das pessoas na qual está ligado com o aluno indiretamente em sua formação; deveria ter ao professor uma orientação de como trabalhar o assunto com os alunos” **Luzia**

“Sinto a necessidade com relação os professores em terem uma maior orientação neste tema. Para melhor se trabalhar na sala de aula desde as séries iniciais, até Faculdade” **Isabel**

“Acho que é de fundamental importância abordar este assunto, principalmente nos dias de hoje. O professor realmente precisa estar bem preparado sobre este tema”. **Rocio**

“Esse tema é muito complicado, e é preciso conhecer muito bem”. **Aparecida**

09 discentes não responderam

APÊNDICE D

RESULTADOS DA PESQUISA COM AS DISCENTES/DOCENTES

Questões Respondidas pelas Discentes / Docentes

| *TEMPO QUE LECIONAM |
|--|
| 09 meses / 02 anos = 05 |
| 03 anos / 05 anos = 04 |
| *TURMAS QUE JÁ TIVERAM |
| 01 a 03 turmas = 06 |
| 07 a 10 turmas = 03 |
| *SÉRIES |
| Maternal = 01 |
| Jardim I = 01 |
| Pré-escola = 01 |
| Educação Infantil I e II = 03 |
| 2ª a 8ª séries = 03 |
| *ESCOLAS ONDE LECIONAM POSSUEM PROJETOS DE EDUCAÇÃO SEXUAL |
| Municipal = 04 |
| Estadual = 01 |
| Municipal / Estadual = 01 |
| Particular = 03 |
| As escolas não possuem projetos de Educação Sexual = 09 Responderam |

SENTEM-SE PREPARADAS PARA RESPONDEREM QUESTIONAMENTOS DOS ALUNOS SOBRE SEXUALIDADE

04 = Sim

“Leio bastante sobre o assunto”. **Ana**

“Todas situações que ocorreram até o momento consegui resolver com certa facilidade”.
Clara

“Cada situação difere da outra e por isso proporciona tomadas de decisões diversas. Devido a isso procuro estar constantemente informada acerca desse assunto o que me proporciona segurança”. **Lourdes**

“Com minha experiência de vida algumas duvidas seriam respondidas. Porém a pesquisa é um bom aliado na hora em que a experiência não mais satisfaz”. **Edwiges**

05 = Não

“Acredito que este assunto é bastante delicado e exige uma boa preparação. Ainda não me sinto preparada”. **Marta**

Pois como muito pouco tive uma orientação, não me vejo preparada para responder a pergunta de um aluno. **Luzia**

Não tive nenhuma formação e também nunca procurei informação ”**Terezinha**

“Pois trabalhar com alunos e atender a todos é preciso um estudo muito profundo”. **Lúcia**

“Passei por uma educação muito conservadora com relação a sexualidade. Onde tudo era proibido falar ou perguntar”. **Isabel**

COMO PROCEDEM DIANTE DAS DÚVIDAS DOS ALUNOS SOBRE SEXUALIDADE

“Procuro esclarecer da forma mais simples possível”. **Ana**

“Com muita naturalidade se não sei falo. E tento questionar a criança para saber qual realmente sua dúvida”. **Clara**

"Inicialmente devolvo a pergunta para o aluno. A partir das colocações realizo uma conversa possibilitando que a mesma permita a participação de todas”. **Cecília**

“Abro discussão na turma e tento resolver da melhor maneira, senão procuro algo na *Internet* e levo para a próxima aula”. **Terezinha**

“Trabalho com crianças de 01 ano e meio a 02 anos. Elas não questionam sobre sexualidade”. **Lúcia**

“Tento responder, quando tenho dúvidas procuro alguém especialista na área”. **Isabel**

“Somente dei aula para crianças de 2 a 3 anos”. **Marta**

02 discentes não responderam

QUESTÕES MAIS COMUNS TRAZIDAS PELOS ALUNOS

“De onde vem os bebês? Por onde os bebês nascem? Como os bebês entram na barriga da mamãe?” **Ana**

“Trabalho com uma idade que estão se conhecendo e percebendo as diferenças que existem em seu redor. Os esclarecimentos são sobre o conhecimento do corpo e suas diferenças”. **Clara**

“Idade para começar a transar (Adolescentes). Palavras habituais como pênis, vagina, transar, sexo etc.(menores)”. **Terezinha**

“O que meus pais fazem no quarto? O que é namorar? O que é fazer sexo?”. **Cecília**

“Bom no momento não estou lecionando com crianças de 1ª a 4ª série. Mas acho de certa forma conversar com as crianças sobre isso principalmente dizer o verdadeiro nome dos órgãos genitais”. **Luzia**

“Menstruação, hormonal”. **Edwiges**

“Porque precisa namorar para nascer? Como se beija?”. **Isabel**

“Nenhuma”. **Lúcia**

01 discente não respondeu

TEMAS EM RELAÇÃO SEXUALIDADE “MAIS FÁCEIS” DE ABORDAR.

Por que são fáceis?

“Não sei, depende a situação que ocorre, com quem e onde”. **Clara**

“O cuidado com o nosso corpo de como devemos valorizá-lo, que devemos nos amar da maneira que somos e não nos entregar sexualmente a qualquer um. É fácil porque é algo que considero primordial para início de conversa”. **Ana**

“Nenhum tema é fácil em relação à sexualidade, pois todos expõem as pessoas à uma opinião muitas vezes escondidas”. **Terezinha**

“Acredito que não existe facilidade ou dificuldade nesse assunto”. **Cecília**

“Gravidez, fui mãe aos 18 anos, tive de aprender a ser mãe e tinha muito interesse em acompanhar o desenvolvimento do bebê”. **Edwiges**

“Não trabalhei com este assunto ainda”. **Marta**

“Ainda não trabalhei com nenhum tema relacionado a sexualidade”. **Lúcia**

02 discentes não responderam

TEMAS EM RELAÇÃO À SEXUALIDADE “MAIS DIFÍCEIS” DE ABORDAR COM OS ALUNOS.

Por que são difíceis?

“Não sei, depende a situação que ocorra, com quem e onde”. **Clara**

“Eu não considero nenhum tema difícil porque hoje os pais já consideram de maneira geral importante os professores abordarem tema sexualidade nas escolas”. **Ana**

“Todos”. **Terezinha**

“Acredito que não existe facilidade ou dificuldade nesse assunto”. **Cecília**

“Masturbação, as crianças costumam maliciá-la, o que torna difícil o trabalho”. **Edwiges**

“Não trabalhei com este assunto ainda”. **Marta**

“Ainda não trabalhei com nenhum tema relacionado à sexualidade”. **Lúcia**

“De um modo geral ao meu ver são todos os temas, pois as crianças de hoje estão de um certo modo bem espertas com essa relação, onde muitas vezes o professor não esteja para responder de uma forma que a criança compreenda”. **Luzia**

01 discente não respondeu

DESCREVER UM FATO SIGNIFICATIVO EM RELAÇÃO À SEXUALIDADE QUE OCORREU NO AMBIENTE ESCOLAR. PROVIDÊNCIAS OU ENCAMINHAMENTOS

“Como trabalho o esquema corporal e o conhecimento do seu corpo constantemente. Houve um fato que a turma montou um corpo, então as crianças aprenderam o nome do pênis e vagina. E uma criança foi tomar banho com seu pai e a criança falou que o pinto não é nome, mas é pênis, então seu pai foi falar com a educadora, mas não houve nenhum atrito, pois seu pai entendeu nossa contribuição para o desenvolvimento do seu filho integralmente”. **Clara**

“Não vivenciei nenhum fato significativo ainda”. **Ana**

“A única situação que participei foi de uma menina que em qualquer brincadeira ou momento de fúria mostrava o órgão genital. Conversei com a criança, não adiantou. Passei para a coordenação que conversou com a criança e os pais. O problema está solucionado”. **Terezinha**

- “Durante as interações no parque, duas crianças ausentaram-se sem serem precedidas. A partir disso inicia-se a procura. Após um longo período elas são encontradas no banheiro (porta trancada) com as calças abaixadas. Então no início ocorreu um espanto (por parte da professora). Logo respira-se fundo e conversa com as duas crianças juntas. Elas por sua vez afirmam que não fizeram nada. Depois a orientadora pedagógica realizou uma conversa individualmente com as crianças envolvidas, em sua sala. Em seguida, a mesma conversa

com os pais e isso proporcionou impasse porque o pai de uma encara o fato com tal naturalidade enquanto a mãe de outra tramatiza, culpando a professora pelo ocorrido. No dia seguinte a professora (no caso eu) conversa com as crianças individualmente sobre o ocorrido. As crianças expressaram-se mais e a conversa foi tranqüila, sendo que nos dias posteriores não houve mais menção ao fato. Vale ressaltar que essa situação foi a primeira vivência enquanto professores". **Cecília**

“No 1º dia de aula com uma turma de 6ª série, perguntei a turma qual seriam os assuntos de interesse para trabalharmos em sala. Um aluno se balançando na cadeira fez gestos de masturbação, porém muito discretamente. Ao perceber o ato me dirigi ao aluno com naturalidade e falei “muito bem, você tem interesse em fisiologia humana, pois poderemos trabalhar com isso também”. O aluno não falou nada e os outros apenas me olharam sérios pela resposta”. **Edwiges**

“Sim, tenho um aluno que tem a doença que envelhece mais rápido embora tenha a mentalidade de uma criança normal igual seus colegas (isso foi a mãe do menino que diz). Pois bem, um dia ele estava brincando com uma boneca, onde em um momento ele começou a mexer no meio das pernas da boneca e começou a ficar excitado e depois foi em cima da boneca. Conversamos com a direção, e a direção pediu que observasse ele para ver se ele repetia novamente; para depois sim ver o que precisava ser feito. Mas, ele só fez naquele dia”.
Luzia

03 discentes não se manifestaram

COMO PROCEDE QUANDO ALUNOS PERGUNTAM COMO SE “PEGA AIDS”?

“Geralmente procuro saber o que o grupo sabe sobre o assunto em uma roda de conversa. Depois costumo fazer um trabalho de pesquisa onde todos apresentam seus conhecimentos pesquisados inclusive mostrando como prevenir mostrando concretamente os tipos de preservativo. Mostrando também a importância de valorizar e cuidar do nosso corpo”. **Ana**

“Ainda não ocorreu uma situação relacionada com a pergunta”. **Cecília**

“Não houve”. **Clara**

“Nunca foi feita tal pergunta para mim, não sei como procederia”. **Edwiges**

“Nunca trabalhei com crianças maiores”. **Marta**

“Respondo o que sei e o que não sei pesquiso e levo na próxima aula para discussão”.
Terezinha

03 discentes não responderam

**OBSERVAÇÕES SOBRE O TRABALHO DE EDUCAÇÃO SEXUAL
DESENVOLVIDO (POR VOCÊ) JUNTO AOS ALUNOS**

“Como trabalho com Jardim I, não desenvolvi nenhum projeto que traga informações específicas de orientação sexual, mas tento sempre sanear dificuldades ou problemas que ocorrem no momento. Sinto bem a vontade neste sentido”. **Clara**

“Não tenho muito a contribuir com sua pesquisa pois estou começando na educação, então não vivenciei nada muito significativo a não ser as perguntas mencionadas acima, onde procedo daquela forma e tenho conseguido bons resultados, consigo perceber no resultado da pesquisa do trabalho o conhecimento adquirido”. **Ana**

“Não posso caracterizar meu trabalho de orientação Sexual, pois simplesmente não o faço, apenas respondo perguntas que me fazem, ou abro discussões sobre um tema que surgiu no momento”. **Terezinha**

“Diante de uma situação primeiramente observo-a durante um período. Após questiono o que estavam fazendo. Por que depois converso com os sujeitos se houver necessidade”. **Cecília**

“Ainda não tive oportunidade de desenvolver tal trabalho com meus alunos”. **Edwiges**

04 discentes não se manifestaram